



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO, ESTADO E CONSTITUIÇÃO**

BARBARA GUILHERME LOPES

**NARRADORES NÃO CONFIÁVEIS: O DISCURSO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA
ENCONTRADO NOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS MENSASIS
(RPMS) ENTRE 1989 E 1991**

**Brasília
2023**

BARBARA GUILHERME LOPES

**NARRADORES NÃO CONFIÁVEIS: O DISCURSO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA ENCONTRADO
NOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS MENSIS (RPMS) ENTRE 1989 E 1991**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Direito, Estado e Constituição pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Conflito e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eneá de Stutz e Almeida.

Brasília

2023

Barbara Guilherme Lopes

**NARRADORES NÃO CONFIÁVEIS: O DISCURSO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA ENCONTRADO
NOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS MENSAIS (RPMS) ENTRE 1989 E 1991**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Direito, Estado e Constituição pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

BANCA EXAMINADORA

**Professora Dra. Eneá de Stutz e Almeida
(Orientadora – Faculdade de Direito UnB)**

**Professor Dr. José Geraldo de Sousa Junior
(Examinador interno titular – Faculdade de Direito UnB)**

**Dr. Lucas Pedretti Lima
(Examinador externo titular)**

AGRADECIMENTOS

Escrever é uma tarefa solitária. Escrever uma dissertação fruto de um mestrado que aconteceu de forma remota, durante a pandemia, é muito mais. Por isso, o primeiro agradecimento deve ser endereçado à minha querida orientadora, professora Eneá, que enfrentou as maiores batalhas durante essa pesquisa, mas soube se fazer presente o tempo todo. Ao PPGD da Universidade de Brasília, que precisou lidar com todas as atipicidades possíveis, mas conseguiu acolher as/os estudantes nesse momento. À banca avaliadora, prof. José Geraldo e Lucas Pedretti, que gentilmente aceitaram contribuir para a finalização.

À minha mãe. Essa expressão que já é preenchida de significado sozinha, porque todas as grandes coisas que existem já foram dedicadas a uma mãe. “À minha mãe”, diz o criador, que também é criatura, na intenção de que ela receba um agradecimento coletivo por todas as coisas belas que existem. À minha mãe quero dedicar, muito mais que este trabalho, o impossível: todas as coisas belas. Como resposta ao impossível que ela me entregou ao longo da vida. Por ser a narradora da nossa história e me formar narradora também.

Aos que estão na parede da memória: dizem que a infância é um chão que se pisa pelo resto da vida. Meus avós, responsáveis por esse chão. Minha avó, a mulher responsável pelo acontecimento de tudo, como todas nós, e meu avô, que por sua história, inspirou esse trabalho. Ao Zezo, meu “bom pai”, cujo carinho me transmitiu, também, uma curiosidade pela vida que atravessa sua própria passagem pela Terra. Obrigada por tudo não dá conta do “tudo”.

Aos meus familiares: minha irmã, Laura, com quem compartilhei o processo de escrita – ela, com a monografia da graduação, e a vida toda, que tal? Aos meus tios: Assis, Nico e Paulo, por todo o amor e companheirismo; em especial, à tia Ana, dinda, pela inspiração, referência e orgulho. Ao Thales, que leva a expressão “primo-irmão” para outro patamar de importância e literalidade. É bem verdade que apenas os clichês podem expressar gratidão, então lá vai: sem vocês, não seria possível. É preciso uma aldeia para criar e formar uma pessoa.

Aos meus amigos e amigas, colegas de fazer Direito, com quem posso compartilhar a frustração de ter feito Direito, mas continuar fazendo Direito. Fazer o que? Em destaque, no primeiro lugar, com largo favoritismo: Bianca e Camila, minhas almas-gêmeas. Fazer mestrado sem elas foi uma experiência de quase morte, mas a presença delas é tamanha que não faltou companheirismo jamais. Obrigada pela amizade incansável e infinita.

Ao meu amor, que aprendeu e me ensinou a amar com cuidado e parceria. Que participou ativamente desse processo de escrita com os recursos necessários (água, café, doces e fast food) e quis ouvir sobre o que eu descobria. Amo dividir a invenção da nossa vida contigo, há muito o que inventar ainda. Não se agradece amor, mas obrigada mesmo assim.

*Quando em teu colo deitei a cabeça, meu camarada,
a confissão que fiz eu reafirmo,
o que eu te disse e a céu aberto
eu reafirmo: sei bem que sou inquieto
e deixo os outros também assim,
eu sei que minhas palavras são armas
carregadas de perigo e de morte,
pois eu enfrento a paz e a segurança
e as leis mais enraizadas
para as desenraizar,
e por me haver todos rejeitado
mais resoluto sou
do que jamais poderia chegar a ser
se todos me aceitassem,
eu não respeito e nunca respeitei
experiência, conveniência,
nem majorias, nem o ridículo,
e a ameaça do que chamam de inferno
para mim nada é, ou muito pouco,
meu camarada querido: eu confesso
que o incitei a ir em frente comigo
e que ainda o incito sem a mínima ideia
de qual venha a ser o nosso destino
ou se vamos sair vitoriosos
ou totalmente sufocados e vencidos.*

(Walt Whitman)

Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não.

Se não tem água, eu furo um poço
Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa
E deixo andar, deixo andar
(Nara Leão)

APELO

Meu honrado marechal
dirigente da nação,
venho fazer-lhe um apelo:
não prenda Nara Leão (...)

A menina disse coisas
de causar estremeção?
Pois a voz de uma garota
abala a Revolução?

Narinha quis separar
o civil do capitão?
Em nossa ordem social
lançar desagregação?

Será que ela tem na fala,
mais do que charme, canhão?
Ou pensam que, pelo nome,
em vez de Nara, é leão? [...]

Nara é pássaro, sabia?
E nem adianta prisão
para a voz que, pelos ares,
espalha sua canção.

Meu ilustre marechal
dirigente da nação,
não deixe, nem de brinquedo,
que prendam Nara Leão.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta pesquisa remete a uma disputa narrativa histórica: o discurso sobre a ditadura civil-militar no Brasil. De um lado, o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, em 1985, que denuncia as violações aos direitos humanos durante a ditadura e, como resposta, o Projeto Orvil, encabeçado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), com a intenção de contar a versão dos militares da história. O Orvil não foi autorizado para publicação, mas continuou a circular nas Forças Armadas como narrativa de variadas formas. Em 2021, foram divulgados os Relatórios Periódicos Mensais (RPMs), informativos elaborados pelo CIE pelo menos de 1989 a 1991, que perpetua o discurso do Orvil como política no sistema de informações do Exército para doutrinação de militares. Damos a isso o nome de discurso Orviliano e questionamos: qual o discurso do Exército sobre memória, verdade e justiça da ditadura civil-militar? Para isso, partimos da hipótese de que há um discurso Orviliano sobre memória, verdade e justiça no Exército Brasileiro que obstaculiza a justiça de transição. É proposta uma análise de discurso, de acordo com Orlandi (2000), nos Relatórios Periódicos Mensais, que são capazes de fornecer uma delimitação temporal que representa a redemocratização, em um período pós promulgação da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, codificamos os textos presentes nos Relatórios através da análise de conteúdo categorial, elaborado a partir da revisão de literatura sobre o pensamento político dos militares, que demonstra a centralidade da Doutrina de Segurança Nacional como fundamento. Foi possível compreender que o discurso dos RPMs traz os elementos argumentativos fundamentais do Orvil, sendo assim, foi caracterizado como um discurso Orviliano sobre memória, verdade e justiça. Sendo estes os pilares da justiça de transição, um discurso atravessado sobre a ditadura civil-militar, que apresenta uma narrativa que inverte heróis e vilões, criando inimigos, é um entrave para sua concretização. A tarefa da justiça de transição, portanto, é trabalhar os usos políticos do passado no presente a fim de se posicionar sobre a memória a ser construída.

Palavras-chave: Justiça de Transição. Memória. Ditadura Civil-Militar. Orvil.

ABSTRACT

This research refers to a historical narrative dispute: the discourse on the civil-military dictatorship in Brazil. On one side, the release of the book *Brazil: Never Again*, in 1985, which denounces human rights violations during the dictatorship, and, in response, the Orvil Project, led by the Army Information Center (CIE), with the intention of presenting the military's version of history. The Orvil was not authorized for publication but continued to circulate within the Armed Forces in various forms of narrative. In 2021, the Monthly Periodic Reports (RPMs), informative documents prepared by the CIE at least from 1989 to 1991, were released, perpetuating the Orvil discourse as a policy within the Army's information system for the indoctrination of military personnel. We refer to this as the Orvilian discourse and question: what is the Army's discourse on memory, truth, and justice of the civil-military dictatorship? For that, we start from the hypothesis that there is an Orvilian discourse on memory, truth, and justice within the Brazilian Army that obstructs transitional justice. A discourse analysis is proposed, according to Orlandi (2000), of the Monthly Periodic Reports, which can provide a temporal delimitation that represents the process of democratization in a period after the promulgation of the Federal Constitution of 1988. Thus, we coded the texts present in the Reports using categorical content analysis, developed through a literature review on the political thought of the military, which demonstrates the centrality of the National Security Doctrine as its foundation. It was possible to understand that the discourse of the RPMs carries the fundamental argumentative elements of the Orvil, and therefore, it was characterized as an Orvilian discourse on memory, truth, and justice. As these are the pillars of transitional justice, a discourse intersected with the civil-military dictatorship, which presents a narrative that reverses heroes and villains, creates enemies, becomes an obstacle to its realization. The task of transitional justice, therefore, is to work on the political uses of the past in the present to take a position on the memory to be constructed.

Keywords: Transitional Justice. Memory. Civil-Military Dictatorship. Orvil.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fluxograma de informações nas instituições militares.....53

Imagem 2 – Descrição da “Nova Esquerda” em texto do RPM.....56

LISTA DE SIGLAS

AI-5 - Ato Institucional número 5
AIB - Ação Integralista Brasileira
ALN - Aliança Nacional Libertadora
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
AP - Ação Popular
APML - Ação Popular Marxista-Leninista
BNM - Brasil: Nunca Mais
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
Cenimar - Centro de Informações da Marinha
CIE - Centro de Informações do Exército
Ciex - Centro de Informações do Exterior
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CMI- Conselho Mundial de Igrejas
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
Colina - Comando de Libertação Nacional
CONDI - Conselho de Defesa Interna
Coseg - Comando Secundarista da Guanabara
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSN - Conselho de Segurança Nacional
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DDD - Dissidência da Dissidência
DOI - Destacamento de Operações de Informações
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ESG - Escola Superior de Guerra
MCI - Movimento Comunista Internacional
MEB - Movimento Educação de Base
MMC - Movimento Militar Constitucionalista
Molipo - Movimento de Libertação Popular

MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST - Movimento Sem Terra
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OCM - Órgãos de Comunicação em Massa
ONGs - Organizações Não Governamentais
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PSD - Partido Social Democrático
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
RPM - Relatório Periódico Mensal
SISNI - Sistema Nacional de Informações
SNI - Serviço Nacional de Informações
Ternuma - Terrorismo Nunca Mais
UDN - União Democrática Nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR - Vanguarda Armada Revolucionária
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI - Zona de Defesa Interna

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES: DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A VERDADE VIRADA DO AVESSO.....	16
2.1	Doutrina de Segurança Nacional e as relações civis-militares no Brasil: ordem e progresso.....	17
2.2	Guerra nas colinas: a narrativa militar sobre a ditadura	29
2.3	O avesso do avesso do avesso: o CIE, o Orvil e o Orvilianismo.....	37
3	“COMANDANTE, MANTENHA SEUS HOMENS BEM-INFORMADOS!”: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS MENS AIS ELABORADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO ENTRE 1989 E 1991	48
3.1	Método e metodologia de pesquisa: como analisar o que eles dizem?.....	48
3.2	Os Relatórios Periódicos Mensais (RPMs) e o Centro de Informações do Exército (CIE).....	52
3.3	O que diz o Exército Brasileiro? Uma análise de discurso dos Relatórios Periódicos Mensais (1989 – 1991)	58
4	O PASSADO É UM PAÍS ESTRANGEIRO: O CAMINHO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PELA HISTÓRIA E OS PERCALÇOS DA MEMÓRIA	86
4.1	Inventário da Justiça de Transição: Considerações sobre memória, verdade e história	87
4.2	“E que me esqueçam!”: Tempo e usos do passado, entre memória e esquecimento	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6	REFERÊNCIAS	108
7	FONTES PRIMÁRIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

Dá-se o nome de narrador não confiável ao narrador de uma história que, por algum motivo, tem sua credibilidade comprometida para aquela função. Na ficção, esse narrador pode ser um farsante, aquele personagem que quer muito convencer o público de uma realidade que não existe, pode ser uma versão aumentada ou diminuída dos fatos, mas ele, no fim das contas, é um mentiroso. Mas também pode ser o caso de um narrador que não é confiável porque alguma limitação cognitiva ou psicológica o descredibiliza, como é o caso das histórias em que no final, se descobre que o narrador era louco. Em qualquer caso, a existência de narradores não confiáveis implica em, antes de qualquer conclusão sobre alguma história, questionar: mas, quem falou isso? Não por mera curiosidade, mas porque saber quem fala importa.

Na literatura brasileira, o maior exemplo de narrador não confiável é Bentinho, do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, que conta, em primeira pessoa, sua história de amor com Capitu, que, segundo ele, o traía com seu melhor amigo, Escobar. O relato de uma história em primeira pessoa, por definição, inviabiliza que a versão das outras personagens envolvidas seja contada, o que cria uma narrativa desleal – o envolvimento emocional de Bentinho, seus sentimentos aflorados e sua obsessão pelo assunto acabam descredibilizando sua história. Ao se afirmar “Capitu traiu Bentinho!”, é possível que alguém questione: “mas, quem falou isso?”. Foi Bentinho, um narrador não confiável, porque saber quem fala importa. Nesta pesquisa, quem fala no discurso é nosso ponto de partida para compreender como o Exército Brasileiro narra a história brasileira sobre ditadura civil-militar.

Essa é uma disputa de narrativas histórica da década de 80 no país, quando foi lançado o livro *Brasil: Nunca Mais*, projeto financiado por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright, em parceria com uma equipe de advogados voluntários, fruto de longa pesquisa documental na Justiça Militar durante a repressão. O sucesso de seu lançamento, em 1985, aconteceu em um momento histórico de profunda crítica à ditadura e aos militares, em que vítimas, familiares, militantes e a sociedade civil clamavam por memória, verdade, justiça e anistia ampla e irrestrita. Como se pode imaginar, o assunto não agradou os militares, que, como será explicado ao longo da pesquisa, contavam com armas poderosas para enfrentar essa

guerra: não eram tanques, mas um sistema de informações em funcionamento dentro da instituição, para garantir o controle da narrativa.

Assim surge o Orvil, palavra que significa “livro” ao contrário, elaborado pelo Centro de Informações do Exército para dar uma resposta ao Brasil: Nunca Mais. Com o acervo documental acumulado pelo Exército durante os anos da ditadura, era possível recontar a história sob a perspectiva dos militares. O cerne narrativo do Orvil é a crença de que as Forças Armadas contiveram quatro tentativas de tomada do poder por parte da esquerda, e, naquele período histórico, estariam lidando com a quarta tentativa. Essa batalha, porém, não estava fácil para os militares: o livro foi barrado de publicação pelo então presidente José Sarney e se manteve como documento secreto das Forças Armadas. O que pode parecer uma derrota fez parte do pensamento político militar por muitos anos, e a transição aconteceu sem que os militares precisassem “inverter” esse discurso.

Trazemos esse conflito de narrativas para o centro da justiça de transição. A experiência da vítima, no direito brasileiro, especialmente o penal, é um objeto secundário, sem protagonismo. Para ser considerada como vítima, esta precisa ocupar o lugar da pessoa vitimizada: silenciada, violentada, vulnerável; quando esse estereótipo é rompido com emancipação, demandas, organização e manifestação pública, o pacto é quebrado, e a vítima se torna indesejada – ela atrapalha. Pela intimidade de sua relação com os fatos, é considerada parcial. Pode-se dizer que sua credibilidade é comprometida. A vítima se torna uma narradora não confiável. Para fins desta pesquisa, entendemos que é papel da justiça de transição trazer justiça às vítimas e garantir que isso não aconteça, dessa forma, é dessa perspectiva sobre o tema que se baseiam nossas delimitações.

Por outro lado, os militares tentam narrar a ditadura de forma pouco confiável ao retratar uma realidade que não existiu, ou justificar violências injustificáveis. São narradores não confiáveis da história brasileira. Com a manutenção do Orvil como livro secreto do Exército, sua gênese continuou a ser divulgada, mas agora de forma oficial dentro da instituição, através dos Relatórios Periódicos Mensais (RPMs). Foram obtidas as edições dos RPMs entre 1989 e 1991, que estão disponíveis no Arquivo Nacional, e seu conteúdo é, sobretudo, político. A partir dessa fonte, a primeira pergunta que fizemos é a mesma: mas, quem falou isso? Na análise de discurso, tão importante

quanto a mensagem são os interlocutores e o contexto sociopolítico dela. Por isso, queremos entender qual é o discurso do Exército Brasileiro sobre memória, verdade e justiça por meio dos RPMs.

Para propor essa análise, partimos da hipótese de que há um discurso “Orviliano” em memória, verdade e justiça no Exército Brasileiro que obstaculiza a justiça de transição no Brasil. Por se tratar de uma análise de discurso com base em Orlandi (2000), o primeiro capítulo do trabalho é fundamental para compreender o pensamento político dos militares ao longo dos anos e sua relação com a Doutrina de Segurança Nacional, a partir, principalmente, da pesquisa de Rodrigo Lentz (2022). Quando questionamos quem está emitindo uma mensagem, importa saber o que aquele narrador representa, por isso, esse capítulo tem por objetivo identificar os interesses que o Exército defende quando se posiciona politicamente. Sendo assim, se divide em três subcapítulos: no primeiro, apresentaremos um histórico da politização de militares e as relações de poder entre civis e militares; no segundo, é proposta uma revisão de literatura sobre a Doutrina de Segurança Nacional a fim de verificar o impacto no pensamento político militar; no terceiro, com base no Orvil, pretendemos elaborar o conceito de “pensamento Orviliano” presente da hipótese de pesquisa.

O segundo capítulo foi dedicado para a análise de discurso dos Relatórios Periódicos Mensais de 1989 a 1991 a partir da pergunta: qual o discurso do Exército sobre memória, verdade e justiça da ditadura civil-militar entre 1989 e 1991? Para isso, será utilizada como ferramenta a análise de conteúdo categorial, que pretende criar um livro de códigos capaz de codificar cada um dos textos dos Relatórios. As categorias para a codificação foram criadas pelo que consideramos eixos fundamentais do discurso Orviliano: conteúdo político; regime militar; e políticas de memória, verdade e justiça. Dessa forma, será possível aferir a validade da hipótese trazida sobre o discurso Orviliano do Exército Brasileiro.

Finalmente, o último capítulo questiona de que forma o discurso Orviliano é capaz de obstaculizar a justiça de transição. Essa seção tem por objetivo levantar mais reflexões do que, efetivamente, encontrar respostas, por isso, abrirá discussões sobre tempo, passado, história e, sobretudo, memória. Procuramos entender se uma memória “Orviliana” é realmente memória ou esquecimento e de que forma é possível garantir políticas de memória no presente. Ainda, parte importante desse capítulo se propõe a

questionar qual é a justiça de transição que se deseja construir, nesse sentido, a justiça de transição reversa (ALMEIDA, 2022) representa o retrocesso das políticas de memória, verdade e justiça no Brasil. A discussão sobre memória será ancorada, principalmente, no pensamento de Walter Benjamin e Reyes Mate, sob uma perspectiva crítica da linguagem internacional de direitos humanos.

Dessa forma, o projeto é abarcar por completo a hipótese levantada, para que ela seja investigada em todos os pilares: primeiro, o pensamento político militar, que deve ser, antes de tudo, compreendido, com o auxílio da literatura em sociologia e ciência política, visto que é objeto de pesquisa há décadas na academia. Com isso, é possível analisar o Projeto Orvil no cenário completo para delimitar um pensamento Orviliano. A análise de discurso dos Relatórios Periódicos Mensais explora os documentos a fim de extrair o pensamento dos militares sobre memória, verdade e justiça e, finalmente, buscamos entender o impacto do discurso Orviliano na justiça de transição.

A emergência de pesquisar as relações entre o poder militar e a democracia se apresenta diariamente nas ciências jurídicas, por isso, esta pesquisa retorna para o período da redemocratização na intenção de encontrar os narradores. Narrar a história é, para Benjamin, trazer as centelhas da esperança do passado. Na ideia de esperar, botamos em prova a confiabilidade desses narradores, que dão a linha da justiça de transição no Brasil após a ditadura civil-militar. Porque quem conta a história importa, e essa reflexão pode contribuir para avaliar passado, presente e futuro e garantir o ambiente democrático que a justiça de transição ambiciona.

2 PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES: DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A VERDADE VIRADA DO AVESSO

Sabia pouco, mas pelo menos sabia isto: que ninguém fala pelos outros. Que, mesmo que queiramos contar histórias alheias, terminamos sempre contando nossa própria história.

(Alejandro Zambra)

2.1 Doutrina de Segurança Nacional e as relações civis-militares no Brasil: ordem e progresso

Em agosto de 2021, a Agência Pública publicou em reportagem uma série de documentos inéditos, encontrados no acervo do Arquivo Nacional, que circularam dentro das instituições militares entre, pelo menos, 1989 e 1991, pelo Centro de Informações do Exército (CIE), compartilhando ideias estas que, por sua vez, não eram inéditas. Em outro Brasil não tão distante, em meados de 1985, o mesmo CIE trabalhava em um projeto secreto em resposta ao que acontecia na época: com a abertura política e o fim da ditadura civil-militar, as políticas de verdade, memória e justiça traziam à tona os horrores e revelavam as mortes, torturas e desaparecimentos forçados que aconteceram a partir de 1964. A mais relevante delas foi o livro *Brasil: Nunca Mais* (BNM), projeto encabeçado por Dom Paulo Evaristo Arns que denunciou as violações de direitos humanos através da documentação de 707 processos da Justiça Militar entre 1964 e 1979.

O resultado do relatório foi publicado como livro em 1985 e foi um sucesso de vendas num Brasil que iniciava seu processo de justiça de transição e se preparava para um processo constituinte. Contudo, a publicação de 444 nomes de agentes da repressão da ditadura não agradou o Exército, que recebeu a notícia com insatisfação e, prontamente, colocou o Centro de Informações do Exército para construir sua própria versão dessa história. Assim nasce o Orvil, “livro” ao contrário, desenvolvido principalmente pelo General Leônidas Pires, então Ministro do Exército, e pelo Coronel Agnaldo Del Nero Augusto, com o objetivo claro de apresentar uma espécie de acervo sobre a “subversão”, indicando que o Brasil sempre esteve sob ataque de organizações comunistas, motivo pelo qual a ditadura teve que se impor (FIGUEIREDO, 2009).

É evidente que se estabeleceu uma disputa de narrativas, porém, em 1985 o Brasil havia escolhido seu discurso oficial, por isso, quando Leônidas apresentou o relatório para o então presidente José Sarney, sua publicação foi vetada. Dessa forma, toda a pesquisa e documentação promovida pela inteligência das Forças Armadas ficou protegida na caserna, sob conhecimento de alguns poucos envolvidos, e como lenda aos demais, mas, de qualquer forma, o Orvil representa uma sistematização do pensamento militar no Brasil, que remonta desde a Proclamação da República até os dias atuais. Os documentos expostos pela Agência Pública comprovam que o CIE, em pleno Estado

Democrático de Direito, utilizava seu setor de inteligência para divulgar e promover conteúdos e informações *Orvilianas*, ou seja, na ideologia do Orvil, para a comunidade militar como forma de doutrinação de seus agentes.

Os Relatórios Periódicos Mensais (RPM) eram informativos publicados mensalmente pelo CIE, de circulação interna e timbrados com a palavra “confidencial”, contendo análises políticas, notícias, repasses internos da instituição e pareceres de conjuntura elaborados pelos militares. Entre janeiro de 1989 e julho de 1991, o Exército brasileiro acompanhou as significativas mudanças políticas que ocorriam no país recém redemocratizado e esses registros podem ser analisados nos RPMs, dessa forma, se tem um interessante excerto do discurso ideológico que a instituição propunha como narrativa histórica e, ao mesmo tempo, doutrina interna. De acordo com a pesquisa de Rodrigo Lentz (2022), desde 1946 as Forças Armadas expressam um desejo de coesão ideológica, devido às históricas divisões entre militares ao longo das décadas.

Com esse objetivo em foco nasce a Escola Superior de Guerra, além de promover interação orgânica entre militares e setores empresariais e criar “relações de camaradagem” com a população civil. O projeto esperava integrar os civis no pensamento de segurança nacional, ou seja, estender o alcance da doutrina às elites nacionais. A três vertentes de pensamento é atribuída a criação da Escola (LENTZ, 2022): primeiro, o pensamento de Alberto Torres, político civil do Partido Republicano Fluminense, que ocupou diversos cargos na política nacional e acreditava na necessidade de o Exército pensar em soluções para o país, enquanto parte do Estado, através de um Instituto de Altos Estudos. É dele o livro *A Organização Nacional* (1913), de onde surge a ideia da ESG. O segundo foi o pensamento político de Goés Monteiro, figura importante nas instituições militares desde 1930 e representante da doutrina de segurança nacional no governo de Getúlio Vargas. A atuação de Goés na história militar e política, sempre bastante interligadas, foi responsável pela ideologia dominante na época, o pensamento autoritário brasileiro.

Por último, a terceira influência foi o contexto da Segunda Guerra Mundial. Até então, a influência do pensamento profissional militar francês era determinante, sendo a Escola Superior de Guerra francesa referência para o Brasil, contudo, a aproximação com militares dos Estados Unidos acabou destacando a visão “liberal-conservadora intervencionista” (LENTZ, 2022, p. 103), eixo importante da doutrina de segurança nacional, da qual trataremos em seguida. Com essas referências, a ESG – ou Instituto de

Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, foi criada em 1949 pela Lei 785/49 como integrante do Ministério da Defesa, porém, somente em 1975 foi finalizada a “doutrina de ação política”, o instrumento a partir do qual foi instituído o pensamento militar construído ao longo dos anos.

Porém, antes disso, as relações civis-militares estudos sobre a relação de dominação que se estabelece entre as forças, uma questão política e ideológica. É possível observar três ondas de estudos sobre a dominação política dos militares ao longo do desenvolvimento da sociedade industrial capitalista na figura do Estado (LENTZ, 2021): a primeira onda se situa entre a primeira e a segunda Guerra Mundial, com esperado enfoque nos aspectos da guerra e visão crítica do militarismo nas instituições modernas. Após a Segunda Guerra Mundial, com o início da Guerra Fria como uma guerra permanente, se passou a questionar o poder militar e o controle civil. Conforme o contexto histórico do período e todos os marcos paradigmáticos de direitos humanos no pós-guerra, os regimes liberais encaminham os estudos sobre relações civis-militares para o campo da “profissionalização” – sendo os militares subordinados ao poder civil do Estado, então devem ser tratados como forças operacionais da burocracia, de forma profissional, com afastamento do poder político civil.

Nesse momento, questões como a ética profissional do militar e a possibilidade de neutralidade na atuação profissional entram em discussão. Para Lentz, o romantismo da profissionalização militar (2021, p. 63) pode enganar a democracia liberal com um suporte controle sobre a instituição militar, quando tão somente a profissionalização não é suficiente para evitar a politização dessas forças. Já a terceira onda de estudos se localiza no tempo após a Guerra Fria, quando da superveniência de ditaduras militares e golpes de estado emergiu a necessidade de estudar as fricções civis-militares. Dessa forma, são analisadas as influências militares na política em democracias consolidadas, sem, contudo, questionar se as ditas democracias de fato foram consolidadas, já que a mera profissionalização não consegue garantir o afastamento político e a pretendida neutralidade da instituição.

A fim de compreender o discurso militar quando iniciada a justiça de transição pós ditadura, a partir de 1979, estabelecemos como referência teórica a obra de Rodrigo Lentz (2022) sobre a Doutrina de Segurança Nacional na República brasileira, cuja pesquisa demonstra a prevalência dessa ideologia na história do Brasil. O caminho para entender o processo de politização das Forças Armadas é o mesmo que percorremos

para entender o modo sistemático de atuação estatal pela Segurança Nacional, por isso, caminhamos com atenção pela história da República brasileira desde sua proclamação até o fim da ditadura civil-militar para encontrar onde estavam os militares nesses processos. Dessa forma, pretendemos utilizar a Doutrina de Segurança Nacional como categoria para a análise de discurso dos Relatórios Periódicos Mensais do CIE.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pode ser entendida como ideologia – a ideologia da segurança nacional, visto que a estrutura política de Estado que se forma para enfrentar as ameaças define a própria atuação das forças, sobretudo as armadas. Desse modo, amparados pela doutrina, os militares executam através de um sistema de operação de guerra, no Brasil, grande parte dos inimigos da segurança nacional são internos, e neste capítulo, pretendemos explorar como se deu a seleção deles ao longo da história. Mas o fato é que a DSN permite que as instituições militares, em nome da segurança nacional, atuem politicamente utilizando, também, a força armada do Estado para isso, através das gerações, como um padrão observável na política institucional brasileira.

A primeira geração, assim classificada por Lentz, é a Ditadura de Segurança Nacional iniciada com o golpe militar de 1930, quando a aliança liberal e militares ligados ao Tenentismo, ou seja, uma aliança civil-militar, se opuseram ao sistema oligárquico vigente até então. Para estabelecer a paz, a aliança assume o governo de forma transitória e suspende a Constituição vigente de 1891, dando início à Segunda República (1930 a 1934). Esse é o primeiro governo de Getúlio Vargas, com ampla participação militar, e nesse contexto surge pela primeira vez o termo “segurança nacional”: é criado o Conselho Superior de Segurança Nacional, atualmente Conselho de Defesa Nacional, com o objetivo de manutenção da ordem. Acreditamos que seja importante frisar nesta pesquisa, realizada no departamento de Direito, o papel dos institutos jurídicos para forjar uma roupagem legal ao autoritarismo brasileiro, e da mesma forma a dificuldade de revogá-los depois.

Dessa legalidade autoritária surge a Constituição de 1934 prevendo eleições para 1938. Ocorre que outro golpe de Estado marca o início do Estado Novo de Vargas, seu mais autoritário governo, em 1937. O contexto histórico desse período era a ascensão do nazismo na Alemanha e dos fascismos na Europa, e no Brasil o integralismo representava suas ideias; oposto a ele, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, liderada por Luis Carlos Prestes, um militar. A ANL reunia militantes de

esquerda e antifascistas, mas, em nome da “segurança nacional”, foi perseguida por Getúlio Vargas. Para compreender o pensamento político militar, é importante atentar para a pluralidade que já existiu, como é o caso de uma vertente minoritária comunista, conforme apontaremos a seguir, que acaba por ser erradicada ao longo da história.

Esses movimentos foram bastante ativos nesse período, organizando revoltas e levantes armados contra o governo Vargas, no que se chamou de intentona comunista¹. Porém, a derrota do Partido Comunista pelas forças militares do Estado acaba se tornando um marco importante para o Exército: o anticomunismo se estabelece com ainda mais força como ideologia militar. Dessa forma, a derrota da intentona comunista, o nazifascismo e o a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) abrem terreno para a possibilidade do golpe militar de 1937. O general Olímpio Mourão Filho, diretor do serviço secreto da AIB, é conhecido como o autor do Plano Cohen, utilizado para justificar o golpe.

O Plano Cohen forjou uma ameaça de ataque comunista para justificar o golpe do Estado Novo, o que novamente reforça o caráter anticomunista que os militares vão reafirmando ao longo da história. Mais uma vez, a Doutrina de Segurança Nacional foi invocada e estabeleceu seus inimigos a combater: a suposta ameaça comunista na América Latina. Para manutenção do Estado Novo, a segurança nacional via estruturas jurídicas também teve seu papel, com a Constituição Federal de 1937 e a primeira Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38 de 1935). Para o julgamento, também foi criado um Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, e o Departamento de Imprensa e Propaganda passa a censurar ideias indesejadas pela ditadura de Vargas.

Isso porque a tradição da legalidade autoritária no Brasil permite que o autoritarismo de estado seja inserido dentro da legalidade, até mesmo em períodos democráticos (PEREIRA, 2015). A Lei de Segurança Nacional – e a própria ideia de segurança nacional, é um dos instrumentos em vigência na legislação brasileira de legalidade autoritária; desde 1935, diversas novas leis de segurança foram promulgadas até a de 1983, da ditadura civil-militar (Lei nº 7170/83), que ficou em vigência até 2021,

¹ A intentona comunista é um marco na história do Exército Brasileiro por representar uma discordância política interna que acabou em uma tentativa de revolta protagonizada principalmente por Luis Carlos Prestes, pelo Partido Comunista Brasileiro, e pelos tenentes de esquerda (VIANNA, 1990). Assim como para a história do comunismo no Brasil, a intentona comunista também é importante para a memória do Exército: em 1981, a Biblioteca do Exército publicou o livro “Lembraí-vos de 35”, de autoria do General Ferdinando de Carvalho, que relata a desobediência dos militares envolvidos e dos que foram sacrificados pelos comunistas.

no governo Bolsonaro. Durante o primeiro ano de seu governo, foram 26 inquéritos policiais instaurados por crimes da Lei de Segurança Nacional, superando a casa das duas dezenas pela primeira vez desde os anos 2000 (VENTURINI, 2021).

Ou seja, a legalidade autoritária permite que as heranças de um governo autoritário possam se manter em vigência durante longos períodos democráticos, apenas a espera para uso de um possível novo autoritarismo. Dessa mesma forma, a Doutrina de Segurança Nacional consegue manter-se presente em todos os períodos da República brasileira, e, mais do que isso, faz as Forças Armadas serem relevantes atores políticos pela segurança e pela ordem nacional. No Estado Novo, a segurança nacional se alinhava a outras prioridades do governo, como o desenvolvimentismo e o crescimento econômico, daí, portanto, o entendimento de que se trata da primeira fase do binômio segurança-desenvolvimento.

É importante ressaltar que o que possibilitou o golpe e a manutenção do Estado Novo foi uma aliança da burocracia civil com os militares e a burguesia nacional – uma parceria que acompanha a história capitalista brasileira. E essa mesma aliança, posteriormente, é responsável pelo enfraquecimento de Vargas, que criou leis trabalhistas e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e vinha se aproximando de movimentos sindicais e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa movimentação do presidente rompe com a aliança, e sua deposição se torna realidade antes mesmo das eleições de 1945, assumindo até o resultado o presidente do Supremo Tribunal Federal.

A segunda geração é a Democracia de Segurança Nacional (LENTZ, 2022), compreendida entre 1946 e 1964, período em que o Brasil viveu seu lapso democrático antes de mais um golpe militar. O contexto político internacional dessa época trouxe os novos paradigmas de direitos humanos no pós-guerra e Guerra Fria, e o fim dos regimes nazifascistas também acabaram influenciando a política interna brasileira, dessa forma, novamente com protagonismo militar, Getúlio Vargas foi deposto e novas eleições aconteceram. Dessa vez, o general Eurico Gaspar Dutra se torna o quarto integrante do Exército a se tornar presidente desde a Proclamação da República, pelo Partido Social Democrático (PSD) e com o apoio de Vargas e do PTB.

A chamada Democracia de Segurança Nacional tinha bem mais segurança nacional que democracia: as eleições de 1945 contaram com os votos de apenas 13,4% da população (LENTZ, 2022, p. 93). Porém, o momento era de abertura política após os

anos de ditadura varguista, que, somado à conjuntura internacional de relativa paz, colocava em questão o propósito das Forças Armadas. Esse é um debate que se estende mundialmente por décadas, adquirindo mais força a partir dos anos 80, quando termina a Guerra Fria, e, portanto, com considerável menor demanda na defesa nacional, os militares perdem objetivo. Muitos países, nesse momento, adotam a criação do Ministério da Defesa a fim de exercer o controle civil da pasta militar (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2010).

No Brasil, entretanto, as Forças Armadas estavam profundamente ligadas à política, o que por si só entregava sua função. Além disso, a Doutrina de Segurança Nacional também delimitava bem o propósito de manter a estabilidade da ordem e da segurança nacional – para isso, se estabelecem inimigos. Como quase todas as correntes militares eram anticomunistas, o momento foi de “aproveitar o período de paz para a preparação da guerra contra o comunismo internacional no ambiente interno” (LENTZ, 2022, p. 105). Essa é a segunda fase do binômio segurança – desenvolvimento.

Segurança e desenvolvimento foi o mote de coesão ideológica que os militares desejavam, a partir da corrente transformadora-conservadora. Segundo Rodrigo Lentz, o projeto da Escola Superior de Guerra (ESG) faz parte da coesão ideológica interna, mas também serviu para proporcionar a interação orgânica entre militares e empresários, aliando os interesses das Forças Armadas com a burguesia civil no Brasil. O autor aponta três vertentes fundacionais para a criação da ESG em 1949, incluído o pensamento de importantes teóricos do pensamento político do Exército e o contexto histórico do momento.

A primeira vertente é o pensamento evolucionista de Alberto Torres (1865-1917), expoente do “pensamento autoritário brasileiro” e escritor da obra “A Organização Nacional”, de 1913. Apesar de ser um político civil, o pensamento de Torres trouxe a necessidade de o Estado criar um Instituto de Altos Estudos para desenvolver pesquisas públicas, o que teria sido a origem da ideia da ESG. A segunda vertente é o pensamento de Goés Monteiro, que permeia a história política militar desse período, e tem grande influência do pensamento profissional alemão e francês. Goés sempre se posicionou pela coesão ideológico na instituição militar e, nesse sentido, já havia criado o Clube 3 de Outubro:

A iniciativa tinha objetivo expresso de sintetizar as ideias reformadoras dessa aliança civil-militar e unificar sua atuação na disputa pelos “rumos da

revolução” contra as oligarquias dissidentes que haviam aderido ao golpe de 1930. Em manifesto de 1932, o Clube expunha suas ideias: centralização ditatorial do Estado, intervenção modernizante na economia, reforma do federalismo oligárquico, eliminação dos latifúndios, representação política por território e corporações, nacionalização de atividades estratégicas (transporte, recursos hídricos e minerais, portos) e direitos sociais, em especial trabalhistas e previdenciários.

(LENTZ, 2022, p. 102)

Finalmente, a terceira vertente fundacional se refere ao momento histórico após a Segunda Guerra Mundial e início da guerra permanente. O início da Guerra Fria intensifica a ideologia anticomunista dos militares, que passam a divulgar o temor à ameaça comunista internacional – e com esse inimigo à vista, a Doutrina de Segurança Nacional se torna um modelo a ser difundido na instituição. O pensamento de guerra foi incorporado ao projeto da ESG de forma que a coesão ideológica militar se deu em prol da segurança nacional e anticomunista. E esse pensamento, com a ajuda da Escola, não devia se restringir aos militares, mas sim criar “relações de camaradagem” (LENTZ, 2022, p. 206) com a população civil, a partir da suposta necessidade de segurança.

Dessa forma, a Escola Superior de Guerra nasce consolidando a ideologia que se pretendia unificada dentro das Forças Armadas e nas relações civis-militares. Contudo, dentro dos quartéis as opiniões ainda estavam polarizadas em relação à sucessão de Gaspar Dutra. Vargas detinha forte apelo popular e das frentes à esquerda, como o Partido Comunista, por isso, setores militares se opunham fortemente a sua figura, mas já não havia centralização na figura de Goés Monteiro como em 1945. A controvérsia entre os militares sobre o desenvolvimento parte de duas vertentes: a esfera nacional-trabalhista, encabeçada por Newton Estillac Leal, um tenentista, com forte defesa do nacionalismo e entendendo as Forças Armadas de forma legalista; e a de Góes Monteiro, Juarez Távora e Cordeiro de Farias (então comandante da ESG), alinhados aos EUA e ao liberalismo econômico (LENTZ, 2022).

Estillac Leal foi Ministro da Guerra no governo Vargas, que saiu vitorioso, e se forma uma terceira via entre os militares na figura do General do Exército Euclides Zenóbio da Costa, que respeitava o resultado das urnas. O “organismo político” interno chamado de Cruzada Democrática se propunha a intermediar a polarização capitalismo/comunismo por meio de um “nacionalismo racional” (LENTZ, 2022, p. 113). O conflito entre a Cruzada Democrática e a linha nacional-trabalhista restou na derrota destes, e esse pode ser considerado um marco de isolamento interno dos militares adeptos a essa vertente. Ainda, com a criação da Petrobras, em 1953, as Forças

Amadas foram se estabelecendo como oposição ao governo Vargas até o momento de seu suicídio, após a pressão política pela renúncia, em agosto de 1954.

O governo, então, foi assumido por Café Filho, do Partido Republicano Popular, mas ligado à União Democrática Nacional (UDN), de corrente militar oposta ao nacional-trabalhismo. Mas, eleições estavam previstas para 1955 e a chapa vencedora foi de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), aliando forças trabalhistas de Vargas, apoio do Partido Comunista, em oposição às forças ligadas à UDN. Nesse processo eleitoral, ficou claro um conflito de gerações de segurança nacional entre os militares liberais-conservadores (LENTZ, 2022): os militares alinhados com Goés Monteiro e o novo Movimento Militar Constitucionalista (MMC), liderado pelo Coronel do Exército José Alberto Bittencourt, um conservador legalista, que pretendia pressionar pela manutenção da democracia e das eleições.

O governo de Kubitschek, desenvolvimentista, adotou o conceito de desenvolvimento da Escola Superior de Guerra daquele período, com interesse de modernização capitalista em diálogo com empresas multinacionais, e priorizando o capital estrangeiro. Contudo, durante todo o governo, a polarização ideológica entre os militares se manteve intensa, de forma que o presidente chegou a determinar a proibição de manifestações políticas por militares da ativa e da reserva – no entanto, foi desobedecido por Juarez Távora. Em seguida, nas eleições de 1960, o PSD lançou a candidatura de Henrique Lott para presidente, e Goulart de vice, militar da reserva ligado ao nacional-trabalhismo, para concorrer com a chapa de Jânio Quadros, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), com apoio da UDN pautada na moralização administrativa.

A aliança política que chegou ao poder, dessa vez, foi a da UDN, com a eleição do presidente Jânio Quadros, e o governo se deu com forte participação dos militares ligados a ESG. O Gabinete da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi chefiado pelo Coronel Golbery de Couto e Silva, que dialogava com o empresariado nacional e se tornou uma referência intelectual para a Escola. Em sua atuação, Golbery contribuiu para o planejamento estratégico para a política de segurança nacional e produziu obras relevantes para as Forças Armadas. O conteúdo, bastante antimarxista, atentava para os perigos do liberalismo moderno, e misturava ideias capitalistas, cristãs e alinhadas politicamente com os Estados Unidos.

Nesse sentido, o pensamento trabalhado pela ESG se estabelece como anticomunista e liberal-conservador. Outra situação reacendia o medo do comunismo no Brasil, a Revolução Cubana², de 1959, dessa forma, os militares acreditavam ser uma prioridade a segurança nacional contra as ameaças revolucionárias na América. No entanto, o governo de Quadros não seguiu exatamente os termos do pensamento militar, afinal, não se aproximou dos Estados Unidos e buscou estabelecer relações de diplomacia com URSS e China. Então, em 1961, Jânio Quadros renuncia a presidência, após Carlos Lacerda denunciar suposto golpe de Estado que estaria sendo planejado pelo presidente – no momento da renúncia, o vice-presidente João Goulart, seu sucessor, estava na China.

Quando se fala na ditadura civil-militar de 1964, é importante ressaltar o episódio anterior que já denunciava o golpismo posterior, que foi a tentativa de golpe por três ministros militares na intenção de impedir a posse de Goulart em razão de sua ideologia trabalhista. Contra isso, foi organizada a resistência, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e nasceu a Campanha da Legalidade. Nesse período, Brizola teve uma reação democrática à tentativa e colocou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul como parte dessa resistência pela legalidade constitucional. Nesse sentido, a Campanha da Legalidade obteve êxito pela grande mobilização popular pela posse de Goulart, inclusive através de batalhões populares, os comitês de resistência democrática (KONRAD; LAMEIRA, 2011).

Dentro das Forças Armadas, esse antagonismo dividia os militares entre legalistas e golpistas, mas foi a coesão ideológica entre legalistas civis e militares, com papel importante da ESG, que permitiu a posse de Goulart, não sem uma alteração via emenda constitucional no Congresso que reduzia os poderes da presidência e definia o parlamentarismo no Brasil. Nas eleições seguintes, seria aplicado um plebiscito para decidir sobre o sistema de governo. O que se seguiu foi uma série de conflitos políticos dentro e fora da caserna. Conforme LENTZ (2022, p. 132):

Portanto, essa organização civil e militar estava inserida no contexto de disputa pelo poder político em torno da Ordem de Segurança Nacional. Depois de ser estruturada por uma declarada ditadura de tendências nacional-trabalhistas (1930-1945), a segunda geração de segurança nacional desenvolvida em ambiente de controlada abertura política se encontrava em franca crise de hegemonia.

² Sobre isso, ver A Revolução Cubana, de Luis Fernando Ayerbe (2004).

Dentro das Forças, militares de patentes baixas passam a exigir sua “cidadania militar”, e na sociedade civil, crescia a mobilização popular por participação política, como as Ligas Camponesas. Nesse contexto, ocorre a queda do parlamentarismo, via plebiscito, e retorno do presidencialismo, ou seja, João Goulart recupera os poderes presidenciais e, logo, passa a promover políticas de viés nacional-trabalhista – evidentemente, na contramão dos interesses de militares ligados à UDN e à ESG. A postura de Goulart como presidente rapidamente incomodou a doutrina de segurança nacional: a aproximação com movimentos sociais que pediam reformas de base justificou uma aliança civil-militar contra a subversão esquerdista e comunista que, supostamente, ameaçava o Brasil.

Os interesses econômicos e políticos das elites, juntamente com o pensamento militar produzido, e integrado à sociedade civil, como vimos, pela ESG, conduziu o momento histórico novamente para recorrer a uma velha conhecida – a segurança nacional. Com o apoio de organizações importantes da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além do próprio estado (Senado Federal, Supremo Tribunal Federal e Câmara dos Deputados), ocorre o golpe civil-militar de 1964 (LENTZ, 2022). Fica evidente o largo escopo jurídico, civil e empresarial angariado pelos militares para o golpe e, conseqüentemente, é de acordo com esses interesses que o regime vai atuar e se perpetuar no poder, com grande judicialização e institucionalização de seus atos.

Nesse momento, pós-1964, ocorre uma transformação no papel político e institucional dos militares resultado das reformulações que ocorreram desde o Estado Novo, como vimos, com a Doutrina de Segurança Nacional (DREIFUSS; DULCI, 2008). Antes do golpe militar, a concepção ideológica das Forças Armadas, proposta em grande medida pela ESG e pautada na UDN, de poder moderador e desenvolvimento programático, buscava a homogeneidade ideológica interna e com setores externos, como o empresariado. No âmbito institucional, alguns gargalos: a falta de autonomia profissional em razão do controle civil; as articulações classistas entre as patentes militares; e a falta investimento em equipamentos e estruturas de trabalho nas instituições. Com isso em mente, a partir de 1964 ocorre a modernização das Forças Armadas.

De acordo com Dreifuss e Dulci (2008), é possível se falar em três etapas dessa transformação, a primeira vai de 1964 até 1968, quando foi instituído o Ato

Institucional nº 5 (AI-5). Nesse momento, se enfrentam duas tendências dentro da “área revolucionária”: de um lado, a ideia de uma intervenção transitória com objetivo de devolver o poder para a ordem constitucional assim que estivesse acabada a suposta ameaça; de outro, o processo revolucionário é entendido como permanente, em que as Forças Armadas se colocam como poder dirigente. Com a criação do AI-5, foi escolhida a revolução permanente, e dessa forma se inicia a segunda etapa, em que as Forças Armadas passam de poder bonapartista³ para o poder dirigente. Nessa mudança de papel dos militares, foi necessário um esforço para pacificar a convivência com os parceiros da elite, tendo em vista que o poder reivindicado para si pela instituição não foi imediatamente aprovado.

Sendo assim, a congruência de valores entre o Estado e a elite gerou enfoque em desenvolvimento e segurança para estes componentes. Contudo, em plena repressão e censura da ditadura, grande parte da população não experienciava segurança, e ao discordar, recebia o rótulo da subversão – esse é o estado de crise permanente que se estabelece, inevitável quando há muitos excluídos do projeto de Estado estabelecido no golpe. Culminou, então, no processo de reversão da revolução, com a revogação do AI-5 em 1978, o que dá início à terceira etapa proposta por Dreifuss e Dulci, e começa a gradual e lenta abertura política. Ao longo dessas fases, a instituição militar se torna um ator político relevante, que não mais se insere na política institucional e civil, mas a domina.

Durante a ditadura civil-militar, as Forças Armadas assumem quatro papéis-chave: “1. Governo (do "povo"); 2. Administração (da nação e de seus recursos); 3. Partido (das elites); e 4. Guardiães da ordem.” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 151). Ainda, como reformulação organizacional, as Forças implementaram medidas visando solucionar problemas que existiam pré-64, com a criação do Estatuto dos Militares garantindo direitos e deveres; a promoção da despolitização da instituição; a maximização do potencial militar com o fortalecimento da indústria bélica, o que também fortaleceu os vínculos empresariais; e a implementação de uma “comunidade de informações”, da qual falaremos com mais profundidade nas próximas seções.

³ Os autores utilizam o conceito de poder bonapartista para descrever as Forças Armadas até 1964. Na literatura marxista, poder bonapartista é caracterizado pelo uso da violência e repressão, por meio de uma “autonomização relativa do Estado” diante das classes sociais. Sobre isso, ver O Longo Bonapartismo Brasileiro, de Felipe Demier (2014).

2.2 Guerra nas colinas: a narrativa militar sobre a ditadura

Dezessete de abril de 2016, votação na Câmara dos Deputados para aprovação do início do processo de Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014, responsável por sancionar a lei que criou a Comissão da Verdade e militante da organização Colina (Comando de Libertação Nacional) durante a ditadura civil-militar. Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, futuro presidente eleito em 2018, declara seu voto pela abertura do processo, em plenário, em nome da memória de Carlos Brilhante Ustra, torturador da ditadura. Dilma era considerada a “papisa da subversão”, conforme os processos da Justiça Militar daquele período. No vocabulário dos militares, encontramos a expressão “do outro lado da colina”, para explicar a situação de disputa pela memória do período militar, em que o Exército quer contar a sua versão dos fatos, o outro lado (CHAVES, 2011).

Parece o enredo de Tudo, em Todo Lugar, ao Mesmo Tempo⁴, mas é um fragmento da história entre o Brasil e os militares depois da ditadura. A disputa pela memória e pela verdade se estende ao longo dos anos e expõe com clareza o quanto o presente é produto do passado. É sabido que a transição democrática no Brasil, após o período de ditadura militar, apresenta rachaduras profundas, a começar pelo modo como ocorreu: negociada diretamente com Ernesto Geisel e João Figueiredo, desde a Lei da Anistia, e esse movimento serviu como um facilitador da imunidade dos militares. Quando se trata de Justiça de Transição, esta pesquisa não se debruça especialmente sobre a responsabilização desses agentes, por outro lado, nos é muito caro discutir memória e verdade, e a transição foi fundamental para permitir aos militares a liberdade de narrar sua própria história.

O governo de José Sarney após a morte de Tancredo Neves, por exemplo, que conduziu as primeiras políticas de transição, foi viabilizado pelo apoio dos militares, principalmente na figura de Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército. No exercício dessa função, Leônidas é um personagem fundamental não apenas do objeto desta pesquisa como do pensamento militar pós ditadura, e apesar da boa relação com o presidente não ter sido suficiente para a publicação do Projeto Orvil, teve suas utilidades

⁴ O filme Tudo, em Todo Lugar ao Mesmo Tempo (2022), dos diretores Daniel Scheinert e Daniel Kwan, ganhou o Oscar de melhor filme no seu ano. O enredo do filme apresenta uma ruptura entre dimensões do tempo-espço, na ideia de múltiplos universos. A referência foi utilizada como metáfora pelas relações que parecem indissociáveis através do tempo na história brasileira, mas, na verdade, são consequência dos processos históricos.

no diálogo com o governo (DA SILVA, 2021). Na gestão do primeiro presidente civil após a ditadura, discurso oficial no país era de reconhecimento de um período de exceção e, por esse motivo, seriam iniciadas as anistias políticas, reparações e políticas de memória e verdade.

Sem desconsiderar a relevante mobilização social por traz da queda do regime militar, que envolveu a sociedade civil organizada, familiares, vítimas, estudantes e jornalistas, é preciso pontuar que as Forças Armadas tiveram legitimidade para abrir mão do controle do país. E assim, suas exigências foram impostas para negociação: a continuidade dos incentivos à indústria armamentista; a garantia de não haver “revanchismo”, ou seja, imunidade para os atos cometidos; e a manutenção das estruturas construídas pela ditadura de informação e segurança (SCHWARCZ; STARLING, 2018). Este último, em especial, escancara a importância que a inteligência militar tem para que a instituição mantenha, ao longo de tantas décadas, a consolidação de um pensamento político.

Em suas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin afirma que, para ter o dom de “atizar no passado a centelha de esperança”, o historiador precisa apreender que “nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer” (BENJAMIN, 2013). Desde o fim da ditadura, as Forças Armadas não pediram perdão pelos atos desde 1964 e tampouco embarcaram na Justiça de Transição, mas sim prepararam sua própria versão dos fatos e disputaram a história contra a narrativa oficial no Brasil. No enredo do filme Tudo, em Todo Lugar, ao Mesmo Tempo, uma ruptura interdimensional mistura a realidade com as realidades de outros universos dos mesmos personagens em razão de conflitos não resolvidos; aqui, os personagens retornam na mesma realidade repetidamente ao longo dos anos e parecem nos remeter a conflitos não resolvidos de um passado recente: a, assim chamada, redemocratização.

Nosso marco temporal é a narrativa dos Exército sobre a ditadura civil-militar entre os anos de 1989 e 1991 – de acordo com os documentos selecionados para a pesquisa. Dessa forma, é fundamental entender o revisionismo histórico promovido por militares quando da transição democrática, o não reconhecimento das violações de direitos humanos e a releitura da verdade, durante esse período, principalmente, mas também com alguns recortes do que se seguiu ao longo da democracia estabelecida. Esta seção, então, é dedicada ao pensamento militar construído após a ditadura sobre

memória e verdade, no campo da disputa com o pensamento estatal, muito embora as Forças Armadas sejam estejam subordinadas ao poder civil do Estado.

Entendemos a importância da Doutrina de Segurança Nacional como estruturante no pensamento político dos militares, ou seja, as políticas de guerra e definição de inimigos a serem combatidos. A partir da ideia de que esta guerra teria sido perdida com o fim da ditadura, criou-se a necessidade de seguir a batalha, dessa vez, a “batalha das letras” (MOREIRA, 2013). Uma das primeiras publicações nesse sentido do período veio do então Tenente Coronel do Exército Marco Pollo Giordani, o livro “Brasil Sempre”, em 1986, em oposição ao livro *best seller* de 1985, Brasil: Nunca Mais. Falaremos do projeto com maior detalhamento na seção seguinte, pois também foi um dos motivos de mobilização do Exército para o Projeto Orvil, mas esse momento concentrou uma série de testemunhos e provas contra os militares na ditadura, o que certamente não passou despercebido pelos pensadores da instituição.

Como exposto anteriormente, ao longo dos anos as Forças Armadas foram apresentando interesse em produzir conhecimento interno, discutir política entre si e uniformizar o pensamento ideológico. Assim surgiu a Escola Superior de Guerra, como principal força nesse aspecto, mas também os Clubes Militares, que sempre tiveram relação direta com a política institucional da República brasileira. Além das obras escritas por militares individualmente, o Clube Militar também promovia periódicos de circulação interna, como o “Ombro a Ombro” e “Letras em Marcha”. Contudo, o Brasil Sempre aparece com o objetivo de valorizar o trabalho da comunidade de informações e contar o lado dos militares que justifica o golpe militar e a imagem positiva do Exército (MOREIRA, 2013).

Desse movimento seguiu o livro mais conhecido dessa temática, “Rompendo o Silêncio” de Carlos Brilhante Ustra, mais um militar inconformado com a narrativa que surge da sociedade civil e dos movimentos sociais a partir da abertura política. Logo no início do livro, em uma seção intitulada “Porquê este livro”, já é possível perceber que a ideia desta batalha escrita é inverter a lógica que o Estado propunha, de desvendar a verdade através dos testemunhos, por meio da criminalização do comportamento de quem se opunha ao regime:

Escrevo este livro em respeito às mães que perderam os seus filhos, às esposas que perderam seus maridos e aos filhos que assistiram ao sepultamento dos seus pais, todos homens de bem que, no combate ao terrorismo em todo o Brasil, entregaram suas vidas em benefício da Pátria.

São todos eles dignos, não só do meu reconhecimento, mas de toda a nação brasileira. Tenham a certeza de que seus filhos, seus maridos e seus pais tombaram como heróis anônimos, jamais torturadores — como insistem denominá-los alguns que anseiam por escrever a história como um panfleto, diferente da realidade.

(USTRA, 1987, p. 7)

Nesse período, familiares e perseguidos pela ditadura estavam contando suas histórias, procurando desaparecidos políticos e demandando por justiça. Em uma inversão, Ustra coloca familiares de militares como vítimas e reclama o título de heróis aos agentes do regime por haverem lutado contra o “terrorismo”. Na definição de inimigos, fica claro que “terrorismo” e “subversão” são duas categorias a serem combatidas internamente no Brasil. Nas passagens seguintes, o autor ainda menciona a injustiça de os militares, ele incluso, estarem sendo apresentados como assassinos e corruptos, enquanto os “subversivos e terroristas” como indefesos. As organizações comunistas e o comunismo também são demarcados como inimigos, como se percebe na passagem seguinte:

Nós sabemos a resposta: seguidamente, nos “aparelhos” de subversivo-terroristas encontrávamos projetos para a substituição da Bandeira Nacional, onde a menor modificação que faziam era substituir o círculo azul e a faixa branca com os dizeres “Ordem e Progresso” pela foice e o martelo, num círculo vermelho. É notório que em todas as festividades, reuniões solenes e congressos realizados pelos comunistas, em lugar da Bandeira do Brasil eles usam a bandeira vermelha, símbolo do comunismo internacional e que o Hino Nacional Brasileiro é substituído pelo Hino da Internacional Comunista.

(USTRA, 1987, p. 72)

A diferença dessas leituras em relação a outras produções do Exército foi o enfoque em enaltecer a atuação dos agentes da ditadura, especialmente as forças de inteligência e segurança. Essa visão se sustenta a partir da narrativa de que a inteligência das Forças Armadas salvou o Brasil do esquerdismo, comunismo e terrorismo que ameaçava o Estado em 1964 e nos anos seguintes, quando, supostamente, esses grupos estavam organizados para atentar contra o regime – motivo pelo qual foi necessário aos militares manterem-se vigilantes (MOREIRA, 2013). Desse modo, os agentes do Estado teriam atuado arriscando a própria vida pela segurança da nação. No livro de Ustra, os setores de inteligência do Exército são descritos detalhadamente em um capítulo intitulado “A contraofensiva”:

De acordo com essa Diretriz, em cada Comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, existiria: — um Conselho de Defesa Interna (CONDI); — um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI); — um Destacamento de Operações de Informações (DOI); todos sob a coordenação do próprio Comandante de cada Exército. Este Grande

Comando Militar, quando no desempenho de missões de Defesa Interna, denomina-se Comandante de Zona de Defesa Interna (ZDI).

(USTRA, 1987, p. 67)

As forças tinham funções distintas: o CONDI para “facilitar aos Comandantes de ZDI a coordenação de ações e a obtenção da necessária cooperação por parte das mais altas autoridades civis e militares” (USTRA, 1987, p. 67); o CODI para coordenar as ações de Defesa Interna; e o DOI combatia diretamente as organizações subversivas, com desmonte da “estrutura de pessoal e de material deles” (USTRA, 1987, p. 68). Fica evidente que a estrutura de combate criada pelo Exército se preparou para uma guerra interna. Sobre isso, Ustra esclarece em seguida sobre a necessidade de atuação dos militares também nessa frente para barrar o terrorismo:

Considerando que todos os DOI estivessem em pleno funcionamento e considerando ainda que todos tivessem o mesmo efetivo do de São Paulo, o efetivo total do Exército Brasileiro, empenhado no combate à subversão e ao terrorismo, foi no máximo de 400 homens nos DOI e 50 no Centro de Informações do Exército, em Brasília. Esses 450 homens, comparados com o efetivo total do Exército Brasileiro (150.000 homens na época) é um número simplesmente insignificante. Não conseguimos entender, portanto, a campanha que a esquerda fazia para que o Exército retornasse aos seus quartéis, para as suas atividades normais. O Exército, mesmo durante a fase em que o terror esteve no seu auge continuou com as suas atividades normais, com os seus estabelecimentos de ensino, seus quartéis-generais, suas unidades operacionais, enfim com todas as suas Organizações Militares funcionando normalmente. O que o Exército fez para combater a subversão e o terrorismo foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira e que serviu de ensinamento para vários outros países.

(USTRA, 1987. p. 68)

Observamos que a narrativa do Exército sobre a ditadura reconhece o combate a organizações subversivas e comunistas, mas justifica a repressão atribuindo caráter criminoso de forma igualitária a todas as manifestações contrárias ao regime militar. Portanto, os militares e a sociedade civil apoiadora do governo representam as vítimas dos inimigos internos, assim construídos pelo pensamento militar desde o início da República com a Doutrina de Segurança Nacional. Esses escritos documentam as estruturas criadas (setores de inteligência e de repressão) e os inimigos (ideologias, organizações e pessoas), de forma que é possível estabelecer o modus operandi do Exército. Sendo assim, não parece haver interesse em negar todas as violações cometidas pelos agentes, mas inverter os lados da história: é uma disputa de memória, ou seja, de como será lembrado.

Outra opinião frequente observada nessas publicações é a oposição ao chamado “revanchismo”, como referido anteriormente. Os militares acreditam que o

“esquerdismo” quer dividir o Brasil, e não pacificar, cada vez que a memória sobre as violações e crimes de Estado da ditadura é exercitada. Dessa forma, toda política de Justiça de Transição, desde memória e verdade até reparações e responsabilizações, pode ser categorizada pela mesma nomenclatura, pois se trataria de mero ato de vingança. Essa leitura sobre o passado e o presente promove o esquecimento e dificulta uma verdadeira reconciliação (MOREIRA, 2013).

Isso porque o desejo pelo esquecimento e produz a naturalização da violência como um sintoma social, assim, cada cidadão individualmente automatiza alguns discursos nas estruturas psíquicas e, coletivamente, temos um problema (KEHL, 2010). Quando a história é deixada ao esquecimento, a sociedade vivencia um “mal-estar silenciado” que impede, justamente, o “seguir em frente” que a narrativa militar do não-revanchismo objetiva afinal. Esse silêncio pode também se transformar em política como uma reação do sintoma social – parece esse ser o caso da transição brasileira, para os militares, não basta esquecer do ocorrido, também é preciso impedir que políticas de memória sejam implementadas.

Os Relatórios Periódicos Mensais, objeto desta pesquisa, eram escritos pelo Centro de Informações do Exército, assim como o Projeto Orvil, por isso, na próxima seção, analisaremos a inteligência do Exército com maior atenção. Importa aqui entender como os militares se comportaram com o fim da ditadura a fim de criar sua narrativa sobre os fatos. Nesse conflito inicial, talvez seria possível afirmar que o Exército não saiu vitorioso, posto que a narrativa oficial assumiu o caminho oposto e o processo constituinte rechaçou a ditadura e o papel das Forças Armadas. Entretanto, com a eleição de Jair Bolsonaro, e seu discurso sobre a ditadura civil-militar, como afirmar que a guerra da memória foi vencida por um lado, ou, sequer, que está acabada? A narrativa militar, consagrada no Orvil, contou com “guardiões” que carregaram a narrativa através do tempo, como o próprio Ustra.

Alguns anos mais tarde, com o assunto ditadura em menor evidência, os militares novamente encontraram conveniência para retornar os projetos narrativos. Em 2001, o General Agnaldo Del Nero escreveu “A Grande Mentira” que contava com trechos copiados integralmente do Orvil e foi lançado pela Editora do do Exército Bibliex. Del Nero pode ser considerado a “mãe” do projeto Orvil (FIGUEIREDO, 2009) e, como esperado, não desistiu tão facilmente do seu filho. No ano seguinte, o ex-aluno de Ustra na escola do Serviço Nacional de Informações, o Coronel Aluísio

Madruga de Moura e Souza, escreveu “Guerrilha do Araguaia: a Grande Verdade” – o militar também havia passado, à trabalho, por diversos órgãos de inteligência do Exército. Quatro anos depois, lançou “Desfazendo Mitos da Luta Armada” (FIGUEIREDO, 2009).

Ainda sobre a guerrilha do Araguaia, o Coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, que foi agente do CIE por seis anos, lançou “A Farsa do Araguaia” em 2007, e Guerrilha do Araguaia: Relato de um Combatente” em 2008. E em 2006, o retorno de Ustra à escrita ocorreu com o bastante conhecido “A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”⁵. Os guardiões do Orvil possibilitaram que as ideias continuassem a circular na instituição como diretrizes de conduta e de pensamento para quem se inseria em instituições militares com o auxílio de livros “filo-orvilianos” (FIGUEIREDO, 2009, p. 131), e a partir disso, observamos que parte da estrutura do Exército, incluindo recursos humanos, esteve dedicada a criar a narrativa própria da instituição sobre a ditadura civil-militar, e na contramão do que o Estado brasileiro estabeleceu com a Lei da Anistia.

Mas os projetos não se restringiram aos livros: em 1998, foi criado o Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), em resposta à expressão “nunca mais” utilizada pelos movimentos sociais pela democracia, uma organização que uniu militares e sociedade civil, inconformados com as medidas ditas “revanchistas”. O grupo criou um site e passou a compartilhar conteúdos pró-ditadura, artigos de militares e inclusive parte do próprio Orvil. Na seção “Onde eles estão?”, denunciavam onde estavam os “terroristas” da ditadura na democracia, já que muitos ocupavam cargos importantes e estatais. Novamente, Ustra e Del Nero estão envolvidos na fundação da organização, que apresenta uma postura reativa em relação à sociedade daquele período por meio da organização desses pensamentos que já eram elaborados nas estruturas militares (MOREIRA, 2013).

Apesar de ter sido base do governo Bolsonaro, e auxiliado em sua campanha, o Ternuma começa a se descolar da figura do ex-presidente em 2023⁶, mas essa mudança vem somente após o aparente fracasso do projeto do grupo, que queria bolsonarismo até

⁵ O livro ainda conta com um site de mesmo nome que também é alimentado com conteúdo pró-ditadura e opiniões políticas de militares e pessoas ligadas ao Exército. Quando consultado nesta pesquisa, a primeira publicação da página era um convite a comemorar o aniversário do golpe civil-militar no dia 31 de março de 2023. Disponível em: < <https://www.averdadesufocada.com/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁶ Sobre isso: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/grupo-militar-que-apoiava-bolsonaro-comeca-se-descolar.html>>.

2035. Em 2022, o ex-presidente do Ternuma, general Luiz Eduardo Rocha Paiva, com outras organizações e instituições coordenadas por militares, lançaram um “Projeto de Nação”, com 37 temas e uma análise de conjuntura, dentre eles, está o fim da gratuidade do Sistema Único de Saúde. O projeto contou, inclusive, com eventos de lançamento, com transmissão online, encabeçados pelo General Hamilton Mourão, então vice-presidente, e Eduardo Villas Bôas⁷ (TEODORO, 2022). Com distanciamento temporal, percebe-se que se tornou cômodo aos integrantes das Forças Armadas estarem envolvidos na política ao ponto de apresentar projetos de Estado em nada relacionados com a segurança e a defesa. De alguma forma, essa versão sobre o papel das Forças Armadas venceu.

Outro meio de manter uma narrativa pró-militares em relação à ditadura utilizada anualmente pelo Exército é a comemoração do aniversário do golpe civil-militar no dia 31 de março. A data funciona como uma oportunidade para personagens importantes da instituição, agentes do próprio regime ou seus seguidores, exporem suas mágoas em relação à imagem que o Brasil tem deles por causa de uma versão “mentirosa” da história (CASTRO, 2008). A falta de prestígio dos militares após a transição democrática é uma preocupação para os grandes chefes, por isso a necessidade de marcar o aniversário com a versão heroica de si mesmos: os corajosos militares que salvaram o país de uma ameaça comunista e terrorista em 1964, mas agora são vistos como vilões.

Em 2023, o Ministro da Defesa José Mucio declarou que não haveria comemoração sobre a data do golpe militar (FEITOZA, 2023), mas a decisão não agradou o Clube Militar, que se manifestou na Revista Sociedade Militar⁸ afirmando que o evento histórico irá ocorrer com um almoço de confraternização para membros das Forças Armadas. A possibilidade ou não de comemorar o 31 de março já foi discutida judicialmente em 2019, quando a 6ª Vara Federal de Brasília determinou que as Forças Armadas não realizassem as festividades. Em seguida, a Advocacia Geral da União conseguiu suspender essa decisão, e o Supremo Tribunal Federal também negou

⁷ <https://revistaforum.com.br/politica/2022/5/23/projeto-de-militares-quer-bolsonarismo-ate-2035-fim-da-gratuidade-no-sus-em-anos-117748.html>

⁸ A Revista Sociedade Militar é um portal online criado em 2011 que discute temas relacionados às Forças Armadas, segurança pública e política, contudo, afirmam que o viés político é a “é a verdade, honestidade e transparência”. No site, informam que a “maior parte dos colaboradores são militares das Forças Armadas Brasileiras”, mas outras pessoas também podem enviar textos.

o pedido de proibição (MAZUI, 2019). Durante o governo de Jair Bolsonaro, em todos os anos a data foi comemorada e incluída na pauta do dia.

Neste subcapítulo da pesquisa, abordamos a forma como os militares querem contar a história sobre a ditadura civil-militar, tendo em vista que é a partir desse objetivo que o Centro de Informações do Exército escreveu o Projeto Orvil e os Relatórios Periódicos Mensais. Por isso, foi fundamental revisar a bibliografia do pensamento político militar sobre a ditadura e o revisionismo histórico que esses textos e projetos do Exército apresentam. Falamos de narrativa militar sobre a ditadura sob a perspectiva de sua relação com a justiça, na leitura de Walter Benjamin (2006) – a possibilidade de justiça para a pessoa vitimizada se constrói enquanto se narram as experiências vividas naquele período em que houve violência, mas também houve reação e luta.

Adotamos o termo “narrativa” partindo das vítimas e suas construções de memória, verdade e justiça, pois a Justiça de Transição não se pretende neutra e universal, mas sim, parte da perspectiva dos e das atingidos e atingidas. Nesse sentido, a “narrativa” militar é posta como oposição a narrativa oficial (do Estado), e sobretudo da construção coletiva dos testemunhos, que tem relação intrínseca com as demandas por justiça, a partir das narrativas de injustiça (CARDOSO, 2019). No capítulo final, memória, verdade e justiça serão discutidas especificamente, mas aqui expusemos os instrumentos utilizados por militares para contra narrar a história e atrapalhar as políticas de memória. Dentre eles, o Orvil, o projeto preferido da inteligência militar e do qual falaremos na seção seguinte.

2.3 O avesso do avesso do avesso: o CIE, o Orvil e o Orvilianismo

Em 1985, o Brasil se recompunha de anos de chumbo: anistiados políticos estavam livres, exilados retornaram ao país e acontecia a primeira eleição após a ditadura, ainda indireta e sob a constituição de 1967, um instrumento autoritário, com a vitória de Tancredo Neves. Entretanto, com o adocimento deste, foram iniciadas as discussões sobre a sucessão: uma comitiva democrática se reuniu com o ministro da Casa Civil e o ministro do Exército de Tancredo, Leônidas Pires Gonçalves, para discutir o que aconteceria. A sugestão dos militares chegou a ser a manutenção de Figueiredo até a recuperação do presidente eleito, mas a decisão foi a posse de José

Sarney, o vice de Tancredo, com a determinante concordância de Leônidas (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2023).

Apesar da origem antidemocrática da eleição, dentre os objetivos do governo estava a estabilização institucional. Era um momento de abertura política e manifestações públicas de rejeição a ditadura e em favor da democracia, nesse sentido, era lançado o *best-seller* Brasil: Nunca Mais (BNM), um projeto de denúncia que teve início muitos anos antes, ainda durante a repressão. O livro nada mais é do que a cópia dos processos que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1979; são 707 processos que dão nome a 444 agentes da repressão – a execução desse projeto, porém, não foi tão simples, foi necessária a exposição de muitos profissionais e a esquematização de todo o procedimento para manter o sigilo completo (FIGUEIREDO, 2009).

No governo Figueiredo, algumas mudanças já começavam a aparecer, era a tão falada abertura lenta e gradual, e com isso, os advogados passaram a ter acesso mais facilitado aos processos do Superior Tribunal Militar, onde corriam os processos de presos e censurados políticos, além dos processos que começaram a aparecer com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979. A percepção por parte dos advogados de presos políticos de que aqueles documentos tinham enorme valor histórico deu origem à ideia de documentar os autos como provas das violências e violações a direitos humanos promovidas pela ditadura, ou seja, um projeto de memória. Como referiu Lucas Figueiredo, que escreveu sobre o Orvil e o Brasil: Nunca Mais: “o incrível dessa história é que o estado autoritário que tinha feito o Brasil retroceder ao nível da barbárie era rigorosamente o mesmo que colheira e preservava o registro mais fiel dessa tragédia” (2009, p. 20).

O projeto tomou forma pelas mãos de Jaime Wright, reverendo da Igreja Presbiteriana e ativista de direitos humanos, cujo irmão, Paulo Wright, era desaparecido político da ditadura civil-militar. Para a realização, precisava de dois apoiadores importantes: o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que congregava 300 igrejas de todo o mundo e atuava com questões de direitos humanos, ademais, poderia financiar a ideia; e Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, grande parceiro de Jaime e nome que acabou por liderar o Projeto BNM e uma das poucas pessoas que sabia tudo que estava acontecendo. Isso porque a maioria dos agentes realizavam tarefas repetitivas sem necessariamente saber qual seria o objetivo final, todos os dias os advogados

pegavam processos e levavam para serem filmados, extraídos os dados pessoais e fotocopiados.

Por questão de segurança, cada pessoa realizava sua tarefa individualmente e o procedimento contava com diversas medidas de proteção. Ainda que os processos fossem públicos, havia regras, cada advogado poderia retirar um processo por dia e devolver dentro de 24 horas, assinando um termo de compromisso nesse sentido. Após o árduo trabalho, os integrantes do projeto obtiveram a integralidade do material em 1982, contendo todos os processos e resgatando para si parte da memória oficial da repressão que, até então, pertencia somente aos militares (FIGUEIREDO, 2009). De acordo com o Brasil: Nunca Mais, 17 mil pessoas passaram pela Justiça Militar brasileira naquele período, 3.613 pessoas foram presas e foram identificadas 285 modalidades de tortura. Como o conteúdo resultou em uma obra muito grande, foi editado um livro significativamente menor, que facilitasse a leitura, que ficou pronto em outubro de 1984.

Contudo, a publicação não seria em ambiente tranquilo. Ainda que a abertura política estivesse em andamento, as Forças Armadas davam sinais de resistência na transição democrática. Uma série de atentados davam a entender que os militares tinham algo a dizer, e uma narrativa a defender: houve o atentado do Riocentro⁹, em seguida o comitê de Tancredo Neves em Porto Alegre foi bombardeado, e o escritório da oposição em Brasília foi incendiado. Não eram fatos desconexos, mas um “grande arrastão do maior antro de terroristas do Estado, o Centro de Informações do Exército” (FIGUEIREDO, 2009, p. 48). O CIE é um dos pontos nevrálgicos desta pesquisa por ser de sua autoria os mais importantes documentos que registram o pensamento político militar, e durante a ditadura civil-militar, também foi um dos órgãos mais temidos.

Nesse momento, eram 20 mil agentes em oito órgãos de inteligência das Forças Armadas: o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exterior (Ciex), o CIE, o Dops, o DOI-CODI e a Polícia Federal. O CIE representava o serviço secreto de força terrestre do Exército e foi criado

⁹ O atentado ao Centro de Convenções do Riocentro, em 1981, fez parte de uma mobilização, que envolveu o Exército e a Polícia Militar, contra a abertura política por meio de grupos organizados para promover atos terroristas. Esse episódio teve fim com o bloqueio das investigações para responsabilizar os agentes, dessa forma, esses militares, filiados a Golbery, “acordaram” em ceder aos militares profissionais e suspender esses atos (SALLUM JUNIOR, 1994).

em 1967, no governo do General Arthur Costa e Silva, para trabalhar com informações estratégicas, ou seja, mapear as organizações subversivas que o Estado combatia (FIGUEIREDO, 2009). Atualmente, o órgão é chamado de Centro de Inteligência do Exército. Foi a partir da matriz de pensamento da Escola Superior de Guerra, sobretudo na figura de Golbery de Couto e Silva, e a forte influência norte-americana na doutrina implementada, que surgiu aos militares a necessidade de fortalecer a inteligência do Exército (SAMWAYS, 2013).

Dessa forma, logo em 1964, a Lei 4.341 instituiu o Serviço Nacional de Informações, o SNI, com o objetivo de zelar pela segurança nacional por meio de atividades de informação e contrainformação e subordinado diretamente ao Presidente da República (BRASIL, 1964). O SNI era o principal órgão do chamado Sistema Nacional de Informações (SISNI) das Forças Armadas e acumulava informações de todo território nacional e do exterior, conforme a ditadura se internacionalizava, representando o “órgão de segurança por excelência” (FICO, 2001). Já o CIE compunha os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, que eram os serviços específicos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, neste estavam inclusos ainda “a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME), com os órgãos de informações das organizações militares do Exército e com os escritórios dos adidos do Exército (ADIEx)” (FICO, 2001, p. 90).

Além do serviço de inteligência, esses órgãos também executavam ações, de forma que atuavam com informações e com segurança, motivo pelo qual o CIE foi tão temido por pessoas contrárias à ditadura nessa época. Para Carlos Fico (2001), o pensamento da comunidade de informações dos militares, apesar de jocoso em algumas situações pelo exagero ou estilo, gerou consequências muito sérias da sociedade brasileira, algumas perceptíveis apenas recentemente. A ideologia de exterminar inimigos da pátria recebeu o suporte de milhares de agentes responsáveis por elaborar informes a partir de notícias e dados, de acordo com a estratégia estabelecida por essa inteligência militar, e é dessa estrutura que se origina o Projeto Orvil e os Relatórios Periódicos Mensais.

Nesta pesquisa, acreditamos que a narrativa do Exército Brasileiro sobre a ditadura civil-militar se estrutura dentro dessa comunidade de informações, especificamente no CIE, e mesmo com a negativa oficial de publicação do Orvil pelo poder civil, é difundida internamente na instituição mesmo após a redemocratização. É

o que chamamos de pensamento Orviliano no que se refere a narrativa do passado na disputa por memória ou esquecimento, por isso, precisamos entender como esse projeto foi criado e o que aconteceu nos anos seguintes. Leônidas Pires, então ministro do Exército do governo Sarney, foi quem acabou com a responsabilidade de segurar a crise que foi instalada com o lançamento e sucesso do livro *Brasil: Nunca Mais* e a comprovação das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados cometidos pelas Forças Armadas.

A visão dos militares sobre as denúncias era muito clara: a pedido da sociedade, as Forças Armadas interviram na política para preservar a democracia da guerrilha armada a ser promovida por organizações esquerdistas, após o incentivo do governo João Goulart. Daí, a ideia de não permitir que a oposição contasse a história sozinha e, para isso, relatar, a partir da documentação reunida pela comunidade de informações do Exército, quem eram os inimigos da pátria contra quem as forças militares alçaram guerra. Foi assim que Leônidas Pires deu ao CIE a tarefa de escrever uma resposta ao BNM para contar a história dos militares que lutaram bravamente contra o comunismo, que naquele momento respondia diretamente ao gabinete do ministro do Exército (FIGUEIREDO, 2009).

Como mencionado, o CIE fazia parte desse sistema de informações das Forças Armadas, integrante do Exército, com cerca de 120 funcionários oficiais de elite (FIGUEIREDO, 2009). Foi protagonista na repressão contra as organizações que utilizaram a luta armada durante a ditadura – foi responsável, por exemplo, pela Casa da Morte, em Petrópolis, onde muitas pessoas foram assassinadas. Para coordenar o trabalho da equipe, foi escolhido o Coronel Agnaldo Del Nero, um intelectual respeitado na instituição militar e grande atuante na doutrinação de soldados para o anticomunismo. No início deste capítulo, abordamos o pensamento político militar baseado na Doutrina de Segurança Nacional e a importância da Escola Superior de Guerra na consolidação dessas concepções a fim de desenvolver as matrizes teóricas por traz das publicações do CIE (que também faz parte desse ecossistema da inteligência militar). Assim, foi possível mapear algumas figuras cujo pensamento intelectual impactou o pensamento político no Exército, como é o caso de Del Nero, considerado pensador e guardião do Orvil.

Durante a ditadura, Del Nero, recém promovido a capitão, não chegou a executar a repressão, mas trabalhou internamente na 2ª Seção do II Exército, na Agência Central

do SNI, como instrutor na Academia militar Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) e como assessor e missões militares (FIGUEIREDO, 2009). Ou seja, fez carreira nos setores de informação e nas atividades intelectuais da instituição. Com referências teóricas anticomunistas, o Coronel acreditava nessa formação para jovens militares e civis, além disso, reconhecia a importância de se preservar a memória. Que memória seria essa? O projeto Orvil dava a possibilidade de desconstruir a memória que estava sendo construída no discurso oficial do Estado brasileiro, que Del Nero chamava de “mitologia histórica do Brasil” (FIGUEIREDO, 2009, p. 77).

Foi escolhida a palavra Orvil para nomear o projeto, referência à palavra “livro” escrita ao contrário, e a pesquisa proposta era documental no acervo do CIE sobre a “subversão” e o “terrorismo”. Foram listadas cinquenta organizações:

Ação Popular (AP)• Ação Popular Marxista-Leninista (APML)• Ala Vermelha• Aliança Libertadora Nacional (ALN)• Comando de Libertação Nacional (Colina)• Comando Secundarista da Guanabara (Coseg)• Corrente• Dissidência da Dissidência (DDD)• Dissidência da VAR-Palmares (DVP)• Dissidência Estudantil de Niterói• Dissidência Leninista• Dissidência Universitária da Guanabara (DI/GB)• Dissidência Universitária de São Paulo (DI/SP)• Força Armada de Libertação Nacional (FALN)• Fração Bolchevique Trotskista (FBT)• Frente de Libertação Nacional (FLN)• Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)• Frente Popular de Libertação (FPL)• Frente Revolucionária Estudantil (FRE)• Grupo da Ilha• Grupo de Política Revolucionária (GPR)• Grupo Independência ou Morte• Liga Operária• Marx-Mao-Marighella-Guevara (M3G)• Movimento Comunista Revolucionário (MCR)• Movimento de Ação Revolucionária (MAR)• Movimento de Libertação Popular (Molipo)• Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN)• Movimento Nacional Revolucionário (MNR)• Movimento Popular de Libertação (MPL)• Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN)• Movimento Revolucionário Marxista (MRM)• Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)• Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)• Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26)• Núcleo Marxista Leninista (NML)• Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR)• Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop)• Partido Comunista Brasileiro (PCB)• Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)• Partido Comunista do Brasil (PCdoB)• Partido Comunista Revolucionário (PCR)• Partido Operário Comunista (POC)• Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port)• Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)• Resistência Armada Nacional (RAN)• Resistência Democrática (Rede)• Tendência Proletária• Vanguarda Armada Revolucionária — Palmares (VAR-Palmares)• Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

(FIGUEIREDO, 2009, p. 80-82)

Alguns dos temas analisados no acervo do CIE foram a distensão e abertura política a partir de 1974 até 1985, o ressurgimento do movimento sindical, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva (1978), a anistia em 1979, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e o fim do regime militar em 1985. Disso resultaram 919

páginas, em dois tomos, mais que o dobro do Brasil: Nunca Mais, e nomeado oficialmente de *Orvil: as tentativas de tomadas do poder*, referindo-se a intencões comunistas de conquista do Estado – novamente, a obra transparece a posição ideológica de seus “pais”. Na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, o livro estabelece a ameaça que justificaria as medidas de segurança que foram impostas tanto com o golpe civil-militar quanto na manutenção da ditadura (ou seja, as violações a direitos humanos), dessa forma, tenta expor planos, projetos e esquemas das organizações, sobretudo as armadas, de imposição do comunismo ou socialismo no Brasil.

No primeiro volume, o objetivo é explicar o perigo que os subversivos representam, especialmente quando organizados, e divide-se em três partes de título “A violência em três atos”: “a primeira tentativa de tomada de poder”, de 1922 a 1954; “a segunda tentativa de tomada de poder”, de 1955 a 1964; e “a terceira tentativa de tomada de poder – 1964, o engajamento das Forças Armadas”. No segundo volume, estão a terceira e a quarta tentativas de tomada de poder. Cada uma das partes também é dividida em diversos capítulos que buscam explicar a violência do inimigo, a organização comunista internacional, os treinamentos em Moscou e Cuba e os planos de luta armada. O documento é inteiramente demarcado com a timbre “reservado” e começa com um tópico intitulado “uma explicação necessária”, utilizado como uma introdução ao material, onde se lê:

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada. Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio entre os anos de 1967 e 1973. Pelo conhecimento que tínhamos, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta. [...] Assim, sem nos desviarmos da luta armada - 'a terceira tentativa de tomada do poder, cuja história ainda não foi escrita --, faremos numa primeira e segunda partes deste livro uma retrospectiva dos pontos essenciais, respectivamente da primeira e segunda tentativas de tomada do poder. Aliás, o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte. Daí, também, a importância do conhecimento anterior para a compreensão da luta armada. finalmente, esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa de tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante.

Se conseguirmos transmitir essa percepção final para nossos leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples, mas a mais significativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas, filhos e amigos já não

terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate.

(BRASIL, 1987, p. 15-18)

A assinatura dessa introdução é do “Coordenador da equipe de pesquisa e redação.”, possivelmente Del Nero. De acordo com a passagem, percebe-se que a intenção é ao mesmo tempo expor a violência de organizações comunistas e prestar uma homenagem à atuação militar diante dessa ameaça, isso significa disputar a memória e a verdade a partir de uma hipótese em que os fins justificaram os meios. Especialmente quando se trata da atuação do Estado, que era o caso dos militares na ditadura civil-militar, os meios devem seguir prerrogativas legais e constitucionais, caso contrário, haverá reação de quem está sob sua tutela. Para lidar com essas reações, mais repressão. Ainda assim, no Orvil o Exército chama o golpe de “Revolução Democrática de 1964”, em oposição à via não democrática e terrorista do comunismo.

As tentativas de tomada de poder, que dão nome ao Orvil, se referem aos intentos – assim entendidos pelo Exército, da esquerda de derrubar os regimes “democráticos” instituídos e estabelecer o socialismo ditatorial. A primeira tentativa ocorre em 1935, mas teria iniciado ainda em 1922, e se refere à intentona comunista que foi derrotada pelos militares, e se transformou em um marco do anticomunismo no pensamento político militar. A segunda foi a “ameaça comunista” de 1964, que levou as Forças Armadas a reagir e, então, tomar o poder com o golpe militar para conter essas organizações terroristas. Porém, apenas o golpe não foi suficiente, e os militares precisaram agir durante os anos que se seguiram.

Segundo o Orvil, a terceira tentativa de tomada de poder foi a impedida durante todo o regime militar, visto que as organizações comunistas estavam em formação, treinamento e esquematização de insurreições: isso foi demonstrado ao longo do livro com o mapeamento dessas organizações, e seria o motivo pelo qual as Forças Armadas precisaram agir pelo impedimento de suas ações. Nessa guerra, o Exército acredita que os subversivos foram os perdedores, por isso, a quarta tentativa de tomada de poder e a “mais perigosa”, conforme o Orvil, é uma reorganização da esquerda revolucionária em uma estratégia nova, não de luta armada, mas de guerra cultural. Os militares acreditam que a esquerda, após a ditadura, abandona a luta armada para tentar angariar maior apoio popular por outras frentes e, para isso, diferentes vertentes esquerdistas se uniram.

A premissa é que a esquerda revolucionária, das alas mais radicais às mais ao centro, desejam cooptar a população através do trabalho de massa. Este foi descrito no livro da seguinte forma:

o trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares;etc), a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução.

(BRASIL, 1987, p. 839)

Com isso, fica evidente que um dos objetivos do Orvil é divulgar não apenas a guerrilha armada que teria acontecido durante a ditadura, mas também demarcar uma nova forma de inimigo que ameaça a segurança nacional dali para a frente, sobretudo com a redemocratização. Por isso, como mencionamos acima, era importante para os militares monitorar também outros movimentos que surgiam, como a criação do PT, o crescimento de Lula e dos movimentos sindicais. Nesse sentido, está incluso na “quarta tentativa de tomada de poder” a luta por memória, verdade e justiça que ganha força a partir do fim da ditadura, além de todas as políticas de Justiça de Transição que começaram, muito lentamente, a ser implementadas a partir de 1985 e sobretudo após a constituinte.

Não se trata de interpretação extensiva pois todas as “bandeiras” da chamada esquerda revolucionária, que entram na guerra cultural nesse período, estão descritas no Orvil, como a anistia geral aos presos políticos, a revogação do AI-5, as liberdades democráticas e o respeito a direitos humanos, os pedidos por punição aos militares e até mesmo a Assembleia Constituinte. Todas essas pautas são colocadas como de interesse da esquerda e demonstram a frustração dos militares com o discurso oficial que se estabelece com a democracia e a Constituição Federal, juntamente com a crítica ferrenha ao autoritarismo. Certamente, Ulysses Guimarães afirmando que tem “ódio e nojo” da ditadura, ao apresentar a Constituição Federal de 1988, representa o tipo de consenso político e cultural que o Orvil temia que acontecesse.

A parte final do Orvil atualiza os perigos para a segurança nacional, todos provenientes do anticomunismo do pensamento militar, e, de certa forma, determina o que seria combatido nos anos seguintes, dentro dos novos limites das Forças Armadas. O livro sustenta que o Brasil esteve sob tocha dos comunistas desde 1935 pelo Movimento Comunista Internacional que seguia “instruções de Moscou” (que são

mencionadas muitas vezes). Ainda que os “subversivos” sejam abstratamente demarcados como inimigos, algumas pessoas foram especialmente declaradas inimigas do regime e são citadas com maior frequência, como é o caso de Carlos Lamarca¹⁰, pela traição; Carlos Marighella, pela sua importância às organizações comunistas; D. Paulo Evaristo Arns, pelo BNM; e Dilma Rousseff.

Algumas organizações também têm protagonismo no Orvil: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); a Aliança Nacional Libertadora (ANL); o Movimento de Libertação Popular (Molipo); o Comando de Libertação Nacional (Colina); a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares); e os Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). As bases teóricas da esquerda também são abordadas, sendo Del Nero também um estudioso da matéria, o pensamento Trostkista, Gramscista, Marxista-leninista e Stalinista é explicado nas páginas finais, quando o CIE tenta compreender como a esquerda revolucionária está organizada a partir dessa nova estratégia de guerra cultural.

A “guerra cultural” faz parte da retórica militar desde a intentona comunista e acabou se tornando parte do discurso da extrema-direita, como foi possível observar nas campanhas e no governo de Jair Bolsonaro. A ideia de que exista uma vitória cultural do esquerdismo, marxismo ou socialismo na sociedade mobiliza setores da direita, que se identificam com figuras como Olavo de Carvalho e suas doutrinas filosóficas, a declararem guerra. Esse fenômeno tem relação com a crença do Orvil em uma quarta tentativa de tomada de poder pelo meio cultural, não mais através de ataques armados, e, dessa forma, a esquerda se tornaria aceitável e popular socialmente (ROCHA, 2021). Essa retórica extrapolou o pensamento militar e passou a integrar manifestações antidemocráticas no país, o que escancara o efeito da narrativa do Orvil na política.

A conclusão aposta em etiquetar a esquerda de “ideológica” e, ao fazê-lo, coloca o Exército como não-ideológico, ou neutro, em sua posição política:

Em razão do caráter ideológico de que se revestiram a própria Revolução de 1964 e a luta armada que se verificou no País nos últimos anos da década de 60 e início de 70, ocorreu que essa situação, comum entre nós, tivesse agora um objetivo político ideológico bastante nítido. Ao atingir os homens, o alvo era alcançar, muito mais do que eles, a própria instituição armada e o

¹⁰ Carlos Lamarca foi um militar desertor que se tornou um guerrilheiro contra a ditadura civil-militar. Por esse motivo, os militares o rejeitam com maior afinco, como é o caso de Jair Bolsonaro, que afirma ter atuado em serviço na sua captura e assassinato. <https://oglobo.globo.com/epoca/bolsonaro-o-moleque-sabido-que-ajudou-na-captura-de-lamarca-22971054>

objetivo de afastá-las das missões de segurança interna. O meio utilizado foi a mais cara e bem estruturada agressão psicológica que se tem notícia.

(BRASIL, 1987, p. 918)

Em seguida:

No dia em que a população aceitar viver sem liberdade, em nome de uma utópica "igualdade-fim" ou da justiça social - cuja aproximação só tem sido possível nos países livres -, não haverá Força Armada que impeça a realização daquele desígnio. Pelo menos nos países até então democráticos, cujas Forças Armadas estejam impregnadas pelos seus princípios, estas acatarão a Vontade da maioria. Mas é preciso que sejam, antes, a maioria da nação.

(BRASIL, 1987, p. 919)

Ao escrever o Orvil, o CIE se colocou como o porta-voz das insatisfações dos agentes da ditadura (FIGUEIREDO, 2009), principalmente com as medidas de memória e reparação que vinham ocorrendo, incluindo o sucesso do Brasil: Nunca Mais. Foi assim que, em 1988, Leônidas Pires apresenta o trabalho finalizado ao presidente Sarney, expressando seu desejo de contar a “verdade secreta” ao povo brasileiro. Contudo, o desejo do presidente naquele momento era diferente, o de criar o ambiente pacífico possível para o processo constituinte, e, então, sua publicação foi vetada. Como bom militar, a ordem superior foi obedecida, mas a palavra não morre tão facilmente e o Orvil continuou circulando secretamente nas Forças Armadas e contou com a ajuda de guardiões, como abordamos na seção anterior, dentre eles o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, responsável pelos RPMs objetos desta pesquisa (PEDRETTI, 2021).

Utilizamos o termo “pensamento Orviliano” para explicar a narrativa do Exército, que foi estruturada pelo Projeto Orvil, sobre memória e verdade da ditadura civil-militar. Caracteriza-se pelo negacionismo histórico do golpismo e da ditadura, por não reconhecer que o regime foi imposto de forma autoritária e antidemocrática; e por reconstruir a memória para exaltar e homenagear os agentes da ditadura e desonrar vítimas, seus familiares, e atingidos pela repressão. Ainda, com base na Doutrina de Segurança Nacional, o pensamento Orviliano reitera e estabelece novos inimigos, dentre eles, a própria luta por memória, verdade e justiça após o fim da ditadura, o que inclui movimentos e organizações, mas também políticas da Justiça de Transição.

Acreditamos que o pensamento Orviliano ajuda a explicar o pensamento político militar e a entender como as Forças Armadas se colocam na política brasileira até os dias atuais. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, estabelece-se o Estado Democrático de Direito, as garantias fundamentais e diversos pressupostos de

direitos humanos, com isso, a ditadura civil-militar é oficialmente rejeitada. Dessa forma, o Orvil não teria mais espaço para existir, sendo o CIE, o Exército brasileiro, e as Forças Armadas, parte do Estado brasileiro, que estava comprometido com preceitos democráticos e com as liberdades individuais e coletivas. Porém, dentro da caserna, em documentos confidenciais, o discurso circulava e doutrinava militares.

Foi o que a Pública teve acesso em 2021, a partir das fontes do Arquivo Nacional: de 1989 até 1991, pelo menos, o CIE publicava Relatórios Periódicos Mensais que circulavam de forma oficial dentro do Exército. Ou seja, o mesmo órgão era responsável por emitir o jornal mensal que discutia política, notícias, questões militares e opiniões, e o discurso apresenta muitas similaridades. O Exército afirmou à Pública que os Relatórios após 1991 foram destruídos. Dessa forma, o capítulo seguinte se propõe a analisar o discurso contido nos RPMs, tendo em vista toda a construção teórica deste capítulo, para entender suas proximidades com o Orvil e o pensamento Orviliano e, assim, entender de que forma o Exército brasileiro se colocava na pauta de memória, verdade e justiça nesse momento histórico tão singular, entre 1989 e 1991, pós Constituição de 1988 e redemocratização, em oposição ao discurso oficial do Estado.

3 “COMANDANTE, MANTENHA SEUS HOMENS BEM-INFORMADOS!”: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS MENSAIS ELABORADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO ENTRE 1989 E 1991

3.1 Método e metodologia de pesquisa: como analisar o que eles dizem?

No capítulo anterior, o objetivo foi identificar o problema para levantar os questionamentos e hipóteses a serem observadas no objeto da pesquisa. Para isso, foi realizada revisão de literatura sobre as Forças Armadas, sobretudo no estado da arte do pensamento militar, com enfoque no Exército, que elaborou os RPMs. A revisão de literatura também tratou do Projeto Orvil e seus desdobramentos na história e política, com breve análise do material para extrair o conceito do pensamento Orviliano, que foi possível à luz do pensamento político militar e da Doutrina de Segurança Nacional,

conceitos amplamente trabalhados nas ciências sociais brasileiras. Dessa forma, surgiram questionamentos que serão trabalhados através da análise de discurso.

Nossa hipótese é de que há um discurso Orviliano em memória, verdade e justiça no Exército Brasileiro que obstaculiza a Justiça de Transição, tendo em vista o papel das Forças Armadas neste processo. Questiona-se: qual o discurso do Exército nesse sentido sobre a ditadura civil-militar entre 1989 e 1991? Para responder, será utilizada a análise de discurso proposta por Eni Orlandi (2000), que define o discurso como o efeito de sentido entre interlocutores. O enfoque é compreender¹¹ como um objeto simbólico produz sentidos em determinado contexto social. Nessa análise, as pesquisadoras se responsabilizam pela proposição de perguntas que norteiam a construção de um dispositivo analítico.

Nosso dispositivo de análise será a análise de conteúdo categorial, a partir do manual científico proposto por Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião (2021) que pretende preencher algumas lacunas na pesquisa brasileira no que se refere ao uso de análise de conteúdo. Para eles, o manual mais utilizado no Brasil, de Laurence Bardin, está há muitos anos desatualizado, o que acarreta resultados menos confiáveis e científicos. Análise de conteúdo é uma das principais formas de fazer pesquisa qualitativa nas humanidades, daí a necessidade de atualizar a técnica em busca de mais confiabilidade, replicabilidade e transparência (SAMPAIO ET AL, 2022). Dessa forma, a utilização do manual para categorizar os RPMs é capaz de fornecer o material de modo codificado para a análise do discurso.

De acordo com Sampaio e Lycarião (2021, p. 17):

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

A interpretação que será possível fazer do objeto desta pesquisa através da análise de conteúdo categorial será utilizada para compreender sua produção de sentidos na análise de discurso. Por isso, acreditamos que os dois métodos se complementam para responder os questionamentos de pesquisa e verificar a validade da hipótese

¹¹ Para Orlandi (2000), na análise de discurso se percorrem três passos: primeiro, a inteligibilidade, que é o sentido das palavras de um determinado idioma; já a interpretação depende de “co-textos”, um auxílio mais amplo de referências e contextos; e por fim a compreensão, que busca entender o funcionamento das interpretações a partir das produções de sentido entre outros sujeitos.

levantada. Dessa forma, desenvolvemos um sistema de codificação do conteúdo nos termos propostos pelo manual, isto é, após a revisão bibliográfica, que serve como conceituação, fizemos o desenho da análise. Neste, se selecionam unidades e subunidades de análise (unidades amostrais e unidades de codificação); cria-se categorias, livro de códigos e a planilha de codificação; e determina-se a amostragem (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Os passos seguintes são relativos aos testes e à codificação em si.

Nossa amostragem são 27 exemplares de Relatórios Periódicos Mensais, são eles: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto setembro, outubro e dezembro de 1989; janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1990; janeiro, março, abril, junho e julho de 1991. Cada exemplar é uma unidade amostral (27 unidades). Como unidades de codificação, dividimos os exemplares em seções, são elas: Editorial, Campo Militar, Campo Político, Campo Psicossocial, Destaque, Anexos, Difusão do RPM, Repensando o Comunismo, e Coletânea. Cada uma delas representa a unidade a ser codificada em cada uma das categorias.

Tomamos a decisão de excluir da análise a seção Campo Militar de todas as unidades amostrais, pois, ainda que apresentem algum conteúdo relevante para a temática da pesquisa, tem enfoque maior na rotina dos militares, avisos de ordem prática ou burocrática e outros informes profissionais. Todas as demais seções são unidades de codificação para a análise de conteúdo. A partir disso, elaboramos o quadro a seguir que é o Livro de Códigos da análise de conteúdo e serve como um verdadeiro guia prático para que o pesquisador possa executar a categorização. A necessidade de o estudo ser replicável é um dos princípios científicos da abordagem, de forma que a criação de um Livro de Códigos permite a repetição e evita resultados muito diferentes em possíveis repetições da análise, por diferentes analistas.

Livro de Códigos	
v01 - Exemplar	Identificar o exemplar será analisado (mês e ano)
v02 - Seção	Especificar a seção do exemplar
v03 - Título	Inserir o título do texto
v04 - Página	Inserir a página do PDF
v05 - Conteúdo	Extrair o conteúdo central do texto

v06 - Posicionamento da mensagem em relação à categoria Conteúdo Político	Código 1 - Convergente com a Doutrina de Segurança Nacional
	Código 2 - Neutro / sem conteúdo político
	Código 3 - Conteúdo político sem relação com a Doutrina de Segurança Nacional
v07 - Posicionamento da mensagem em relação à categoria Regime Militar	Código 1 - Negacionista (não considera ditadura e/ou justifica os crimes de Estado)
	Código 2 - Não menciona
	Código 3 - Reconhece os fatos históricos da ditadura
v08 - Posicionamento da mensagem em relação à categoria Políticas de Memória, Verdade e Justiça	Código 1 - Divergente com as políticas de transição pós ditadura
	Código 2 - Não menciona
	Código 3 - Convergente com as políticas de transição pós ditadura

Quadro 1. Livro de códigos.¹²

Para a criação das categorias e códigos, foram fundamentais alguns passos iniciais dessa pesquisa. Primeiramente, as categorias foram pensadas a partir da exploração dos documentos: percebemos que praticamente a totalidade do material tinha teor político e doutrinário de forma explícita, o que foi descrito expressamente pelo CIE como um dos objetivos dos Relatórios. Dessa forma, a categoria Conteúdo Político foi pensada para excluir os poucos textos politicamente neutros ou sem conteúdo político, e verificar quantos estavam convergentes com o pensamento político militar representado pela Doutrina de Segurança Nacional – aqui, foi considerado o arcabouço teórico utilizado no primeiro capítulo. Mas, para fins de facilitação na análise do conteúdo, foi considerado como convergente com a doutrina, principalmente, a demarcação de inimigos nacionais, considerados ameaças à segurança e o ideário de guerra contra esses indivíduos, organizações ou ideologias e formas de pensamento.

A segunda categoria, Regime Militar, tem por objetivo selecionar os textos que mencionam o período para codificar entre negacionistas ou não. Para isso, também utilizamos a revisão de literatura que auxilia a conceituar a negação do passado a partir dos fatos históricos que se tornaram comprovados após a ditadura civil-militar. Foi considerado negacionismo a utilização do termo “revolução” para se referir ao golpe, as narrativas que justificam a imposição do regime militar, a descrença nos testemunhos de vítimas e atingidos, a negação das violações a direitos humanos de violências cometidas pelos agentes, já comprovadas, utilização de “aspas” para se referir aos discursos

¹² Fonte: elaborado pela autora.

constitucionais que surgiram com a redemocratização, entre outros. O negacionismo da ditadura civil-militar foi um dos eixos utilizado pelo Orvil para reescrever o passado pelos olhos dos militares, por isso, foi importante verificar esse tema nos RPMs.

Nossa terceira categoria, Políticas de Memória, Verdade e Justiça, busca compreender a posição do Exército, pelos RPMs, sobre a Justiça de Transição e as prerrogativas democráticas que surgiram a partir da Lei de Anistia. Isso porque no Orvil foi possível inferir que a “quarta tentativa” de “tomada do poder” acontecia após a redemocratização, com as “armas psicológicas” da esquerda, o que inclui o discurso de memória, verdade e justiça e suas lutas, campanhas e políticas públicas. A ideia de “revanchismo” da esquerda contra as Forças Armadas com o fim da ditadura civil-militar é um eixo importante do discurso Orviliano, sendo assim, a categoria cumpre esse papel e ajuda a responder nossos questionamentos.

Consideramos que essas três categorias são eixos fundantes do discurso Orviliano, assim, a partir da codificação de cada uma delas teremos resultados adequados ao tratamento da análise. Em seguida, com base na primeira categoria, pretendemos obter quais organizações, pessoas ou formas de pensamento foram etiquetadas como inimigos do Estado pelo Exército após a redemocratização e, portanto, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, devem ser eliminados ou impedidos. Além disso, responder: como o Exército deseja que a transição para a democracia aconteça? Ressalta-se que os documentos são a partir de 1989, quando as Forças Armadas já estavam subordinadas à Constituição Federal de 1988. Nas demais categorias, que se relacionam mais diretamente com a ditadura civil-militar, todos os textos codificados como 1 ou 3 serão objeto da análise de discurso a fim de compreender suas produções de sentido no contexto histórico e social.

3.2 Os Relatórios Periódicos Mensais (RPMs) e o Centro de Informações do Exército (CIE)

O objeto da pesquisa são exemplares de Relatórios Periódicos Mensais, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação em reportagem da Agência Pública, que foram distribuídos nas instituições militares a partir de janeiro de 1989 até, pelo menos, julho de 1991 pelo Centro de Informações do Exército. Como elaboramos até aqui, este órgão é fundamental dentro do Sistema de Informações do Exército e também foi o

responsável pela elaboração do Orvil, sendo assim, foi possível traçar paralelos entre as duas produções em momentos históricos bastante diferentes, ainda que próximos. A partir de 1989, o chefe do CIE era o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, que assina o trabalho e esclarece logo no Relatório de janeiro de 1989 a mudança editorial que promoveu. Em texto intitulado “nova apresentação”, o general explica:

O Centro de Informações do Exército (CIE), com este Relatório, apresenta uma nova forma para a difusão de conhecimentos destinados ao seu público interno. Paralelamente, ampliou-se a distribuição do documento, visando, principalmente, aos Comandantes de Unidades que, a partir de agora, contarão, no mais curto prazo, com mais um subsídio valioso para a instrução e informação dos Quadros sob seu comando.

Apesar da aparência, o Relatório Periódico Mensal (RPM) permanece sendo um documento sigiloso submetido às normas previstas no RSAS.

(CIE, 1989, p. 3)

Desde logo, fica claro que o CIE pretende doutrinar suas tropas para que a informação que estas recebam seja gerenciada pelo Exército, assim como as demais atividades profissionais. Na análise dos documentos, foi possível entender melhor qual era o objetivo dos Relatórios. Na edição de outubro de 1989, o editorial intitulado “informação e decisão” relata a dificuldade que alguns comandantes têm para tomar decisões em situações complexas, por isso, para auxiliar nas “Missões” das Organizações Militares, os RPMs fornecem um acompanhamento detalhado da “evolução dos movimentos antidemocráticos” (CIE, 1989, p. 127). No texto, refere que a “falta de percepção” das elites em relação a desestabilizações no sistema já comprometeu a segurança do Estado, dessa forma, o conhecimento sobre as “Organizações Subversivas” destina-se a identificar “ameaças” à segurança nacional:

A permissividade da sociedade brasileira, pacientemente elaborada nos últimos 10 anos, através dos meios de comunicação social, infiltrados pela esquerda, tem criado uma aceitação "sem preconceitos" e "democrática" de tudo: da destruição da família, do desamor a pátria, da imoralidade, da tolerância ao crime, da complacência com os amigos terroristas, seqüestradores e assassinos. E, por aí a aceitação, sem críticas, de mensagens atraentes do "socialismo" de partidos e de outras linhas políticas marxistas que hoje se apresentam falsamente pluralistas e democratas.

(CIE, 1989, p. 127)

Ao longo dos meses, os RPMs trazem definições, categorias e esquematizações próprias na tentativa de mapear e acompanhar de perto os “subversivos”, ou os “Movimentos Populares (Mvt Pop)”, para usar um dos termos elaborados pelos textos. Atualmente, o CIE continua sendo parte central do Sistema de Inteligência do Exército, agora sob o nome de “Centro de Inteligência do Exército”, e a rotina de trabalho consiste em avaliação de riscos e ameaças, isto é, basicamente a mesma função. De

acordo com o trabalho de conclusão da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o título de especialista em ciências militares, do Maj Inf Paulo Eustáquio dos Santos Junior (2018, p. 54), atualmente a ameaça se tornou mais “complexa, difusa e de difícil identificação”, com caráter internacional, referindo-se principalmente aos ataques terroristas após o 11 de setembro e aos conflitos de fronteira.

De qualquer forma, velhas estruturas continuam a fazer parte da institucionalidade brasileira na democracia, assim como os RPMs continuaram a circular ideias orvilianas dentro dos quartéis após a redemocratização. As seções principais que os Relatórios apresentavam são: Editorial, Campo Militar, Campo Político, e Campo Psicossocial (com eventuais Destaques, Anexos, entre outros), isso porque cada uma representa um aspecto que corria perigo diante dos inimigos, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional. Essa é uma nomenclatura utilizada na linguagem militar que pode ser encontrada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, o Campo Psicossocial se dedica aos estudos do Poder Nacional dentro da perspectiva psicossocial: as relações sociais com instituições, valores e meio ambiente (DUARTE, 2013).

Da mesma forma, as expressões “política” e “militar” representam estratégias inseridas no âmbito do Poder Nacional que são objeto de estudo para a inteligência militar. Sendo assim, cada uma das seções principais dos RPMs são categorias presentes no pensamento político militar, seja o estruturado pela ESG, ou explicado pela Doutrina de Segurança Nacional – dentro destas, o CIE arquivou notícias, opiniões e informações para criar sua memória oficial, compartilhada pela família militar. Apesar de termos excluído os textos do “Campo Militar” da categorização, algumas observações sobre eles são relevantes para o debate proposto por esta pesquisa e ratificam o conteúdo do restante do material, por isso, consideramos importante trazê-las antes de iniciar a análise das outras seções. Do conteúdo com menções políticas no Campo Militares, foram encontrados dois tipos: as tradicionais críticas às organizações de esquerda, sobretudo ao Partido dos Trabalhadores, relacionadas à preocupação com 1) “infiltração” no Exército e 2) ataques organizados contra as Forças Armadas.

Em relação ao tipo 1, são muitos os textos dedicados a expor candidatos a entrar no Exército que, na pesquisa de antecedentes, são encontradas relações com partidos ou organizações – em alguns casos, essas relações vêm de familiares, como pai ou mãe. O objetivo de expor esses casos é alertar a instituição para que essa pesquisa seja realizada

com cuidado para evitar que essas pessoas consigam se infiltrar nas Forças Armadas, e essa preocupação não deixa de ter relação com o pensamento Orviliano: o entendimento militar é de que as organizações subversivas procuram fazer o “Trabalho de Massa”, ou seja, doutrinação, inclusive por dentro dos espaços, como o Exército. É o que demonstra a seguinte passagem, de maio de 1990:

As reiteradas recomendações e o atento trabalho de triagem realizado pelas OM, têm evitado o acesso às fileiras do Exército de militantes e simpatizantes de organizações subversivas. Estes, quase sempre apresentando-se como voluntários e cumprindo diretrizes emanadas de organizações e partidos de esquerda, procuram infiltrar-se nos quartéis a fim de adquirirem formação militar e, ao mesmo tempo, tentarem realizar proselitismo ideológico. O ingresso de tais elementos no Exército, como conscritos e, particularmente, como oficiais e sargentos, constitui-se em objetivo permanentemente perseguido e estimulado. Por outro lado, o Trabalho de Massa desenvolvido junto ao meio estudantil começa a produzir resultados indesejáveis aos interesses da Instituição, pois vários candidatos inscritos no Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos/91, da Escola de Sargentos das Armas (Três Corações/MG), foram identificados por suas ligações com partidos de esquerda, organizações subversivas e com o Movimento Estudantil, sabidamente influenciados por aquelas entidades político ideológicas.

(CIE, 1990, p. 68)

Da mesma forma, no tipo 2, como reiteradas vezes aparece nos documentos, os militares acreditam que as Forças Armadas são um grande inimigo das organizações subversivas, pois são a força de contenção das ações que estas planejam. Sendo assim, são alvo de ataque constante naquele período de “quarta tentativa de tomada de poder”. Essa ideia pode ser observada no seguinte trecho, de janeiro de 1990:

Nesse contexto, as Forças Armadas vêm sendo alvo de uma insólita e persistente campanha adversa, visando a quebra da coesão interna e da disciplina, inviabilizando-as como instituições. Aproveitando-se ainda desta conjuntura, as organizações subversivas procuram cada vez mais incentivar a infiltração e o aliciamento no seio das Forças Armadas. Antepondo-se a tal situação e visando a fortalecer a resistência contra o proselitismo totalitário, a identificar medidas preventivas contra a infiltração e a proporcionar instrumentos jurídicos adequados para enfrentar e se antepor às situações surgidas, o Ministro do Exército, através da Portaria Ministerial nº 053 - Confidencial, de 10 Nov 89, aprovou as Diretrizes para Proteção contra Ações Adversas.

(CIE, 1990, p. 6)

Neste texto, são apresentadas as diretrizes que passaram a ser adotadas pelo Ministério da Guerra “Para o Fortalecimento das Convicções Democráticas”, o que significa, nesse caso, defender as funções constitucionais militares e a consciência cívica, e “Para a Maximização da Segurança Orgânica do Pessoal, da Documentação e das Instalações”, com o objetivo de proteger a instituição das ameaças. Outro texto do

Campo Militar também nos auxilia a compreender o funcionamento do CIE, que seleciona seus agentes por meio de sistema de indicações; nele, é informado que uma das fases mais importantes dessa seleção é a investigação sobre a vida pregressa. Para a segurança do Sistema de Informações do Exército, é fundamental que os militares encarregados dessas funções não tenham, por exemplo, transgressões disciplinares no histórico profissional (CIE, 1990, p. 8).

Os RPMs ainda foram objeto de uma pesquisa de opinião referente ao ano de 1989, quando Coutinho fez a mudança editorial, e foi veiculada no Destaque de março de 1990. De acordo com os resultados apresentados, 78% dos entrevistados acreditam que o novo formato melhorou, 73% acham que os assuntos são adequados e 93% consideram a linguagem acessível. 39% acham os artigos “bons” e 34% “interessantes”, em relação ao uso das informações para o exercício das funções, apenas 3% consideram “inúteis”, e a seção que mais desperta interesse dos entrevistados é o Campo Militar. Quanto à difusão dos Relatórios, foi questionado o desconhecimento e o resultado foi: “até a data da pesquisa, desconheciam a existência do Relatório: - 3,5% dos oficiais superiores; - 13,8% dos capitães; - 21,9% dos tenentes; - 8,7% dos subtenentes; e - 23,0% dos sargentos.” (CIE, 1990, p. 36). Ou seja, a maior parte dos militares, principalmente os de postos superiores, que enfrentam questões políticas na rotina de trabalho com maior frequência, conheciam os RPMs.

A partir de agosto de 1990, o CIE insere a página “Difusão do RPM” ao final de cada edição, onde se explica como a informação deve ser circulada no Exército. O objetivo é que o CIE se encarregue de entregar a informação correta aos seus agentes para que possam exercer as funções adequadamente e se proteger das ameaças internas – como sabemos, os subversivos:

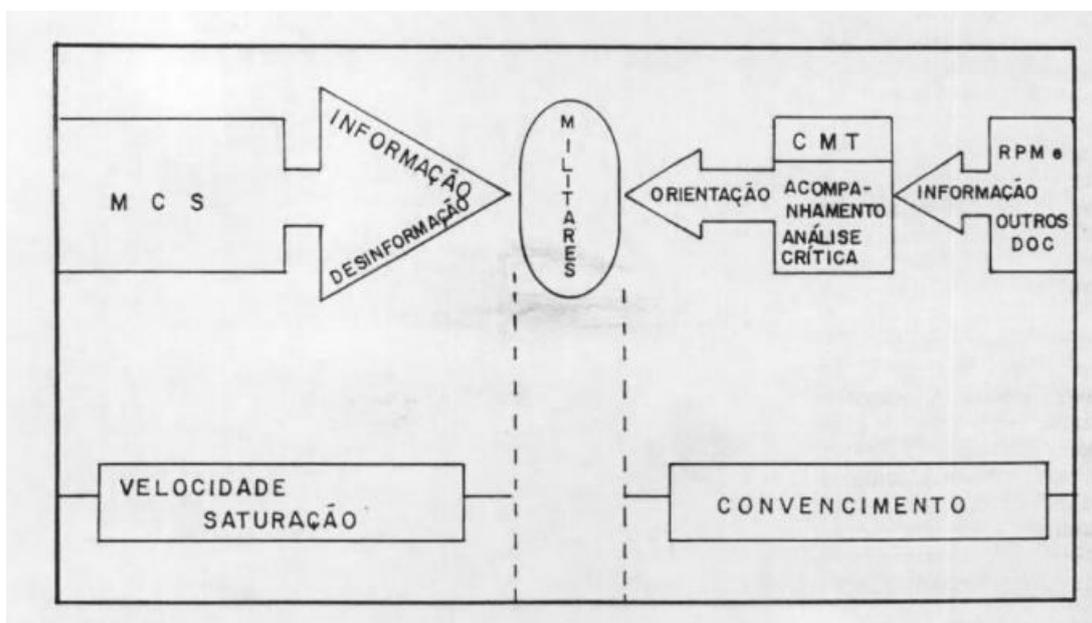
Considerando que os integrantes de nossas Organizações Militares participam, compulsoriamente, de uma Sociedade de Informação, percebe-se que o bombardeio de mensagens diárias conduzido pelos Meios de Comunicação Social (MCS) dificulta uma análise adequada dos fatos, dados e outros elementos veiculados.

Neste contexto, não raro são utilizadas técnicas de desinformação pelos manipuladores da opinião pública, com o objetivo de gerar emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos específicos. Com vistas a neutralizar tais efeitos adversos, sugere-se a difusão mais ampla possível das informações contidas neste relatório, preferencialmente, através de sua leitura (comentada) nas reuniões de Oficiais e Praças.

(CIE, 1990, p. 110)

Em seguida, a seguinte imagem que representa o fluxo de informações a que o militar está exposto, de forma que é tarefa do Sistema de Informações encaminhar estes para discussões com outros vieses, que questiona, inclusive, matéria constitucional, como a legalização do Partido Comunista.

Imagem 1 – Fluxograma de informações nas instituições militares



Fonte: RPM de agosto de 1990 – Centro de Informações do Exército, obtido pela Agência Pública. Disponível em: < <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-90.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

Há ainda mais uma página explicativa dos RPMs, posicionada no início das edições, em que o CIE assume a função de informar seus Chefes, Diretores e Comandantes que precisam tomar decisões no exercício da profissão militar. Nesse texto, a questão da confidencialidade dos Relatórios é explicada: “Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.” (CIE, 1990, p. 99). Dessa forma, ainda que se trate de documento secreto dos militares, sua circulação não estava restrita ao interior da instituição, e não podemos ter a dimensão do quanto as informações (e desinformações) trazidas pelos textos foram consumidas por terceiros – de acordo com o interesse do Exército, a confidencialidade era relativizada.

Em outro texto, de abril de 1991, no Campo Militar, o Relatório faz uma reflexão, destinada aos militares, sobre a missão das Forças Armadas. O contexto

histórico pós-guerra desse período questionava a função dos militares no mundo todo, com o fim das ameaças externas de guerras mundiais, e essa pauta apareceu com frequência nos RPMs a partir de 1990. Além de afirmar que os comunistas descredibilizam as Forças Armadas por considerá-las uma ameaça, se preocupavam que a opinião popular e midiática caminhasse igualmente nesse sentido, daí o interesse em defender a importância da instituição. Para isso, os artigos expunham as situações que supostamente ameaçavam a segurança nacional, neste, em específico, aponta outros perigos decorrentes de conflitos sobretudo internos. Nessa época, inclusive, o Exército começa a se preocupar com as disputas na Amazônia e suas questões de soberania nacional:

É verdade, porém, que, se atualmente a guerra é considerada como uma hipótese remota, observa-se em contrapartida a existência de conflitos que, de forma indireta, também projetam antagonismos. As pressões externas, ao explorarem fatores ecológicos, tecnológicos e econômicos, procuram inibir os interesses nacionais. Surge então a necessidade de desencorajar os antagonistas, respaldar a política externa governamental e atuar, prontamente, em situações emergenciais. Atualmente, ocorrem exemplos de países que atingiram tais objetivos, mantendo forças armadas com dimensões compatíveis, preparo adequado e real capacidade de mobilização.

(CIE, 1991, p. 23)

Da leitura integral dos documentos, percebe-se que o Exército tenta justificar sua própria existência a partir dos conflitos que ele mesmo cria e reacende no imaginário de todo um contingente de trabalhadores militares. Os RPMs, como dossiês das organizações de esquerda no Brasil e no exterior, fornecem subsídios para que a inteligência militar planeje sua atuação, o que prejudica a liberdade política no país que se pretendia democrático após 1988. Dessa forma, foi possível compreender como desejava atuar o CIE e o que esperava dos Relatórios Periódicos Mensais, de acordo com as informações contida nestes mesmos. Em seguida, analisaremos o discurso do Exército nestes conteúdos, com o auxílio do livro de códigos construído para este trabalho.

3.3 O que diz o Exército Brasileiro? Uma análise de discurso dos Relatórios Periódicos Mensais (1989 – 1991)

O Exército, através do Centro de Informações do Exército, elaborou Relatórios Periódicos Mensais que foram publicados pela Agência Pública em 2021, datados de fevereiro de 1989 a julho de 1991. Acreditamos que o recorte temporal e a natureza dos

documentos são capazes de explicar o discurso que o Exército adotou com o fim da ditadura civil-militar e a abertura política no Brasil, visto que circularam já no período de vigência da Constituição Federal de 1988 e têm conteúdo predominantemente político. Além disso, foram elaborados pelo CIE, que indica a autoria do setor responsável por estudar as estratégias militares. Autoria compartilhada com o Orvil, projeto do Exército para responder aos testemunhos de vítimas e familiares da ditadura e que estrutura um discurso Orviliano em memória, verdade e justiça. Nesse sentido, nossa hipótese de que existe um discurso Orviliano no Exército Brasileiro após a redemocratização é a linha da análise promovida nesta seção.

Orvil significa “Livro” ao contrário, e é dessa forma que compreendemos o discurso Orviliano: o avesso da história. Os militares invertem os fatos para serem colocados como vítimas dos “terroristas” que tentam tomar o poder no Brasil desde a Segunda República, o que os obriga a agir em contrapartida. Conforme vimos no primeiro capítulo, entretanto, quem age contra o Estado de Direito ao longo do tempo são justamente as Forças Armadas, sempre em nome da segurança nacional – isto é, a Doutrina de Segurança Nacional. As vítimas da ditadura civil-militar são revitimizadas com a inversão da história promovida pelo Orvil, desse desejo de contar uma versão mentirosa do passado, contudo, ao que parece, não deixaram de ser caluniadas nem com o começar de um novo horizonte político que a redemocratização prometeu.

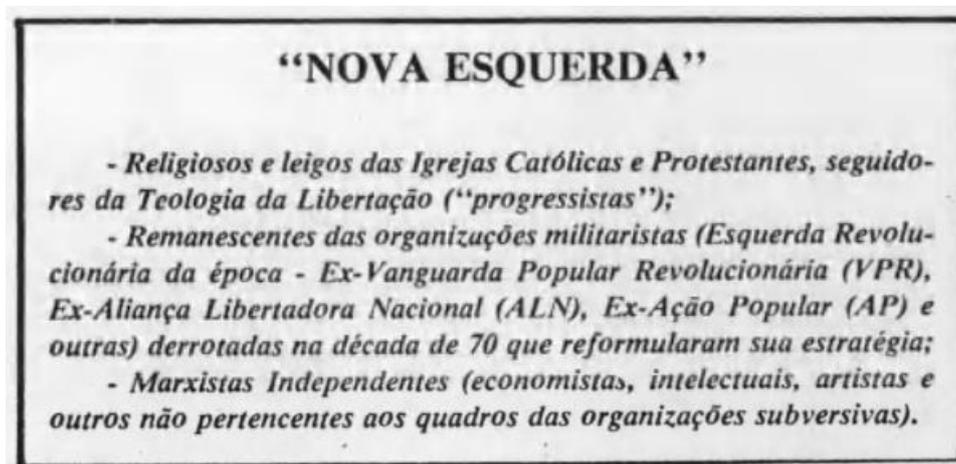
Tentamos categorizar os RPMs de acordo com eixos fundamentais do discurso Orviliano, como já foi explicado, e disso surgiram as três categorias de análise. Na primeira, sobre conteúdo político, codificamos cada um dos textos como 1) Convergente com a Doutrina de Segurança Nacional, 2) Neutro/ sem conteúdo político, 3) Conteúdo político sem relação com a Doutrina de Segurança Nacional. A ampla maioria deles estava de acordo com a DSN, uma vez que evocava a defesa da nação, como tarefa dos militares, diante de uma ameaça – e no conjunto dos documentos, esse perigo ia sendo construído pela inteligência do Exército e, praticamente, explicado a seus leitores. Nos Relatórios de 1989, 129 unidades foram codificadas como 1, e apenas 4 unidades como 2; em 1990, foram 93 unidades codificadas como 1, e 2 como 2; já em 1991, todas as 38 unidades foram codificadas como 1. Nenhuma unidade, em todas as edições, foi codificada como 3, ou seja, sem relação com a DSN.

Essa primeira categoria, na verdade, serviu apenas para que todo o conteúdo dos RPMs fosse analisado através desse filtro do pensamento militar, que a Doutrina de

Segurança Nacional ilustra bem. Dessa forma, ficaram de fora os conteúdos informativos, que não se enquadraram em uma agenda doutrinária política, nos demais, o padrão se manteve bastante evidente: o objetivo de documentar a movimentação e atuação de toda a esquerda no Brasil e no mundo, em constante alerta de perigo. A partir dessa análise, buscamos responder de que forma a Doutrina de Segurança Nacional se configurou no pensamento da inteligência do Exército nesse período histórico (1989-1991), ou seja, qual é a medula que estrutura esse modo de operação com o fim da ditadura civil-militar e com tantas mudanças políticas internas e externas.

O termo guarda-chuva que os militares utilizaram para nomear o conjunto de organizações e pensamentos é a “Nova Esquerda”, expressão que tem origem no Orvil e se repete nos RPMs. No argumento levantado pelo Orvil, a quarta tentativa de tomada do poder das Organizações Subversivas se daria com a Nova Esquerda, que representa a união de várias organizações diferentes com o objetivo em comum de propagar a ideologia, dessa vez não somente em luta armada, mas em uma batalha sociocultural. Fica perceptível que é essa lógica informacional que os RPMs pretendem trazer, por isso a necessidade de vigiar a atuação desse grupo. Em abril de 1989, um texto foi dedicado para explicar a Nova Esquerda, definida da seguinte forma:

Imagem 2 – Descrição da “Nova Esquerda” em texto do RPM



Fonte: RPM de abril de 1989 – Centro de Informações do Exército, obtido pela Agência Pública.

Disponível em: < <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-89.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

No texto, demonstram preocupação com o fortalecimento da Teoria da Libertação, corrente da igreja católica que tem proximidade com os movimentos sociais, pois estes setores religiosos teriam sido aliados dos terroristas durante da ditadura. O

intuito dele é alertar sobre o fato de que essas organizações “criaram, infiltraram-se, ou apropriaram-se, então, de centenas de órgãos de apoio "progressistas"”, inclusive nas igrejas. Aliás, é essa intenção de difundir as ideias “marxistas” que caracteriza o conceito de Nova Esquerda e sua ideia de processo revolucionário. Essas interlocuções para propaganda comunista são chamadas pelo CIE de “Trabalho de Massa”, que é a atividade de agitação que esses atores promovem na sociedade civil. Ainda, o texto afirma que a Nova Esquerda recebe financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), muitas internacionais, como é o caso da Cáritas.

Apesar de abarcar muitos setores de organizações, há uma preocupação especial com as “igrejas progressistas” (CIE, 1989, p. 48):

Contudo, é na estrutura administrativa da própria Igreja Institucional que a "Nova Esquerda" encontra maior respaldo para suas ações. São estações de TV, mais de cem emissoras de rádio AM/FM, quatorze editoras — algumas das maiores do País — livretos, boletins e panfletos dominicais que atingem milhões de exemplares. Mas se vale, sobretudo e principalmente, da religiosidade e do misticismo popular.

Com o sucesso do Trabalho de Massa, de acordo com o texto, criam-se as “condições subjetivas” para a tomada do poder, e o fim do processo revolucionário seria violento e armado: “No momento da ruptura final, braço armado (muito provavelmente vindo do movimento sindical e do movimento dos sem-terra) se manifestará para concretizar a tomada do poder pela força ou viabilizar o golpe de estado e imposição da nova ordem.” (CIE, 1989, p. 48). Pelo conteúdo, entende-se que esse processo já se encontra em andamento, e a prova disso são as manifestações sociais de toda ordem, desde greves e paralisações até conflitos pela terra. A relevância que é dada ao Trabalho de Massa da igreja progressista nos ajuda a entender por que suas organizações e personagens aparecem com tanta frequência nos Relatórios, conforme trataremos em breve.

Em outro texto, de abril de 1990, temos a definição do CIE de Trabalho de Massa (CIE, 1990, p. 59):

Trabalho de Massa: é o conjunto de atividades desenvolvidas pelas organizações comunistas e seus aliados, junto aos diversos segmentos da população, explorando insatisfações reais ou artificialmente provocadas, com a finalidade de criar o desejo de mudança das estruturas sociais e político-econômicas existentes, empregando ao máximo a arma psicológica.

Esse artigo explica o uso do Trabalho de Massa pelas organizações subversivas a fim de incentivar os “Movimentos Populares”, que seriam as organizações orgânicas (e

justas) por melhorias sociais, a se engajarem nas lutas ideológicas ligadas ao comunismo. Para o Exército, esses movimentos são usados pela Nova Esquerda para atingir seus objetivos, primeiramente, pela disputa no campo social e psicológico – e essa compreensão é também um ataque às políticas de memória e verdade pós ditadura. Para a disseminação dos planos esquerdistas, outras ferramentas seriam necessárias, como os meios de comunicação. Para isso, os militares também usam uma expressão própria, os “Órgãos de Comunicação de Massa (OCM)”, que representam a mídia tradicional e conduzem a opinião pública ao encontro da ideologia:

Os Órgãos de Comunicação de Massa (OCM), desde o ano passado e, em decorrência da propalada democratização do Leste europeu, vêm desenvolvendo falaciosa orquestração, induzindo a opinião pública brasileira a acreditar que o comunismo é coisa do passado. Nesse contexto, os Órgãos de Informações são estigmatizados com a pecha de "elefantes brancos", de todo desnecessários, e ridicularizados sob a encenação grotesca de uma novela de televisão.

(CIE, 1991, p. 13)

A crença é que a mídia induz a população a se tranquilizar em excesso em relação aos perigos que o comunismo promove, e, por consequência, questiona a existência das Forças Armadas. Neste trecho do mesmo texto, a importância da vigilância promovida pelo Exército é reafirmada e a Doutrina de Segurança Nacional fica evidente:

A conjuntura econômica brasileira, com suas conseqüências políticas e sociais, apresenta um campo fértil para a ação dos radicais de sempre, o que exige um trabalho diligente e continuado, em prol da democracia, sem esmorecimentos, em face das responsabilidades permanentes e crescentes de Segurança Interna e em face dos esforços dos adeptos da desnecessidade das Forças Armadas.

(CIE, 1991, p. 13)

Os Relatórios criticam sempre que a função das Forças Armadas é questionada de alguma forma na mídia ou por alguma organização e evento, ao mesmo tempo em que expõem os perigos que estas estão barrando em nome da segurança nacional nesse período pós-guerra e pós ditadura. Desse modo, observamos que, no discurso militar analisado, a Nova Esquerda é composta por diversas Organizações Subversivas e Movimentos Populares convertidos e promove Trabalho de Massa a fim de, culturalmente, converter a população em geral para o objetivo final, que é a tomada de poder. No Orvil, fica claro como os militares se preocupavam ainda mais com a chamada “quarta tentativa de tomada de poder” em razão do momento histórico, pois já

observavam o discurso oficial se voltar contra as Forças Armadas: é o que chamarão de “revanchismo”, abordado em outras categorias desta análise.

No interior do termo guarda-chuva de Nova Esquerda, nos propusemos a identificar quem são essas organizações, partidos, pessoas (entre intelectuais, políticos, profissionais etc.), linhas de pensamento e até mesmo situações políticas de determinados países, que foram etiquetados como inimigos que ameaçam a nação brasileira. Assim, durante a codificação, foram anotados em cada texto os inimigos naquela argumentação, os quais passaremos a relatar a seguir. Primeiramente, conforme as passagens acima, uma preocupação que se mostrou incansável em todas as edições analisadas é em relação à Igreja Progressista. Logo no primeiro RPM que temos acesso, há uma página inteira dedicada a uma colagem de manifestações políticas desse setor da igreja em que aparece a figura de Dom Paulo Evaristo Arns, autor do Brasil Nunca Mais, e abaixo se lê:

Interferindo, significativamente, nas eleições de Nov 88, particularmente, no mais importante município brasileiro — SÃO PAULO/SP, o "clero progressista" concorreu para o resultado alcançado pelo PT, apoiando os candidatos vinculados à denominada Articulação dos 113", corrente política majoritária no partido.

(CIE, 1989, p. 11)

A temática dos RPMs de 1989 gira muito em torno das eleições, seja as municipais que ocorreram em 1988, ou a presidencial de 1989 – esta com primeiro turno em novembro e segundo em dezembro. Em relação ao resultado das eleições municipais, há muita insatisfação com todos os eleitos de partidos de esquerda, principalmente do PT, como é o caso da vitória de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. Em março desse mesmo ano, um texto de título “o PT na Administração de São Paulo” critica a prefeitura ter apoiado a greve dos transportes. Outra crítica severa do Exército a essa gestão é pela figura de Paulo Freire, nomeado Secretário da Educação do município de São Paulo, desaprovado não apenas por essa atuação específica, mas também pelo legado em educação. Na visão militar, tratava-se de formar militantes em “escolas de revolução” (CIE, 1990, p. 60).

Os movimentos educacionais eram considerados inimigos do Exército em todas as suas pontas: sejam os pensadores, como no caso de Paulo Freire; seja o movimento estudantil de secundaristas e nas universidades; seja o sindicalismo de professores. Alguns movimentos e organizações criticados e listados como perigosos para a

democracia são o Movimento Educação de Base (MEB), a Confederação dos Professores do Brasil, e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Uma relação feita entre as lutas pela educação e o “clero progressista” é a questão da educação popular, no editorial de março de 1989 o CIE alerta sobre a Teologia da Libertação como um “instrumento do processo revolucionário”. Esse texto denuncia a “marxização” da igreja católica e a doutrinação dos cristãos por setores da igreja, trazendo o histórico da linha teórica e as referências marxistas: a Teologia da Libertação é um exemplo do Trabalho de Massa.

Como ficou expresso em outras passagens dos Relatórios, a importância dada ao “clero progressista” dentro da Nova Esquerda se deve à facilidade com que autoridades religiosas doutrinam outros crentes, de forma que as ideias marxistas assim são propagadas. Porém, a história da Teologia da Libertação e da educação popular durante a ditadura apresenta outro panorama: muito perseguido pelo regime, esse setor da igreja foi uma resistência fundamental às violações de direitos humanos promovidas pelos militares. Fruto da teologia latino-americana, a teoria compreende o exercício da fé a partir da práxis histórica de empoderamento dos pobres e oprimidos em direção à sua libertação, dessa forma, traz um entendimento diferente do catolicismo e impactou a educação popular de Paulo Freire, anos depois (SCOCUGLIA; PEREIRA, 2020).

Durante a ditadura civil-militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tomou a decisão de apoiar a linha da Teoria da Liberação, ainda que nunca tenha sido majoritária na igreja católica, em um importante movimento de resistência ao contexto político brasileiro. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde são tomadas as decisões de forma horizontal, são formadas lideranças, é produzido conhecimento e as lutas são travadas (SCOCUGLIA; PEREIRA, 2020) – não à toa, é considerada Trabalho de Massa pelo Exército. A CNBB e as CEBs, por consequência, também são instituições marcadas como inimigas, em texto da edição de julho de 1989 que relata o VII Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base, encontramos a definição destas pelo RPM (CIE, 1989, p. 108):

As CEBs foram criadas pela Igreja Institucional para reaproximar os fiéis das palavras do Evangelho. No Brasil, as primeiras comunidades surgiram por volta de 1967. Estima-se que existam hoje cerca de 200.000 dessas comunidades, que são pequenos grupos com cerca de dez pessoas. Ao longo dos anos as CEBs foram, pouco a pouco, sendo desvirtuadas de seus objetivos iniciais, hoje, grande parte delas está impregnada pelo linguajar e práxis marxistas, tornando-se um aos mais eficientes instrumentos dentro do

processo de conscientização popular, visando à transformação da estrutura social vigente.

O texto também cita falas do Frei Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff, ambos teóricos importantes da Teoria da Libertação e alvos dos textos dos RPMS, em sua vigilância constante da atuação da “igreja progressista”. Da mesma forma, outros religiosos foram perseguidos durante e após a ditadura, nesses documentos, como é o caso de Dom Paulo, que além de assinar o Brasil Nunca Mais, marco histórico que levou o Exército a planejar o Orvil, foi organizador do primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, em 1978 (FILIPPI, 2015). Além dele, Frei Beto fez parte do grupo de estudantes dominicanos que se juntou à ALN para lutar por democracia, e por isso, ficou preso entre 1969 e 1973, do que surgiu seu livro de testemunhos Cartas da Prisão, em 1977. A resposta dos militares a essas figuras é muito clara: são inimigos da pátria que ameaçam a segurança nacional pois pregam a revolução em conluio com a Nova Esquerda. Fica clara, também, a rejeição aos relatos de sobreviventes e vítimas, que atrapalham o trabalho de construir uma narrativa diferente (baseada no Orvil).

Outro movimento que guarda relação com a questão da educação popular e da Teoria da Libertação, é a luta pela terra, sobretudo na figura do Movimento Sem-Terra (MST), mais uma organização que aparece em praticamente todas as edições. O CIE faz relatos dos encontros e eventos do MST alertando sobre suas discussões, atos e planos revolucionários, inclusive, ações armadas, pois no discurso militar, representa a força violenta da esquerda. Há relatos de ações policiais e judiciais envolvendo terras ocupadas pelo MST, sempre destacando a resistência armada que esses militantes oferecem. Em novembro de 1989, o RPM apresentou um texto sobre as comemorações de 10 anos do MST (e os perigos destas), com a seguinte conclusão:

A criação de um clima revolucionário no campo, além de constituir grande pressão na estabilidade institucional do País, cria o ambiente propício e as bases de apoio à implantação da guerrilha rural, condições que faltaram no passado e que levaram a subversão à derrota.

(CIE, 1989, p. 141)

A referida derrota são as outras tentativas de tomada de poder que o Orvil detalhadamente explica, e o medo do Exército reside na possibilidade de que o apoio popular à esquerda, como a Nova Esquerda planeja nessa guerra cultural, garanta sucesso da quarta tentativa. A Comissão Pastoral da Terra também é etiquetada como inimiga, influenciadora de conflitos no campo e da reforma agrária. Neste outro trecho,

de agosto de 1990, o RPM traça a relação que faz entre o “clero marxista” e os movimentos rurais pela terra (CIE, 1990, p. 104):

Os auto-intitulados "progressistas" do clero — em verdade marxistas infiltrados nas igrejas — viram, durante a década de 80, florescer e frutificar seu intenso trabalho de massa visando a marxizar parcela ponderável da população. Seu objetivo intermediário era obter o imprescindível apoio popular, passo indispensável ao desenrolar do processo revolucionário e o proposto pelas correntes políticas e ideológicas mais radicais. Neste contexto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no atinente à Reforma Agrária e à luta no campo, constituíram-se nos instrumentos mais utilizados no acirramento do processo social. Foram eles os incrementadores dos conflitos rurais, das ocupações de órgãos públicos, notadamente aqueles voltados para a área agrícola, bem como das invasões à propriedade privada. Estimularam a desobediência civil, o descumprimento de ordens judiciais e o enfrentamento às Polícias Militares (PM) estaduais.

Esse outro trecho do mês seguinte (CIE, 1990, p. 119) também esclarece, nesse mesmo sentido:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter religioso e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia/GO. Funciona como um organismo autônomo em sua organização e administração, vinculada à Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e tendo "um compromisso evangélico de promover a dignidade do homem e da mulher do campo, oferecendo um serviço pastoral aos trabalhadores rurais, às suas organizações e às igrejas, em nível nacional, regional ou local" (conforme seus Estatutos). [...] O Movimento dos Sem-Terra (MST) vive um período de crescimento em suas diferentes formas de atuação, inclusive, com radicalização no uso da violência. Um dos principais suportes que encontra a nível nacional, tanto material como fisicamente, é a CPT, que com sua abrangência, sua capacidade de obter recursos e seus quadros, reforça eficientemente a ação perniciosa do MST.

Sobre a perseguição à luta dos trabalhadores rurais pela ditadura e pelo Exército após ela, é necessário pontuar que um fator que precedeu o golpe de 1964 foi a promessa de reforma agrária nos discursos do então presidente João Goulart, além disso, o Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, demonstra a força do movimento camponês mesmo naquele período histórico (STROZAKE; PEREIRA, 2015). Na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a luta pela terra, aliada à luta sindical, representava uma ameaça. Nesse mesmo sentido, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi protagonista na lista de perigos da Nova Esquerda, mas a totalidade do Movimento Operário Sindical foi vítima da tentativa de controle pelo CIE.

Nos RPMs, a CUT aparece como mobilizadora de greves e paralisações violentas, sendo uma má influência para os sindicalistas. Os militares acreditam que há influências socialistas, marxistas, comunistas e trotskistas nessas organizações, por isso,

têm planos maiores que apenas a greve. Ao relatar as ações realizadas por sindicalistas, os Relatórios costumam fazer uma crítica ao modelo de sindicato que era feito no Brasil:

O fato citado vem demonstrar, cabalmente, o retorno cutista àquele sindicalismo de contestação, refratário ao diálogo e à participação. Exterioriza o desespero dos militantes das ideologias retrógradas diante das atuais tendências da economia e dos seus reflexos nas classes trabalhadoras.

(CIE, 1990, p. 84)

A referida tendência da economia é o tipo de sindicalismo defendido pelo Exército: de acordo com os RPMs, é favorável ao “sindicalismo de resultados”, uma vertente norte americana que se propõe ser ausente de ideologia política, em prol do livre mercado, mas buscando melhores condições de trabalho aos associados (CIE, 1989, p. 59). Por outro lado, acredita que o sindicalismo no Brasil se alinha ao radicalismo proposto pela CUT, pela Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), e pelas organizações subversivas. A CUT também é relacionada diretamente com o PT, sobretudo no período analisado, em que ocorreram eleições presidenciais com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva – em julho de 1989, o texto que traça essa relação afirma que a instituição induziu os trabalhadores a votar em Lula, portanto, pertencem ao mesmo “movimento político-ideológico”.

Como foi dito acima, o ano de 1989 foi de eleições presidenciais no final do ano, de forma que o RPM também se dedicou a acompanhar as campanhas eleitorais de partidos de esquerda e centro. Em março de 1989, o RPM já alertava que os estudantes estariam sendo doutrinados pela pregação ideológica dos partidos de esquerda e os jovens eleitores seriam mais suscetíveis a esse tipo de influência idealista. Em abril, denunciou as propostas “socialistas” do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com enfoque nas figuras dos candidatos Lula e Leonel Brizola; apresenta preocupação com a receptividade das candidaturas. Então, a candidatura de Lula chegou ao segundo turno das eleições, o que fez o CIE dedicar seu trabalho a analisar essa conjuntura e compreender o poder da “Nova Esquerda”.

Sob o título “Eleições: Trabalho de Massa”, um artigo publicado em dezembro de 1989 analisa de que forma o PT obteve sucesso no primeiro turno das eleições, e assim consegue elencar todos os inimigos de forma organizada, a maioria já explorado acima. A onda de greves, que inclui professores, servidores e estudantes, juntamente com a igreja progressista, são apontados como culpados. A luta por anistia também não

fica de fora, uma vez que o Exército acredita que ela possibilitou, com a legalização, a organização de partidos comunistas (CIE, 1989, p. 161):

Decretada a anistia em 1979 e a reformulação partidária pelo Governo Figueiredo, a parcela dos comunistas que comungava com as idéias da UCB passou a defender que a continuação da luta se iniciava pela criação de um partido de massa, desvinculado dos PCs tradicionais (PCB e PC do B), tendo sua origem nas bases populares. Tal partido, com uma proposta renovada e "descomprometido" com o comunismo e as elites, seria o braço forte para que a consecução do objetivo final se tornasse mais viável. Por não ser "contaminado" pelos vícios do passado, poderia implementar alianças com outras instituições, como a Igreja, por exemplo, sem que se registrasse uma oposição por parte daqueles fiéis ou de religiosos com pensamento voltado ao anticomunismo. A outra, defendia a idéia de que o MDB era esse partido. Conseqüência do surgimento dessas correntes, enquanto uma filiava-se ao MDB, a outra dá início à criação do PT, apoiada no controle que exercia sobre a "oposição sindical", aqui incluído o operariado urbano e o trabalhador rural; apoiada na juventude e ainda naquele segmento da população que não tinha, outrora, o hábito de participar de atividades políticas, mas passaram a militar nos chamados Movimentos Populares.

Mas Lula não ganhou a eleição no segundo turno, e foi eleito Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Dessa forma, a partir de 1990, com a posse deste, a preocupação do Exército era a oposição da esquerda ao novo governo, e já em janeiro deste ano foi publicado texto nesse sentido. O Relatório acredita que o PT vai dificultar o novo governo, que assume em 15 de março, criando instabilidade institucional por meio de um "governo paralelo". Com a Frente Brasil Popular, coligação para a eleição de Lula em 1989, e o alcance da campanha, o Exército entende que a Nova Esquerda foi empoderada, e para continuar atuando, deve promover o caos social, que facilita suas ações e a queda do presidente eleito. A conclusão do texto alerta para a tomada de poder:

Cegos e surdos às reações das populações subjugadas por esse mesmo autoritarismo socializante no Leste Europeu, os dirigentes do PT e as organizações marxistas-leninistas, nele incrustadas, insistirão na tentativa de tomada do poder, pois este é o objetivo que os move, independente do socialismo ser ou não atual, ou de servir ou não ao País.

(CIE, 1990, p. 9)

Outro acontecimento histórico foi relevante para o Exército e pautou o debate político nos RPMs a partir de 1990: a Perestroika e o enfraquecimento do socialismo no Leste Europeu, o que, para os militares, significava o fracasso do comunismo e a vitória da liberdade. Por isso, os Relatórios acompanharam as mudanças econômicas nesses países e questionaram o porquê de ainda existirem partidos comunistas no Brasil e na América Latina, se internacionalmente, o comunismo teria acabado. Nesse sentido, argumenta: "Tudo indica que o PCB, partido que soube vestir com tanta subserviência o

uniforme de Stalin e os trajes já em desuso de Brejnev, não terá dificuldades em adaptar-se a mais uma roupa, seja ela qual for!” (CIE, 1990, p. 10).

A questão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi tema de muitos artigos dos RPMs, sempre em alerta sobre as repercussões disso no Brasil e as relações que partidos e organizações comunistas brasileiros poderiam ter com o Movimento Comunista Internacional. A chamada “crise do socialismo” foi analisada em perspectiva com o PT e com o PCB no RPM de fevereiro. Internacionalmente, a preocupação ainda se voltou em relação à América Latina, sobretudo em relação à Nicarágua, que passou pela Revolução Sandinista entre 1979 e 1990¹³, e Cuba, que também passou por uma revolução socialista. É interessante observar que a narrativa militar, sempre em busca de inimigos, cria ameaças no contexto político de outros países para incitar o pânico, como o que ocorre atualmente com a Venezuela e virou bordão de campanha de Jair Bolsonaro¹⁴.

Ainda, a partir dos anos 1990, observamos, com mais ênfase, se agravar o discurso dos RPMs contra os povos indígenas e as lutas indigenistas, em conjunto com falas em defesa do nacionalismo em relação à Amazônia. O primeiro Relatório codificado, de fevereiro de 1989, traz um extenso artigo sobre a Amazônia, que a defende da disputa internacional, com muita desinformação sobre os indígenas. No texto, é criticada a presença da igreja progressista na região e as lideranças indígenas são deslegitimadas e tratadas de maneira ofensiva (CIE, 1989, p. 18):

A imprensa de alguns países europeus, há algum tempo, explorava o tema "extermínio de índios no Brasil". Confrontados com fatos e números que desmentiam a assertiva difundida, suspenderam a campanha. Agora recrudescer um movimento pró-indígenas cujas acusações de descaso por parte do governo para com o problema não resistem a uma comparação de dados que indicam até o oposto, isto é, cuidados demasiados com os índios e menos com outros habitantes do Brasil que estão vivendo em situação de extrema pobreza. Nos últimos três anos, por exemplo, buscando a defesa dos interesses dos índios, sua preservação e a manutenção de seu meio ambiente livre de agressões, foram acelerados os trabalhos de demarcação das terras indígenas. A tarefa não é fácil, mas está sendo cumprida com apreciáveis resultados.

¹³ A revolução sandinista, referente a Augusto César Sandino, foi encabeçada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional e pôs fim à ditadura dos Somoza em 1979. A revolução foi através da luta armada, com o objetivo de promover justiça social. Pelo caráter esquerdista, o Exército temia que essas ideias se espalhassem pela América Latina e chegasse até o Brasil.

¹⁴ “Brasil vai virar Venezuela” é bordão de Jair Bolsonaro para criar medo em relação à eleição de Lula e do PT. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/brasil-vai-virar-a-venezuela-o-que-esta-por-tras-do-bordao-da-direita-que-segue-vivo-em-2022>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

Em seguida, cita um momento histórico em que a indígena Tuíra Caiapó coloca um facão no rosto de dirigente da Eletronorte em Altamira durante os debates sobre a construção da Usina de Belo Monte, em 1989. A imagem é um símbolo da luta indígena e da representatividade feminina no enfrentamento a grandes empresas na Amazônia, mas para os militares, a divulgação da foto internacionalmente era um vexame. Ainda, questionam a legitimidade dos povos indígenas para utilizar o termo “nação” ao se referir ao Brasil e à Amazônia, como se essa fosse uma prerrogativa das Forças Armadas:

Do encontro, com certeza, vai ficar na mente de muita gente, não só no Brasil, mas também no exterior, a constrangedora figura de um engenheiro da Eletronorte sendo ameaçado por uma índia com um facão. Tal imagem — filmada, televisada e fotografada á exaustão foi divulgada pelos principais órgãos de comunicação do mundo. Nos anais do evento e na imprensa ficará assinalado o registro da "Declaração de Altamira", redigida(?) pelos índios, da qual destacam-se os seguintes trechos; — "As nações indígenas do Xingu...Decidimos que não queremos a construção de barragens no rio Xingu nem em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos. — "...decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro para, juntos, protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios..." Deve ser destacado ainda a desenvoltura com que se passou a usar a denominação de Nação para tribos de índios já um tanto quanto "aculturadas" e cujos guerreiros ostentam como vestimenta básica vis- tosos "shorts", nos quais se pode identificar as três listras de conhecida empresa alemã de material desportivo. Tais "nações" propõem reunir forças com o Congresso "Nacional" e com o povo brasileiro para defender os "nossos territórios". Torna-se problemático saber se o Congresso Nacional, sendo da nação brasileira, serve como foro adequado para tais "nações" reivindicarem seja lá o que for, ainda mais quando fica claro, na declaração de Altamira, que os objetivos pretendidos seguem literalmente as diretrizes do Conselho de Igrejas Cristãs, já citadas.

(CIE, 1989, p. 18)

A partir desse texto, em 1990 os povos indígenas e sua relação com a Amazônia se tornaram uma pauta recorrente nos RPMs, o que etiquetou também essas populações e suas organizações como inimigos. Em janeiro de 1990, um texto intitulado “Oportunismo Indígena” denuncia supostos itens de luxo que lideranças indígenas Kaiapós possuíam, como carro e casa, e critica a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – este que será citado como partidário em outras edições. Em fevereiro do mesmo ano, o CIMI aparece novamente em artigo sobre o garimpo em terras Yanomami, cujo argumento é que Organizações Não Governamentais (ONGs) estariam fomentando polêmicas sobre as terras indígenas. Observamos que os Relatórios citam a atuação de ONGs como se representassem uma única coisa, de forma

que estas também se tornam exemplos de ameaças à segurança nacional, pois promovem a desordem e a subversão.

Em 1990, ONG era um tipo de organização da sociedade civil bastante recente, o que justifica o desconhecimento dos militares, e explica o medo de sua atuação. Ocorre que, conforme argumentamos nesta pesquisa, o discurso é mais do que a mera transmissão de mensagem, mas o processo de produção de sentido entre aqueles sujeitos, afetados pela história e pela língua (ORLANDI, 2000). E assim sendo, não se encerra em si mesmo – nesta disposição do CIE, nesta distribuição de RPMs e nesta geração de militares e do Exército. Em 2020, na gestão presidencial de Jair Bolsonaro, em meio a denúncias de crime ambiental pelo governo por queimadas que destruíram parte da Amazônia, a defesa do presidente é justamente criticar a “cobiça estrangeira” e culpar ONGs atuantes na região, sem qualquer prova¹⁵. O discurso de Jair Bolsonaro sobre a Amazônia é idêntico ao discurso do Exército nos RPMs, e isso nos apresenta a dimensão do que foi comunicado entre militares nesse período.

O discurso de militares sobre os indígenas nos Relatórios expõe uma perseguição que não teve início ali, com a constitucionalização de alguns direitos, visto que o genocídio indígena durante a ditadura civil-militar foi massivo e, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade pelo “esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas articuladas em torno desse eixo comum” (BRASIL, 2014, p. 253). O Estado ainda falha em promover a devida Justiça de Transição aos povos indígenas, e por isso escolhemos assentar essa perseguição que persiste desde a ditadura até o governo Bolsonaro.

O editorial de julho de 1991, o último que analisamos, também é dedicado à Amazônia e aos indígenas, sobretudo os Yanomamis, com críticas a CNBB, CIMI e outras organizações sociais. Relata que os pedidos de demarcação de terras pelos Yanomamis podem travar o desenvolvimento nacional porque a riqueza não seria explorada para o “bem comum dos brasileiros”. O texto insinua que os indígenas seriam manipulados por movimentos de esquerda, como a própria igreja progressista, e partidos comunistas. Em mais uma relação trágica, o fim da gestão de Bolsonaro deixou para trás

¹⁵ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-ataca-ongs-e-critica-cobi%C3%A7a-estrangeira-pela-amaz%C3%B4nia/a-55113089>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

a tragédia Yanomami em 2023 em razão do garimpo ilegal na região: foram 22 mil casos de malária na região, crianças e adultos em desnutrição e mortes, apesar dos avisos, o governo ignorou a situação.¹⁶

O discurso militar que formou Jair Bolsonaro ao longo de sua vida profissional, seja dentro ou fora do Exército, foi determinante em suas práticas como Presidente da República, e muitos dos grandes inimigos da ditadura civil-militar, e do Exército na redemocratização, foram prejudicados com sua eleição. Observamos a repetição dos mesmos argumentos contrários à “Nova Esquerda” dos RPMs nos discursos mais recentes de militares e vertentes ligadas ao bolsonarismo, com pequenas alterações nas ameaças. E foi isso que percebemos em relação ao Orvil e aos RPMs: alguns inimigos continuam em vigilância, como o PCB, o PCBR, o PT, o VPR, a ALN e o MR-8 – atuaram na ditadura civil-militar e, com a democracia, podem se organizar com maior liberdade; já outros foram surgindo com as divisões ideológicas dos partidos ou organizações. Para os RPMs, até mesmo o PMDB merecia atenção por ser de “centro-esquerda” (CIE, 1989, p. 29).

Alguns termos eram muito utilizados para descrever a ideologia da esquerda: marxismo-leninismo, trotskismo, socialismo científico, gramsciana etc. Correntes internas de partidos também eram fiscalizadas, como a Convergência Socialista do PT e os seguidores da Quarta Internacional dentro do PCB. A social-democracia também apareceu como algo a se atentar. Evidentemente, com o crescimento do partido, PT e Lula se tornara o maior foco da Doutrina de Segurança Nacional entre 1989 e 1991, diante do medo da eleição.

Passamos agora para a próxima categoria de análise, Regime Militar, em que foram utilizados os códigos 1) Negacionista (não considera ditadura e/ou justifica os crimes de Estado), 2) Não menciona a ditadura civil-militar, e 3) Reconhece os fatos históricos da ditadura. Nenhum texto foi codificado com o número 3, ou seja, toda vez que o regime militar e o golpe de 1964 foram mencionados, o conteúdo era negacionista, de forma que nos RPMs, o discurso do Exército não reconhece que houve ditadura com violações a direitos humanos e encontra justificativas entendidas como

¹⁶ Em 2022, a Hutukara Associação publicou o Relatório “Yanomami sob Ataque”, que documenta a ação de garimpeiros, do crime organizado e empresários no território Yanomami, causando danos a essa população. O avanço da invasão resultou em crise humanitária na maior terra indígena do país. Em 2023, o Ministério da Saúde do governo Lula decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Relatório disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: 19 mai. 2023.

suficientes para as atitudes tomadas pelas Forças Armadas no período. Excluídos os textos que não mencionam a ditadura civil-militar, nesta categoria, serão analisados os codificados como negacionistas-histórico. Nos Relatórios de 1989, oito textos foram classificados dessa forma, os quais analisamos abaixo.

Mas, para definir essa categoria de análise, entendemos o negacionismo histórico como uma interpretação alternativa da realidade que distorce todas as evidências históricas que são construídas de forma científica ou cultural a fim de defender outra abordagem (MELO, 2014). Sendo assim, o passado é manipulado de forma política para apagar fatos, memórias e verdades sendo possível, inclusive, inverter a lógica das correlações de poderes: o vilão se torna vítima, e vice-versa. O negacionismo brasileiro, no entanto, possui uma particularidade: não necessariamente nega a ditadura civil-militar, tampouco é revisionista histórico, mas busca legitimidade para o regime (BAUER, 2019). Isso é perceptível nesta análise de discurso quando os elementos constitutivos da ditadura são descritos pelos militares como eventos perfeitamente democráticos e constitucionais, legitimados tanto pela lei quando pela vontade popular, dessa forma, qualquer ato (até mesmo os excessos) encontra uma justificativa suficiente. Os textos analisados abaixo foram considerados convergentes com essa classificação teórica.

O primeiro deles pertence à edição de abril de 1989 e se chama “A “Nova Esquerda” e o Processo Revolucionário”, texto já citado anteriormente onde encontramos a definição da Nova Esquerda e a explicação dos perigos que ela representa para o Brasil. O texto explica que essas organizações (agora denominadas como Nova Esquerda) teriam atuado durante os anos 70 como terroristas, ameaçando a “paz, a soberania e a integridade nacional”, mas foram derrotadas pelas Forças Armadas. Merece atenção que o discurso presente no Orvil e nos RPMs reconheça que as organizações foram “derrotadas” durante a ditadura civil-militar, sendo esse exatamente o pedido por memória, verdade e justiça: o reconhecimento pelo Estado das violações de direitos humanos cometidas por seus agentes entre 1964 e 1985. Os militares compreendem que derrotaram militantes esquerdistas, porém, considera isso uma vitória que merece o agradecimento da sociedade civil. Novamente, é o avesso da história que se projeta no discurso Orviliano.

A esquerda, então, derrotada, muda sua estratégia para o Trabalho de Massa, como já foi discutido, e de acordo com esse texto, utiliza-se de “palavras-de-ordem de

alto apelo humanístico e teor emocional (liberdade, democracia, tortura, justiça e paz, direitos humanos)”. Para os militares, testemunhos e denúncias sobre a tortura que promoveram por meio de estruturas estatais é apelar para o emocional na militância. Entendemos como negacionismo esse trecho por colocar pedidos comprovadamente legítimos em um período de exceção violento como meras palavras de ordem que não merecem ser considerados ou investigados no momento histórico da publicação do trecho, na vigência da democracia. O texto segue explicando a suposta operação da Nova Esquerda (CIE, 1989, p. 47):

Iniciaram violenta campanha, inclusive no exterior, visando a desprestigiar as Forças Armadas, desarticular os Órgãos de Segurança e pressionar o Governo. Este, por conta da distensão, e não desejando confronto com nenhum setor social, especialmente com a Igreja Institucional, evitou tomar medidas contundentes para conter tais pressões, favorecendo-lhes a ação. Iniciado o processo de anistia, líderes subversivos retornaram ao País. Unindo-se aos remanescentes, encontraram na cobertura e proteção dos seguidores da Teologia da Libertação uma certa "imunidade" para se reorganizarem.

O próximo texto foi dedicado a “desmentir” a guerrilha do Araguaia ao criticar a postura do PCdoB em lembrar a data em eventos e denúncias. O texto usa o termo “desaparecidos” entre aspas para se referir a desaparecidos políticos e a luta de suas famílias por memória pois entendem que essa pauta serve para “descredibilizar” as Forças Armadas. Em seguida, explica como ocorreu o procedimento dos militantes no Araguaia e a adaptação à região, e nega o uso, pelo Exército, de 20 mil homens para combater os guerrilheiros, afirmando que o máximo empregado foi 2 mil homens, durante 15 dias. E, novamente, a tortura é descrita como manipulação emocional das massas, em descredito aos testemunhos e provas existentes:

De outro aspecto, a tortura, apresentada de forma sensacionalista e emocional por uma parcela da imprensa, encontra alguma receptividade perante a opinião pública, pois, salvo exceções como o caso da "artista" Bete Mendes (1), os acusados não teriam meios de demonstrarem a falsidade da denúncia. A polemização do fato atende aos interesses do PC do B, mantendo um prolongado debate sobre o assunto.¹⁷

Esse trecho ainda demonstra o interesse dos militares pelo esquecimento. Ao se promover memória, eles se entendem prejudicados e, por outro lado, privilegiados os “guerrilheiros” da ditadura civil-militar. E essa lógica segue:

Esse tipo de denúncia será sempre invocado por ex-terroristas e subversivos, não apenas com o objetivo de obterem o "reconhecimento e a admiração"

¹⁷ CIE, 1989, p. 54. O caso de Bete Mendes é explicado no próprio texto, que refere que a artista fez acusações a Ustra, mas o Exército entende que foi desmentida, com provas, pelo livro Rompendo o Silêncio, de autoria do Coronel.

pública, mas, principalmente, para se justificarem perante as suas organizações por terem colaborado com as forças legais e denunciado os seus companheiros.

A questão da denúncia de companheiros é conteúdo do Orvil, que tenta demonstrar que muitos guerrilheiros encontrados no Araguaia foram denunciado pelos próprios companheiros. Contudo, ao trazer essas informações, o livro acaba admitindo crimes de autoria dos agentes das Forças Armadas que ainda não estavam documentados sequer no Brasil: Nunca Mais, ao qual o Orvil buscava responder (FIGUEIREDO, 2009). O próximo texto codificado como negacionista se refere à transição no Uruguai, e seus possíveis impactos no Brasil, e o texto de novo faz uso de aspas para descredibilizar crimes cometidos pelo Estado, dessa vez contra uruguaios (CIE, 1989, p. 56):

Um dos temas mais explorados pelos marxistas, foi o "seqüestro", em Porto Alegre (Nov 78), dos subversivos uruguaios, Lilian Celiberti e Universindo Diaz Rodriguez, militantes do Partido da Vitória do Povo, integrante da Frente Ampla. "Coincidentemente", no dia 14 Abr 89, o Estado do Rio Grande do Sul foi condenado a pagar uma indenização, por "danos morais", no valor de NCzS 48,2 mil aos nominados.

Esse mesmo texto será objeto de análise na categoria seguinte. Nessa mesma página, o Relatório apresenta um artigo que visa criticar um programa exibido pela TVE sobre a ditadura civil-militar, produzido por Ivan Alves, “militante do PCB” para os militares. A visão “unilateral” do golpe é repreendida, pois seria enviesada pela ideologia dos roteiristas, e é chamado de “Revolução”:

Impedidos de assumir o poder em 1964 e derrotados militarmente no período 68/74, os partidos e organizações comunistas passaram a desenvolver uma intensa e ininterrupta campanha de descrédito da Revolução, buscando responsabilizá-la pela grave crise política, econômica e social por que passa o País na atualidade.

É importante salientar que se referir ao golpe militar de 1964 como Revolução, com “r” maiúsculo, é uma escolha feita pelos militares que automaticamente os coloca de um lado na disputa por memória, ainda que a instituição militar pertença e seja submissa ao Estado em uma democracia plena. É nesse sentido que essa categoria funciona nesta pesquisa, para que a linguagem naturalizada pelo Exército para se referir à ditadura seja capturada e se possa ter uma dimensão clara do que está sendo negado, ainda que sejam fatos históricos. O próximo texto, em julho de 1989, tem o intuito de denunciar a doutrinação de estudantes pela esquerda e inicia mencionando a ocorrência disso por Organizações Subversivas durante a ditadura. Para isso, relativiza a luta contra

a ditadura, como se representasse um engodo cujo único objetivo é formar jovens militantes para essas organizações:

O Movimento Estudantil, em passado próximo, sofreu inúmeras incursões das organizações subversivas (OS). Utilizando técnicas desenvolvidas de aliciamento, essas organizações lograram êxito no processo de agitação das Universidades nos anos 60, conduzindo inúmeros jovens, esperançosos e idealistas, na aventura terrorista e subversiva acobertada pela máscara da "luta contra o Estado Militar" quando, na verdade, visavam a atrelar o País ao comunismo internacional.

(CIE, 1989, p. 106)

Outro destaque do código negacionismo é considerar os movimentos sociais que atuaram contra a ditadura civil-militar entre 1964 e 1985 terroristas como um todo. Sabe-se que a parcela que escolheu a luta armada na ditadura não representa a totalidade do movimento, mas é conveniente aos militares compreender dessa forma a fim de justificar suas ações – que são injustificáveis, pois provém da força estatal. O texto ainda segue a argumentação, entendendo que atualmente (em 1989), os partidos comunistas legalizados pela Constituição continuam esse trabalho com os estudantes.

Em setembro do mesmo ano, a edição publicou artigo sobre a integração entre as esquerdas na América Latina, especialmente entre o Movimento Al Socialismo (MAS), a organização trotskista argentina, e a Convergência Socialista, segmento do PT do Brasil. O Exército acredita que essas organizações trabalham em conjunto pela tomada de poder, unidos pelo Movimento Comunista Internacional. Dessa forma, são ressaltadas as ações dos movimentos, dentre eles, a desmoralização das Forças Armadas, por haver “ressentimento” contra a organização (CIE, 1989, p. 133):

Desenvolvem contínuo e intenso esforço, particularmente através das seguintes ações; desinformação e notícias adversas; desmoralização da revolução de 1964; exploração das contradições internas, evidenciando as insatisfações e estimulando as reivindicações; apoio aos dissidentes das Forças Armadas e às lideranças paralelas; desprestígio dos chefes militares, apresentando-os como omissos e desinteressados pelas reivindicações e dificuldades de seus subordinados; exploração de acidentes e incidentes em serviço, mau comportamento e escândalos envolvendo militares; limitação de recursos orçamentários para as Forças Armadas; oposição ao serviço militar obrigatório e às atividades das Forças Armadas; atração de militares e de seus familiares para atividades políticas e revolucionárias; e infiltração nas Forças Armadas.

Ao acreditar que as Forças Armadas estão em constante risco de ataques e infiltrações no pós-ditadura, em razão do ressentimento dos atingidos, a instituição mantém a lógica de perseguição da Doutrina de Segurança Nacional. Na edição de outubro, um texto intitulado “Paz Socialista” foi veiculado no RPM, na mesma crítica à

integração da esquerda latino-americana, e o codificamos como negacionista em razão do discurso Orviliano das tentativas de tomada de poder pela esquerda, sendo uma delas em 1964. É comprovado que não houve risco de uma revolução comunista na oportunidade do golpe militar, mas ainda assim, o discurso militar justifica sua atuação dessa forma: “Numa visão prospectiva, pode-se considerar ser este o primeiro e indispensável passo para os comunistas desencadearem a luta armada no País, como tentaram em 1935 (Intentona Comunista), e em 1964: neutralizar as Forças Armadas ou subvertê-las.” (CIE, 1989, p. 149).

E na última edição de 1989, em dezembro, o RPM dedicou seu editorial para alertar sobre o Movimento Comunista Brasileiro e a atualidade do perigo, para que os leitores não se descuidassem da ameaça que não ficou no passado, mas continua trabalhando pela tomada de poder. Esse texto traz exatamente a narrativa do Orvil, e explica cada uma das tentativas de tomada de poder, com atenção à quarta, que estaria em curso no momento da publicação. Ao final do texto, lê-se “COMANDANTE, MANTENHA SEUS HOMENS BEM INFORMADOS”, que dá o tom do objetivo proposto no editorial: apresentar a versão “verdadeira” dos fatos, proposta pelo Exército, a seus subordinados, e assim, espalhar as ideias. O texto é negacionista ao trazer a versão sobre 1964 como tentativa de tomada de poder, e, ademais, uma segunda tentativa ainda durante o regime, em 1968 (CIE, 1989, p. 155):

Em 1964, os comunistas tentam pela segunda vez a conquista do poder. Desta vez, solertemente, armando, sob exigências de "reformas de base" e fingindo um jogo "legalista", um golpe-de-estado apenas frustrado pela atitude alerta das Forças Armadas e sua oportuna e coesa reação. Passaram-se 25 anos e, dos nossos camaradas que participaram daqueles acontecimentos, muito poucos ainda estão no serviço ativo para contar aos novos como os comunistas tentaram o golpe, valendo-se da infiltração e domínio de um governo fraco e sem autoridade. Em 1968, os comunistas tentam de novo a tomada do poder. Optaram pelo terrorismo e violência sem limites. Foram completamente derrotados em cinco anos de luta. Passaram-se 20 anos e quem está ainda na ativa para nos narrar as brutalidades cometidas pelos subversivos e nos lembrar como foram mortos os nossos companheiros na luta contra o terror? Não viveram este período de violência e insanidade nenhum dos nossos sargentos — 3º sargento a 1º sargento — e quase todos os nossos subtenentes; a maioria dos oficiais até o posto de tenente-coronel. Nossos cabos e soldados nem eram nascidos naquela época.

Esse trecho ilustra bem o discurso Orviliano em memória e verdade sobre a ditadura civil-militar, e o editorial de dezembro de 1989 explica a proposta de transição desejada pelo Exército, divulgada nos RPMs. O texto será também objeto de análise na próxima categoria, sobre as políticas de memória, verdade e justiça. Em sequência, no ano de 1990, quatro textos foram categorizados pelo código 1: o primeiro deles, no

exemplar de maio, fala sobre o Movimento Nacional de Direitos Humanos, uma das organizações inimigas do Exército. Nele, a atuação do grupo é analisada, especialmente o movimento Tortura Nunca Mais, assunto que será verificado na próxima categoria de análise, e nesse trecho é utilizado o termo “Revolução Democrática de 31 de março de 1964” (CIE, 1990, p. 72). A expressão escolhida não apenas intitula revolução, como ainda a denomina como democrática, em sentido oposto ao adotado pela Constituição Federal e pela Lei da Anistia.

Já em setembro, a escolha do RPM foi elaborar um artigo sobre uma entrevista do jornalista Rodolfo Osvaldo Konder para a revista Playboy em que este tecia uma autocrítica a seu passado como militante comunista. Para Rodolfo, o comunismo acabou e o capitalismo se revelou um melhor modelo social. Ao longo do texto, o Relatório afirma que o jornalista, que foi preso durante a ditadura, foi quem entregou Vladimir Herzog, “que viria a se suicidar na prisão” (CIE, 1990, p. 109), e mais uma vez se refere ao golpe de estado como tentativa de tomada de poder pelos comunistas. Esses conteúdos reiteram o discurso inverídico sobre os fatos que o Exército precisa esconder pela própria manutenção da instituição e seus membros.

Em prosseguimento, no editorial de dezembro, sobre o Movimento Sem-Terra e Sem-Teto, é discutida a radicalização político-ideológica, então, traz uma passagem negacionista sobre as organizações comunistas no período da ditadura (CIE, 1990, p. 139):

No período de 65 a 71, as organizações comunistas, então existentes, recrutavam no Movimento Estudantil, particularmente entre jovens universitários, a massa humana necessária para atuar nas ações de terrorismo, assaltos, seqüestras e no trabalho de massa que, na época, era bastante incipiente. Hoje, vinte anos depois, a subversão vem trabalhando em novos alvos para a conquista ideológica, envolvendo segmentos extremamente carentes, de nível cultural muito baixo e suscetíveis ao fanatismo, uma vez conquistados.

O texto subsequente aproveita a temática em artigo sobre o MR-8 e sua origem na resistência contra a ditadura, listando situações criminosas que envolveram a organização a fim de denunciar a existência do Movimento na democracia. O fim é em sentido de alerta: “A presente sinopse histórica recorda as origens do "Oito" que, dentro em breve, poderá estar ocupando as manchetes dos jornais e as tribunas das Casas Legislativas de todo o País, como mais um partido político de concepção marxista-leninista.” (CIE, 1990, p. 140). Percebe-se o negacionismo histórico a partir do

propósito de desprestigiar a atuação da resistência à ditadura, perseguida politicamente pelo regime.

Já nos arquivos de 1991, com menos edições de RPMs, foram encontrados dois textos codificados como negacionistas. O primeiro, editorial de janeiro, questiona “revanchismo ou estratégia?” e representa uma discussão que será aprofundada com a próxima categoria, pois consideramos uma provocação às políticas de memória e verdade da Justiça de Transição. Porém, neste texto, foi encontrada a mesma referência às tentativas de tomada de poder, sendo a de 1964 uma delas e o suposto motivo do golpe – além disso, este foi de novo denominado de “Revolução”, de acordo com o seguinte trecho:

Sem dúvida, as origens desse conjunto de ações malévolas e mentirosas, bem como da maioria de seus mentores, estão na Revolução de Março de 1964, que impôs mais uma derrota ao radicalismo retrógrado, em nova tentativa de tomada do poder. Esse movimento cívico-militar reafirmou a vocação democrática de nosso povo e a acertada e decisiva posição do Exército e das Forças Armadas como permanentes sustentáculos das pretensões da gente brasileira. Assim foi em 1935, assim foi em 1964 e durante todo o período revolucionário.

(CIE, 1991, p. 4)

Finalmente, o último texto codificado como negacionismo em relação à categoria Regime Militar é um editorial que representa com precisão o que é a memória militar que o Exército se dedicou a construir ao longo do tempo. Em termos de construção de memória, o texto apresenta a narrativa de um acontecimento histórico de 25 de julho de 1966, o “Atentado de Guararapes”: trata-se da explosão de três bombas em Recife, uma delas no Aeroporto Internacional dos Guararapes, que acarretou uma vítima fatal. Para o Exército, o atentado representa o “marco balizador do início da luta terrorista no Brasil”, por isso, o episódio é narrado no texto de uma forma que preserva a memória desses ataques promovidos pela esquerda, a fim de corroborar com o discurso invertido sobre a ditadura civil-militar. Dentro das Forças Armadas, a história é contada sob a perspectiva dos próprios militares como vítimas, e esse texto exemplifica muito bem essa característica do discurso Orviliano.

O início do texto contextualiza o período de forma negacionista e contribui para a criação do cenário irrealista que a memória militar vem propor (CIE, 1991, p. 33):

Em 1966, dois anos depois da Revolução Democrática de 31 de Março, a Nação brasileira empenhava-se em reerguer o País, após o caos dos primeiros anos da década de 60. Entretanto, uma pequena minoria inconformada, constituída pelos comunistas e pelos corruptos que haviam sido alijados da

vida política nacional, procurava reorganizar-se e, de qualquer maneira, expressar seu descontentamento. A cidade de Recife, em Pernambuco, foi a escolhida para ser o cenário inicial de uma nova forma de luta — o terrorismo — que, por muitos anos, viria a ensangüentar e a enlutar a sociedade brasileira.

Em seguida, refere que em 31 de março de 1966, as autoridades comemoravam os dois anos da “Revolução”. Após o relato da tragédia, a conclusão revela que a memória preservada pelos militares é a contrária a todas as provas e fatos históricos sobre a ditadura:

Hoje, os terroristas daquela época, arvorando-se em "heróis" libertários, afirmam que o que fizeram foi uma reação á "violência" do Governo Brasileiro. Intencionalmente. procuram deturpar a História e levar ao esquecimento as vítimas que causaram em sua sanha fratricida, dentre elas, as de 1966. Passaram-se 25 anos. Mas as bombas de Recife e o atentado de Guararapes não podem ser esquecidos.

A disputa por memória recai sobre uma discussão de personagens: quem são os heróis? Ou os vilões? E quem são as vítimas? Para esta pesquisa, consideramos que essas definições são políticas e são parte do processo da Justiça de Transição. Assim sendo, esta deverá escolher um lado, sem intenção de neutralidade, para que o negacionismo possa ser enfrentado com políticas efetivas, sobretudo de memória, e não de esquecimento. Essa questão será abordada no capítulo seguinte para aprofundar as teorias sobre memória, verdade e justiça, mas para finalizar esta seção, analisaremos a última categoria proposta: Políticas de Memória, Verdade e Justiça.

Para esta categoria, os códigos são 1) Divergente das políticas de transição pós ditadura, 2) Não menciona as políticas, e 3) Convergente com as políticas de transição pós ditadura. Com essa categorização, nosso objetivo é identificar como o Exército se posiciona em relação ao movimento que se inicia com o fim da ditadura por memória, verdade e justiça, tendo em vista que esse processo inclui a responsabilização de militares e a reparação das vítimas. Muitas das organizações e movimentos pela anistia, pela democracia e por justiça de transição já eram atuantes durante o regime militar e foram consideradas inimigas pela Doutrina de Segurança Nacional, conforme exposto anteriormente; agora, queremos compreender no discurso militar como esse ativismo e essas políticas são vistas. Da mesma forma que a categoria anterior, nenhum texto foi codificado como 3, em apoio à Justiça de Transição.

Isso significa que todos os textos que mencionaram Políticas de Memória, Verdade e Justiça foram em oposição a elas. Em 1989, seis textos foram codificados como 1; em 1990, um texto; e em 1991 mais um; entre eles, uma palavra em comum:

revanchismo. O termo foi utilizado amplamente nos textos dos RPMs e do Orvil para se referir a qualquer movimentação que colocasse em risco as Forças Armadas após a ditadura e, ao mesmo tempo, legitimar o golpe de 1964. Para Lucas Pedretti (2022), que analisou o surgimento dessa retórica no período de abertura política, o discurso do revanchismo faz uma equiparação entre os dois lados: assim como há militares radicalizados, que violam os direitos humanos, há militantes de esquerda radicalizados, que promovem o terrorismo. Dessa forma, se critica o “revanchismo” contra as Forças Armadas pois se acredita no “perdão recíproco”, como a anistia foi instituída no Brasil.

Contudo, o discurso do revanchismo funciona de forma conveniente aos militares pois promove o esquecimento. A ideia que acabou prevalecendo na transição foi a de abandonar o passado e focar no presente democrático, esse foi o discurso do presidente Tancredo Neves, contra o revanchismo e a favor da conciliação (PEDRETTI, 2022). Os militares, porém, utilizaram o conceito pela metade: sem revanchismo contra as Forças Armadas, mas a memória da ditadura civil-militar foi preservada e relembrada durante a transição, em seus próprios termos, sem perdão às organizações e movimentos “subversivos” – é o que o conteúdo dos RPMs comprovou. Nesse sentido, essa categoria se apropria do conceito “revanchismo” para analisar esse aspecto fundamental do discurso Orviliano.

O primeiro texto fala sobre a inauguração do Memorial da América Latina e sua conotação ideológica, com pronunciamentos de integrantes do MR-8. O evento foi considerado de propaganda e defesa do “socialismo” e o monumento de cunho “revanchista” (CIE, 1989, p. 27):

Outros monumentos de cunho revanchista e visando a denegrir as Forças Armadas, têm sido projetados, tais como o "Tortura Nunca Mais" em Recife/PE, e o "Monumento Contra a Tortura", no Rio de Janeiro/RJ — este último denominado pelo seu autor, Oscar Niemeyer, "O Arco da Maldade" — , ambos sob a responsabilidade do "Grupo Tortura Nunca Mais" desses Estados. Em Volta Redonda/RJ, projetou-se o monumento "Memorial 9 de Novembro".

O texto ainda se voltou contra as ações promovidas pelo Tortura Nunca Mais, que foi instrumento de luta de familiares de vítimas e desaparecidos políticos da ditadura, principalmente com a redemocratização. Sabemos, pelo tom dos textos analisados acima, que o Exército é negacionista em relação às torturas ocorridas no período, e da mesma forma se posiciona contrariamente às políticas de memória, verdade e justiça que passam a existir. O próximo artigo, sobre a guerrilha do Araguaia

(CIE, 1989, p. 53), de abril, critica a postura do PCdoB em promover eventos de memória sobre os mortos e desaparecidos pelo regime, em oposição às políticas de transição.

Nessa mesma edição, outros dois textos, já analisados na categoria anterior, também foram considerados divergentes às políticas de Memória, Verdade e Justiça: primeiro, sobre a anistia uruguaia aos militares. O Relatório comemora a decisão, mas os movimentos sociais do Uruguai se manifestaram contrariamente, o que, para o Exército, é uma postura “revanchista” (CIE, 1989, p. 56):

O evento se enquadra na campanha revanchista das organizações esquerdistas latino-americanas, e a finalidade era criar uma situação semelhante à ocorrida na Argentina, onde os militares foram julgados por "crimes contra a humanidade". Uma vitória da tese no Uruguai abriria amplas perspectivas para que se tentasse o mesmo no Brasil. Aliás, os chefes militares brasileiros têm repetido e deixado bem claro que a luta contra a subversão e o terrorismo foi imposição de dever institucional e que qualquer tentativa de julgamento de militares por "violações de direitos humanos" é inaceitável.

O trecho também escancara o medo de que a responsabilização de agentes da ditadura ocorresse em outro país, abrindo esse precedente para o Brasil. Já que os militares passaram pela redemocratização de maneira negociada, o amplo debate sobre os limites da anistia, memória e verdade se tornam uma ameaça à tranquilidade da instituição. Em sequência, esse mesmo temor aparece no texto intitulado “Propaganda Adversa na TVE”, que denuncia um programa “subversivo” sobre a memória da ditadura, e acredita se tratar de uma “campanha” contra as Forças Armadas (CIE, 1989, p. 56):

Essa campanha tem o nítido propósito de manter um permanente clima de hostilidade às Forças Armadas (FA), criando óbices ao seu engajamento nos assuntos referentes à segurança interna, inibindo-as no cumprimento de suas missões constitucionais e induzindo os seus integrantes a permanecerem alheios à evolução do processo revolucionário em curso, pois os comunistas e os esquerdistas, de uma maneira geral, sabem que elas constituem o maior obstáculo aos seus objetivos socializantes.

Em outubro de 1989, foi veiculado o texto “PT: Radicalização” que relata evento de discussão sobre as eleições presidenciais em que o partido defende a responsabilização das Forças Armadas pelos crimes da ditadura civil-militar, via julgamento civil. O Exército considera o debate sobre condenação de militares revanchista e enviesado por organizações marxistas (CIE, 1989, p. 128):

Continuando em seu discurso agressivo, enfatizou que os crimes cometidos pelos órgãos de repressão e a perseguição aos políticos contrários à "Ditadura Militar" não serão esquecidos. Todos os policiais do DOI/CODI e do PIC que

estiveram envolvidos, direta ou indiretamente nesses episódios, serão submetidos a um "Júri Civil", uma vez que as torturas e as marcas deixadas nos corpos não podem, simplesmente, cair no esquecimento e nem podem ser uma "página de livro virada". Finalizando, disse que está sendo consolidada uma "Grande Aliança" com países solidários à causa do PT, a fim de evitar qualquer investida por parte dos Estados Unidos da América e, para que tudo isso se torne realidade, Greenhalg concluiu, enfatizando: "o povo deve se conscientizar e se mobilizar para sair às ruas, pois só através da luta armada é que conseguiremos garantir a posse de Lula". Tal retórica revolucionária, repleta de ódio e agressividade, revela bem o caráter revanchista e preconceituoso das organizações marxistas no Brasil.

Por fim, novamente analisamos o editorial de dezembro de 1989, que tem conteúdo idêntico ao do Orvil, com explicação detalhada das tentativas de tomada do poder e que delata a ação da Nova Esquerda no processo revolucionário. Em relação às políticas de memória, verdade e justiça, esse texto critica a anistia concedida aos "subversivos" e a posterior abertura política, que legalizou partidos comunistas e socialistas e permitiu o crescimento de organizações de esquerda. Para o CIE, a "permissividade" política que ocorreu com o fim da ditadura criou o cenário ideal para os planos de tomada do poder pela Nova Esquerda, por isso, as políticas de transição são vistas como prejudiciais ao país e à segurança nacional. O trecho a seguir exemplifica a ojeriza dos militares com a redemocratização, ainda que se considerem grandes defensores da democracia:

Em 1979, foi concedida a anistia a todos os subversivos. Em 1985, os partidos comunistas foram legalizados e a "transição" trouxe ao país um regime de permissividade política e social sem precedentes. Gerou-se um clima de ilimitada tolerância que tem dado às esquerdas completa liberdade de ação e crescente complacência, simpatia e aceitação. Esta atitude generalizada inevitavelmente acabará sendo aceita e adotada pelos militares influenciados pelos órgãos de divulgação e pelos próprios familiares, envolvidos pela complacência ou pelo proselitismo e patrulhamento ideológico no trabalho, na escola e no ambiente social. Pouco a pouco se desmobilizará moralmente, modificando conceitos, removendo "preconceitos". Daí a adesão estará a um passo.

(CIE, 1989, p. 155)

Já nos Relatórios de 1990, apenas um texto foi codificado como 1 nesta categoria: na edição de maio, foi encontrado discurso contra o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que vinha promovendo debates sobre o papel das Forças Armadas na democracia no VI Encontro Nacional dos Direitos Humanos. Então, o Movimento Tortura Nunca Mais é acusado de revanchista por denunciar a atuação militar na ditadura – para eles, o objetivo é enfraquecer a instituição que combate a revolução comunista:

Considere-se, também, que o MNDH engloba segmentos do Movimento de Tortura Nunca Mais, com a intenção de manter em permanente discussão o

caráter revanchista que deve ter a sociedade brasileira quanto á atuação das Forças Armadas, no período de reconstrução nacional, após a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Tendo como objetivo permanente a implantação de uma sociedade socialista e sem classes — portanto, uma sociedade comunista o MNDH não esconde, ainda, seus propósitos de enfraquecer e enodoar os militares perante a opinião pública.

(CIE, 1990, p. 72)

Evidente que as organizações de familiares e vítimas da ditadura civil-militar, torturados, desaparecidos e presos políticos, não seriam poupados da opinião militar com a redemocratização: após as violações de direitos humanos, as Forças Armadas deslegitimam suas pautas e demandas e dificultam a promoção de justiça aos atingidos. O discurso do revanchismo, na prática, pretende calar as vozes que começam a surgir com a democratização e o estabelecimento do Estado Democrático de Direito. O editorial de janeiro de 1991 termina de esclarecer de que forma o Exército entende o chamado revanchismo (CIE, 1991, p. 4):

De há muito vem ocorrendo, de forma insidiosa e continuada, com a utilização dos meios de comunicação social, nacionais e até mesmo estrangeiros, a exploração malévola e mentirosa de situações e fatos, com o propósito flagrante de tentar denegrir a imagem das Forças Armadas. Esta campanha, nascida com os primeiros passos da abertura política, cresceu com a Anistia, aumentou de intensidade com a publicação do Livro "Tortura Nunca Mais" — baseado em depoimentos de envolvidos na subversão, que usavam a mentira como estratégia de defesa —, culminando com a recente exploração do episódio de Perus, marcadamente ofensivo às Forças Armadas.

Neste trecho, é possível verificar o desconforto do Exército ao ser confrontado com investigações que levam a novas descobertas sobre a atuação dos agentes da ditadura – foi assim com o Brasil: Nunca Mais, com o Tortura Nunca Mais e com a Vala de Perus. Este episódio aconteceu em 1990, em que um jornalista investigativo encontrou 1.049 ossadas em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, que levou a uma longa investigação para descobrir se pertenciam a desaparecidos políticos¹⁸. Ainda que se trate da história e do sofrimento de muitas pessoas, para o Exército, parece ser apenas uma insistência no assunto que já foi encerrado, com o objetivo de prejudicar o trabalho das Forças Armadas naquele período. O texto continua e apresenta a opinião sobre a anistia:

A anistia de 1979, imprescindível à normalização democrática do País, estimulando a concórdia e o entendimento, permitiu, entretanto, ocorresse, concomitantemente, uma intensificação desse processo. Paradoxalmente, foi esse convite ao esquecimento que, se por um lado permitiu a reintegração à

¹⁸ A investigação se estendeu durante anos. Em 2020, foi publicado o livro Vala de Perus: uma Biografia, de Camilo Vannuchi, que relata a história do ossário clandestino e a luta de familiares e vítimas por memória, verdade e justiça.

sociedade de inúmeros ex-subversivos, por outro, desencadeou uma inconveniente e descabida exacerbação de ânimos por parte de alguns inconformados e despreparados para o salutar convívio democrático, conduzindo à prática de atos revanchistas. Sem dúvida, as origens desse conjunto de ações malévolos e mentirosos, bem como da maioria de seus mentores, estão na Revolução de Março de 1964, que impôs mais uma derrota ao radicalismo retrógado, em nova tentativa de tomada do poder; esse movimento cívico-militar reafirmou a vocação democrática de nosso povo e a acertada e decisiva posição do Exército e das Forças Armadas como permanentes sustentáculos das pretensões da gente brasileira. Assim foi em 1935, assim foi em 1964 e durante todo o período revolucionário. Torna-se factível supor ser esta campanha decorrente pois, da frustração por mais este fracasso, muito embora nos deixe sérias dúvidas quanto a seus objetivos: — Revanchismo? Estratégia?

(CIE, 1991, p. 4)

O “convite ao esquecimento” é o que o Exército propõe à sociedade brasileira na redemocratização, mas sem passar por quaisquer dos passos da Justiça de Transição, fundamentais para o perdão e para a conciliação final pós conflito. Da mesma forma, também não está disposto a contribuir com a transição democrática, menos ainda a encerrar os trabalhos de vigilância e perseguição política contra determinados grupos, como os Relatórios Periódicos Mensais comprovam. O “esquecimento”, para eles, é uma política de Estado contrária à memória, é o silenciamento (ORLANDI, 2007). Com isso, a argumentação contra o revanchismo também se volta para defender uma versão invertida da história, como neste trecho do mesmo texto:

Seria revanchismo esta tentativa de reescrever parte da história contemporânea do País, distorcendo fatos, transformando terroristas do passado em mártires e os defensores da lei e da ordem em facínoras? Denegrir por vingança? Buscar apagar da memória nacional inúmeros episódios violentos perpetrados por subversivos, dos quais resultaram tantas vítimas inocentes, constituiria, apenas, mero artifício para sepultar um passado de sombras, aliviando-lhes a consciência do pesado fardo do terror praticado? Remorso? Ou tratar-se-ia de uma manobra solerte, inserida em um contexto mais amplo, de periculosidade latente, objetivando com a difamação, estimular uma peculiar versão da luta de classes, tentando construir um fosso de separação entre civis e militares, segmentos distintos em sua destinação específica, mas integrantes, ambos, de uma única sociedade, iguais no sentido maior de brasilidade e de amor à Pátria? Estratégia divisionista?

Ao dedicarem publicações mensais ao negacionismo histórico e ao combate às políticas de memória, verdade e justiça, os militares acusam esses movimentos de “reescrever parte da história”. Isso demonstra que o passado permanece em disputa, e a não demarcação da verdade (resultado de investigação e provas contundentes) mantém a situação em aberto, e possibilita que uma instituição, com estrutura e inteligências próprias, mantidas com recursos públicos, divulguem desinformação e produzam inimigos sociais. Essa foi a realidade, ao menos, entre 1989 e 1991, no Exército

Brasileiro, período em que o Brasil definia parâmetros de democracia e reestabelecia eleições diretas e direitos fundamentais, dessa forma, o discurso Orviliano pôde levantar voo mesmo no ambiente de direito.

4 O PASSADO É UM PAÍS ESTRANGEIRO: O CAMINHO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PELA HISTÓRIA E OS PERCALÇOS DA MEMÓRIA

Nós vivemos o presente; e tudo o que resta é um esqueleto.

(Simone de Beauvoir)

O título deste capítulo é uma referência à obra do geógrafo David Lowenthal, publicado em 1985, que investiga como recebemos o passado e o que a memória tem a ver com isso, para isso, aborda temporalidade, memória e esquecimento. A forma como descobrimos o passado no presente – e necessariamente no presente, a condição à qual estamos presos quando propomos uma análise ou reflexão, faz do passado o grande mistério que guarda as respostas de que precisamos. Ou, nas palavras de Lowenthal, um país estrangeiro. Compreender ou apreender o passado não é uma tarefa simples, muito do que a humanidade fez até aqui foi tentar processá-lo, entre memória e esquecimento, na busca por situar no tempo o que aconteceu. Mas, nesse sentido, a memória é traiçoeira.

Faz parte da memória do passado a sua incerteza: é seletiva e suscetível. Por isso, Lowenthal afirma que, se não é possível repetir exatamente uma experiência passada no presente, então a função da memória não é preservar o passado, mas “adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente” (LOWENTHAL, 1985, p. 103). Essa percepção do passado no presente nos interessa pois demonstra que há disputa de apreensões da realidade, já que o conteúdo histórico não chega pronto através da lembrança: ele demanda a codificação no mundo atual. Nessa perspectiva, a memória é também uma linguagem, uma mensagem que precisa ser compreendida entre interlocutores que não são contemporâneos.

Muito diferente do enredo de Tudo, Em Todo Lugar, Ao Mesmo Tempo, que citamos no primeiro capítulo para falar da história brasileira, em que a linearidade do tempo é rompida e passado, presente e futuro são concomitantes, pois estão conectados a uma mesma lógica, esta pesquisa e o estudo da história estão limitados ao presente. No presente, recuperamos passado e projetamos futuro. É no presente que situamos os

problemas de transição expostos nos capítulos anteriores e buscamos compreender o passado: a ditadura civil-militar e a redemocratização. As experiências passadas que, por um momento, parecem bagunçadas no tempo, devem ser analisadas sob a ótica destas pesquisadoras, e assim as memórias podem ser resgatadas. Este capítulo se dedica à memória e à história e suas disputas, que são inerentes, e trará menos respostas que reflexões.

Trabalhamos com a hipótese de que há um discurso Orviliano sobre memória, verdade e justiça no Exército Brasileiro que obstaculiza a justiça de transição no Brasil. No primeiro capítulo, exploramos o pensamento político militar e elaboramos o debate sobre discurso Orviliano; no segundo, propusemos uma análise de discurso dos RPMs que circularam no Exército entre 1989 e 1991, e foi possível perceber o discurso Orviliano dos militares após a Constituição Federal de 1988; neste capítulo, objetivamos responder como esse discurso obstaculiza a Justiça de Transição. Nisso, questões sobre memória e esquecimento, usos do passado e Justiça de Transição reversa vão atravessar a análise a fim de entender de que forma o Exército se colocou no processo transicional e, por outro lado, qual seria o papel dele se o interesse fosse realmente a reconciliação social.

4.1 Inventário da Justiça de Transição: Considerações sobre memória, verdade e história

Fazendo uma radiografia da Justiça de Transição no Brasil, pode-se dizer que muitos dos instrumentos de Estado foram insuficientes ou morosos, como é o caso das principais Comissões instituídas para lidar com o passado ditatorial. A Comissão da Anistia, instaurada em 2002, trouxe a materialização de estruturas da Lei da Anistia, como a condição de anistiado político e a reparação em prestação única ou mensal; e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2011, órgão temporário que visava esclarecer as circunstâncias dos crimes de Estado cometidos na ditadura civil-militar. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi a primeira comissão de Estado, ainda em 1995, a promover reparação e indenizações e investigar os desaparecimentos forçados da ditadura. Entretanto, o período em que o Estado se manteve silente em relação a memória, verdade, justiça e reparação teve seus reflexos.

Nesse sentido, Glenda Mezarobba (2010) trabalha sobre o processo de acerto de contas após a ditadura e propõe os seguintes questionamentos: o que resta do passado no presente? Quais legados se mantêm? O que essa memória mobiliza? Acompanharemos essas reflexões a partir da conclusão da própria autora sobre o que faltou ao Estado: *accountability* legal, isto é, a ideia de que seus agentes respondem pelos seus atos. Para isso, muitas tarefas precisam ser retomadas ou iniciadas, mas dois atores são fundamentais na construção da redemocratização brasileira, o judiciário, para processar e julgar os responsáveis; e as Forças Armadas, que têm o dever de abrir arquivos e participar ativamente da busca pela verdade, visto que grande parte das informações necessárias se mantiveram protegidas dentro da instituição, ainda que esta não possua independência em relação ao Estado.

Esse papel das Forças Armadas na Justiça de Transição, de abertura de arquivos e revelação de memórias, não foi cumprido em nenhuma das comissões. Isso não é mera postura ineficiente dos militares, mas faz parte do discurso que eles adotaram, enquanto instituição e de forma oficial, no pós-ditadura: é evidente que se as Forças Armadas não reconhecem que o regime militar foi ilegítimo, não serão participativas em um processo que queira promover memória, verdade e justiça em relação ao período. Por isso, acreditamos que essa ausência dos militares contribui para uma justiça de transição reversa, o que será tema desta seção da pesquisa. Afinal, qual justiça de transição é capaz de promover memória e verdade, e qual é a perspectiva dessa memória e dessa verdade?

A reconstrução nacional, após um período de exceção, impõe à justiça de transição desafios de memória e reconciliação, sobretudo em relação a como o direito pode atender a essa demanda social. Nesse sentido, há três dimensões abarcadas pela justiça em conflitos que se pretendem solucionar: a dimensão dos direitos legais, em que a parte deseja que normas definidas; a dimensão do interesse, que foca na reparação do direito violado; e a dimensão moral, ou de reconhecimento, em que há o desejo de ser considerado respeitável e legítimo do direito que foi negado. A última dimensão costuma ser negligenciada no direito porque o judiciário ainda não se encontra preparado para responder a essa demanda (PINTO, 2010), que exige a busca por reconciliação social e “reabilitação da dignidade humana”, e não apenas a validação legal em si.

Com essa perspectiva, há três modelos de justiça de transição dentre as práticas comuns dos Estados pós conflito: primeiramente, o modelo legal, caracterizado pela busca conciliatória via leis de anistia ou de lustração, garante uma transição sem punição, como se a sociedade se compromettesse a superar o problema. Isso dificulta as investigações e coloca a vítima em um papel secundário que impede o processo terapêutico de reconciliação, que deve percorrer outros passos antes do perdão. Já o modelo jurídico se dedica ao julgamento das demandas nas cortes nacionais e internacionais através dos princípios adversativo (violador Vs. vítima) e retributivo (estabelece uma punição). Nesse caso, não há impunidade, mas a questão é tratada de forma individualizada – no interior da disputa particular, por isso, a sociedade é excluída enquanto vítima do processo (PINTO, 2010).

Por outro lado, o modelo semi-jurídico propõe uma justiça de transição preocupada com o perdão e a reconciliação que se utiliza de comissões da verdade e de reconciliação. A ideia da comissão da verdade permite que a comunidade promova um julgamento que objetive menos a prisão dos perpetradores e mais a descoberta dos fatos para que possam ser trazidos encaminhamentos em relação aos crimes, em um formato de júri que promove o poder terapêutico da verdade. Dois pontos são diferenciais nesse modelo: a oitiva de vítimas e testemunhas, que representa um formato dialógico de justiça de transição, e o reconhecimento público dos acontecimentos, que permite aos atingidos a restauração da dignidade, o que muitas vezes é completamente ignorado nos modelos anteriores (PINTO, 2010). Em outras palavras, a vítima é o elemento central para se pensar em reparação e transformação social na transição para a democracia.

Mas é justamente nesse processo dialógico em que a sociedade se insere numa transição que se percebe o descompasso entre as Forças Armadas e os demais atores sociais em relação ao interesse de transformar essa realidade e construir espaços democráticos. Pode-se dizer que, publicamente, para a sociedade civil, os agentes da ditadura civil-militar escolheram o caminho do silêncio, enquanto as vítimas nunca se recusaram a elaborar seus traumas coletivamente: daí a quantidade de debates públicos, reflexões, livros e filmes sobre o assunto. Se entendermos as violências da ditadura, principalmente a tortura e seus reflexos na pessoa violentada, como traumas sociais, então surge a necessidade de elaborar essas dores e simbolizar os traumas como o primeiro passo do processo de cura. Nesse cenário, quem promove o apagamento dos traumas são os remanescentes do regime militar (KEHL, 2010).

Os militares se negam a enfrentar o debate público. Mais do que isso, como essa pesquisa demonstra, o debate negacionista é difundido internamente, para evitar que a elaboração das vítimas ultrapasse os muros da caserna. Ocorre que o trauma também tem efeitos sobre o torturador (KEHL, 2010), quando consideramos este a instituição militar, que reproduz indefinidamente o mesmo tipo de profissional, a mesma segurança pública violenta e ineficiente, e a mesma violência em relação à sociedade civil. A cura buscada para o trauma social também precisa curar os militares, e apenas a reabertura pública do debate pode promover essas mudanças. Acreditamos que descredibilizar as vítimas e negar as torturas denunciadas por meio de relatórios que circularam amplamente no Exército Brasileiro é o completo oposto do enfrentamento do debate público, é a alienação interna entre profissionais que querem acreditar em uma única proposta da história, o lado dos infratores.

Ou seja, se por um lado a justiça de transição parte da perspectiva da vítima para pensar memória, verdade, justiça e reparação, o Exército propõe o contrário, sem admissão de culpa, pedido de perdão ou colaboração com os trabalhos do Estado. A justiça de transição pode ser conceituada como o

conjunto de ferramentas ou protocolos que devem ser implementados nas sociedades a partir do Estado, de maneira que haja consenso e consciência sobre a postura democrática tanto nas relações entre o Estado e a Sociedade quanto nas relações sociais propriamente ditas com objetivo de atingir um nível de confiança e solidariedade tal que viabilize a reconciliação nacional e a cura de eventuais feridas decorrentes dos traumas de um período de exceção.

(ALMEIDA, 2022, p. 49)

Para isso, utilizam-se as categorias memória e verdade, reparação, reformas institucionais e responsabilização. No Brasil, a reparação foi mais utilizada via anistia e Comissão da Anistia, e, ao longo dos anos após o fim da ditadura, observou-se um avanço constante nessas políticas, que levavam a crer que certas prerrogativas sobre o passado estavam estabilizadas, sobretudo durante os governos petistas, que apesar das possíveis críticas, compartilhavam desse pensamento. Contudo, a partir das rupturas democráticas no Brasil desde 2015, nossas ferramentas de transição e preservação da memória passaram a ser negligenciadas e combatidas pelo Estado, de forma que ao final do governo Jair Bolsonaro, estavam completamente destruídas e esvaziadas (ALMEIDA, 2022). Durante algumas décadas, foi possível pensar que essa disputa pelo passado estava ganha, apesar do esforço das Forças Armadas de construir uma alternativa para os militares e civis simpatizantes, mas essa disputa de forças não é

exatamente equiparada, por isso, não se deve ignorar o pensamento e o papel político dos militares no Brasil.

Acompanhamos Lentz (2021) para partir da premissa de que as relações de poder são desiguais, a partir dessas desigualdades a sociedade se divide em classes sociais e é designada uma estrutura hierárquica que organiza a tomada de decisões políticas. Sendo assim, “conforme variadas formas de dominação, inclusive pelo exercício de violência aberta e/ou estrutural, uma ordem política define o regime de dominação” (LENTZ, 2021, p. 19). Na democracia capitalista, possuir a força armada do Estado, e com isso a legitimidade de exercê-la de acordo com seus interesses, significa deter um poder de decisão sobre violência e de gestão de morte (MBEMBE, 2018). Os militares, sendo parte do controle burocrático estatal, dispõem da violência de Estado para estabelecer o controle da população civil.

Dessa forma, em uma primeira mirada, é possível pensar que estão em disputa duas narrativas com igual potencial de convencimento, mas a estrutura favorece os militares – é o conflito de interesses que não pode ser conciliado dentro do mesmo sistema. Justamente pela característica profissional do uso de força armada, a instituição militar foi idealizada como subordinada ao poder civil e meramente executora de ordens estatais, entretanto, no Brasil a história comprova que os militares participaram da política institucional e produziram robusto pensamento político, como o próprio objeto desta pesquisa. Além disso, a ocorrência da ditadura civil-militar já coloca os agentes como atores que souberam fazer uso a desigualdade de poderes no jogo da institucionalidade brasileira.

No âmbito da justiça de transição, convém pensar nas relações civis-militares na sociedade pós-conflito, com objetivo de estabelecer democracia, por meio de três objetivos centrais: “i) subordinar politicamente a organização militar às instituições democráticas e às autoridades civis, prevenindo golpes de Estado e a desestabilização do regime; ii) desmilitarizar a política de defesa; iii) garantir a eficiência profissional para o papel democrático dos militares” (LENTZ, 2021, p. 28). Mas desde a redemocratização, os militares tiveram papel relevante em todos os processos políticos que aconteceram no país, com poder de escolha e de barganha com os civis, de tal modo que, talvez, enfrentar a força política das Forças Armadas seja a tarefa mais incompleta da justiça de transição. A partir de 2015, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os mecanismos de justiça de transição que o Estado brasileiro escolheu foram

ameaçados de extinção ou esvaziados por escolha política, levando a uma perspectiva diferente sobre a ditadura civil-militar – uma perspectiva que se aproxima muito mais da proposta pelos militares.

O conceito da justiça de transição reversa, proposta por Almeida (2022, p. 49-50), pode ser entendida como:

o retrocesso no campo da reparação, objetivando construir uma nova memória que negue o golpe de Estado de 1964 e destruindo as relações democráticas e de confiança da Sociedade no Estado, potencializando os conflitos latentes e incentivando tanto a violência quanto a intolerância nas relações sociais.

Esse retrocesso representa o oposto do projeto que a Constituição Federal de 1988 objetivou, visto que a carta reconhece a ocorrência do estado de exceção a partir de 1964, com isso a anistia e a concretização do Estado Democrático de Direito dali para a frente. Desde 1979, com a Lei da Anistia, o estado brasileiro promove a reparação a anistiados e familiares seja pela via econômica ou de retomada de cargos, funções ou vagas que foram perdidos durante a ditadura, então, ainda que as políticas de memória, verdade e justiça tenham sido limitadas e insuficientes, apenas esse reconhecimento é suficiente para dizer que o discurso oficial adotado a partir da constituinte no Brasil foi de que houve uma ditadura entre (pelo menos) 1964 e 1985. Não é possível oferecer reparação para uma ação sem danos, como o Exército compreende o “regime” militar, desse modo, a legislação brasileira entende que há prejuízos a serem reparados e vítimas a receber reparação.

Mas a nitidez dessa posição se tornou opaca quando os retrocessos em justiça de transição se tornaram mais frequentes no campo da reparação¹⁹ e das relações democráticas. Com a eleição de Jair Bolsonaro, uma nova ruptura de democracia e institucionalidade aparece não de forma isolada e orgânica, mas como parte do projeto sistêmico que enfraqueceu qualquer valor democrático (ALMEIDA, 2022): nesse contexto se insere a justiça de transição reversa, na medida em que longa desconstrução da memória, verdade e reparação foi permitida até que se apresentam as consequências. É dentro deste panorama que pensamos o discurso Orviliano e a relação civil-militar após a ditadura – pois nem nos primeiros anos de democracia o discurso militar acompanhou o discurso brasileiro de reconhecimento da ditadura e construção dessa memória.

¹⁹ Eneá Stutz e Almeida (2022, p. 51-61) detalha o esvaziamento das políticas de reparação, sobretudo na Comissão da Anistia e nas comissões de estado.

Evidente que demonstrar o desmonte de políticas construídas por muito esforço de lutas populares e da organização da sociedade civil escancara a vulnerabilidade de uma democracia recente. A facilidade com que grandes prerrogativas são desconstruídas é uma realidade que precisa ser enfrentada quando se fala em justiça de transição – é preciso entendê-la como um processo constante que se estende no tempo, e que demanda esforços afirmativos permanentes. Por isso a memória é uma categoria central nesta pesquisa: se queremos entender qual a função da história, para assim encará-la em busca da verdade, talvez o caminho seja se perguntar “de que forma a história é usada?” (BAUER, NICOLAZZI, 2016). Os usos do passado nos apresentam as mesmas circunstâncias, os mesmos fatos, e um mesmo passado, sendo usados politicamente de acordo com interesses conflitantes.

A natureza subjetiva da memória permite que uma “obsessão memorialista” (BAUER, NICOLAZZI, 2016) acrítica, que pretenda imortalizar a memória de forma definitiva, seja mal utilizada. Isto é, a luta por “memória”, utilizada de modo aberto e amplo, pode significar a memória das vítimas ou a memória dos algozes, e, ainda que algum dos lados (ou ambos) possam ser negacionistas ou tendenciosos em relação aos fatos, essas são possibilidades de usos políticos do passado que contam com argumentos às vezes convincentes. É assim com o discurso Orviliano, que pode ser observado não apenas no Exército, mas em políticos e figuras públicas civis de direita – nos RPMs, em trecho já citado nesta pesquisa, afirma-se que os esquerdistas “procuram deturpar a História e levar ao esquecimento as vítimas que causaram em sua sanha fratricida, dentre elas, as de 1966. Passaram-se 25 anos. Mas as bombas de Recife e o atentado de Guararapes não podem ser esquecidos.” (CIE, 1991, p. 4).

O Exército evoca para si a premissa do “não esquecimento” para a “não repetição”, tão elementar na justiça de transição, e cria a narrativa-memória que será lembrada. Mas se trata de um uso político do passado, que, evidentemente, é complexo o suficiente para que as duas narrativas em conflito sejam justificadas em algum momento para algum receptor da mensagem. O argumento dos militares, por exemplo, se ancora principalmente em resgatar a memória dos atentados e atos violentos que foram promovidos por organizações comunistas e esquerdistas durante a ditadura civil-militar e honrar o trabalho dos profissionais das Forças Armadas que lutaram contra essas manifestações. Isso são fatos verdadeiros, e, para algumas pessoas, vai ser suficiente para validar o discurso militar sobre a ditadura. Entretanto, é também fato que

a correlação de forças não era igualitária, por se tratar de uma ditadura de Estado, um estado de exceção, e, portanto, essas manifestações, excedentes ou não, estavam resistindo à violência estatal.

A questão é situar a justiça de transição quando os usos políticos do passado são inerentes à construção de memória. Cabe, então, a quem pretende promovê-la, usar o passado com filiação política no conflito, isto é, defender que a justiça de transição tem um lado. Um possível caminho para isso é a justiça das vítimas, nos termos de Reyes Mate (2015), para quem a justiça de transição mais ambiciosa é a mais *anamnética*, e é nessa perspectiva que desenvolve uma reflexão sobre a justiça que queremos após os conflitos do passado e qual é o objetivo final desse processo. Mate explica que ocorre um deslocamento da justiça: da punição aos culpados para a atenção às vítimas, e isso significa dizer que para buscar uma justiça mais ambiciosa é preciso desconstruir a ideia que qualquer ausência de punição é necessariamente impunidade, uma vez que o foco da justiça de transição é lidar com o dano criado.

A criminologia vem demonstrando que a funcionalidade das penas no Brasil não consegue atingir seus objetivos ressocializantes e educacionais, dessa forma, para o objetivo final da justiça de transição, há prioridades maiores a serem abarcadas²⁰. É possível dizer que o controle do crime é ineficaz, nesse sentido, uma teoria do dano social pode ser mais adequada do que a categoria crime, tendo em vista que esta está limitada pelo processo de criminalização de condutas que é profundamente política (HILLYARD; TOMBS, 2018). Isso quer dizer que uma conduta é criminalizada de acordo com os interesses de determinado Estado em determinado momento histórico, com seus contextos sócio-políticos, ainda que outras condutas possam ficar de fora da tipificação penal, mas serem igualmente ou mais danosas que crimes. Por isso, trabalhar com a ideia do dano social pode abarcar danos físicos, financeiros, econômicos, psicológicos e culturais e, disso, é possível pensar em reparação e memória para não-repetição de forma independente do sistema penal.

²⁰ É importante mencionar que essa perspectiva não é unânime dentro dos estudos da justiça de transição, visto que muitos autores acreditam que a responsabilização de agentes é imprescindível na promoção da justiça às vítimas – além disso, muitas vítimas acompanham esse entendimento. Os crimes de estado, compreendidos na estrutura da justiça de transição, abrangem uma reparação de danos maior que a aplicação de pena aos agentes, mas também a obrigação do Estado em promover políticas de memória, verdade e justiça e conduzir mudanças que possam reverter ou amenizar a situação das vítimas e da sociedade (SILVA FILHO, 2010).

A ideia é que pensar a justiça para além da criminalização também é um convite para questionar em sociedade o verdadeiro tamanho de cada prejuízo para o(s) sujeito(s) atingido(s) fora da tipificação penal, que certamente não dimensiona a pena dessa maneira. A partir disso, atribuir as devidas responsabilidades e pensar em reparação aos danos (HILLYARD; TOMBS, 2018). Essa concepção nos auxilia a dialogar com a figura do dano para Reyes Mates (2015), que parte da vítima de violência política cujos danos são múltiplos, individuais e sociais, por isso, as responsabilidades são criminais, morais e políticas. Nesses conflitos, o foco é a memória das vítimas, que passa pelo reconhecimento de que a construção do direito e da história invisibilizou o sofrimento de parte da sociedade, ou seja, nem toda vítima teve direito de ser reconhecida como vítima. Sendo assim, entender a justiça como o reestabelecimento da lei é menos importante que entendê-la como a reconstrução do dano cometido contra a sociedade.

Em suas palavras, “as vítimas não são o preço da paz, mas o sujeito da paz” (MATE, 2015, p. 161), e aqui podemos encontrar um dos objetivos da justiça de transição, e a memória das vítimas é capaz de promover a paz sem esquecimento. Essa proposta é completamente diferente do discurso militar sobre pacificação, que propõe o esquecimento dos fatos e a anistia sem responsabilização ou qualquer política de reparação em nome da conciliação social após a ditadura. A paz é renunciar a violência na construção, ou reconstrução, de um novo modelo de sociedade pós conflito: talvez, a constituinte tenha representado esse desejo, mas parte do Estado, como é o caso das Forças Armadas, não aderiu a esse comprometimento, pois revitimizou os atingidos pelas violações de direitos humanos cometidas por militares quando escolhe descredibilizar e injuriar mortos, desaparecidos, torturados e familiares, de acordo com o capítulo anterior.

Para chegar à paz e à reconciliação, deve-se reparar o que é reparável, e promover memória ao irreparável: isso é o reconhecimento do dano, o arrependimento, o pedido de perdão oficial, e generosidade para humanizar a pessoa vitimizada (MATE, 2015). Dessa forma, a sensação de injustiça pode ser amenizada quando a sociedade sente que o dano está sendo reparado e o Estado comprometido com seu prejuízo, para que não se repita. A justiça das vítimas é um segmento da justiça de transição que pode direcionar nossa verdadeira preocupação durante a redemocratização, a fim de preservar o sentido das políticas de memória e verdade e definir o viés que o Estado adota para lidar com esses conflitos em que a vítima receba um protagonismo maior.

No âmbito do direito, é possível falar em uma teoria sistêmica da memória jurídico-política: a relação entre memória, tempo e verdade. Esse é o resultado da pesquisa de Tiago Medeiros Leite (2022), que tem por objeto o desaparecimento forçado durante a ditadura civil-militar na Comissão Nacional da Verdade e, com isso, questiona a possibilidade de uma memória do direito. Para isso, utiliza como base teórica De Giorgi (2015) e sua operação da memória do direito em que seu intérprete, o observador da Constituição, constrói sentido no presente a partir de um texto do passado, que consignou, na memória jurídica, os desejos daquela temporalidade. Nesse cenário, a Constituição Federal representa a memória do direito – mas não de forma independente, pois está vinculada ao olhar do Juiz Constitucional, o mesmo ocorre com outras legislações que estruturam direitos, como a Lei da Anistia.

Por isso é importante que a memória seja não apenas objeto do direito, no caso do “direito à memória”, mas parte do exercício do direito, como método de análise, julgamento e entendimento judicial. Ainda que a memória esteja relacionada ao passado, a operação de observar só acontece no presente, que é a distinção entre passado e futuro, dessa forma, o exercício da memória do direito no presente não é capaz somente de lembrar, mas principalmente de esquecer e ocultar (LEITE, 2022). Então, esse sistema observador que chamamos de justiça guarda em si prerrogativas que permitem a memória e o esquecimento; no Brasil, oscila-se entre um e outro, na corda bamba do binômio memória e verdade.

Enquanto é possível entender a Lei da Anistia como uma lei de memória, o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal interpreta de forma a esquecer os crimes cometidos pelo Estado²¹; enquanto a Constituição Federal representa o ódio e o nojo à ditadura, as Forças Armadas negam a existência dela; enquanto a Comissão Nacional da Verdade apresenta recomendações para o Estado Brasileiro, elas são descumpridas dez anos depois²². A justiça de transição reversa se relaciona com uma memória do direito fragilizada, que permite a cisão de princípios democráticos com facilidade de acordo com o observador do momento, responsável pela operação da justiça. Devido à

²¹ Sobre a revisão da lei da anistia e a ADPF 153, em que o STF interpretou sua recepção na Constituição de 1988, a tese de Eneá de Stutz e Almeida argumenta que a Lei da Anistia, no contexto constitucional brasileiro, é uma lei de memória e não impede a responsabilização judicial dos violadores de direitos humanos da ditadura (ALMEIDA, 2020).

²² Em 2023, o Instituto Vladimir Herzog apresentou um relatório que demonstra que das 29 recomendações da CNV, apenas 2 foram realizadas e 6 parcialmente realizadas; 14 não foram realizadas e 7 foram retrocedidas, dentre estas últimas, as do capítulo sobre povos indígenas (SCHINCARIOL; ABREU, 2023). Disponível em: <https://vladimirherzog.org/semimpunidade/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

importância da discussão sobre memória e esquecimento, a próxima seção desta pesquisa se dedica a investigar as relações entre tempo e direito, como propõe a teoria sistêmica mencionada, para buscar compreender que memória a justiça de transição deve promover e as batalhas narrativas nesse campo.

4.2 “E que me esqueçam!”: Tempo e usos do passado, entre memória e esquecimento

Observamos a centralidade da memória nas prerrogativas da justiça de transição e, na mesma medida, sua subjetividade quando se analisa a partir do presente com o objetivo da não repetição e da reconciliação e perdão. Os usos do passado permitem que o discurso Orviliano apresente para a sociedade uma narrativa com sujeito muito definido: os militares e sua formação política em Doutrina de Segurança Nacional, que aconteceu de forma sistemática desde o início da república. Dessa forma, esta seção da pesquisa questiona: existe uma construção da memória militar sobre a ditadura civil-militar que atravança o estabelecimento de justiça de transição por parte do Estado? E, assim sendo, essa construção é memória ou esquecimento? Para isso, serão debatidos os estudos da memória e do tempo. Ainda que não se pretenda aqui encontrar uma resposta definitiva sobre essas perguntas, entendemos que levantá-las cumpre um papel social no compromisso com as políticas de memória, verdade e justiça.

Entender, quantificar e sentir a passagem do tempo é uma preocupação filosófica contínua e que, de certa forma, nos define enquanto humanos. De acordo com François Ost (2005), a medida do tempo está baseada no “tempo ‘sócio-histórico’, terceiro tempo radicalmente cultural, produto das construções coletivas da história” (p. 23), e essa definição é capaz de compreender a passagem linear do tempo sem excluir os processos sociais que ocorreram. Daí a construção de um “tempo público”, no mesmo sentido que há um “espaço público”, “um meio ao mesmo tempo concreto e abstrato de participação e de integração cidadãs” (OST, 2005, p. 21), e as condições dessa medida são memória, perdão, promessa e questionamento.

Ost analisa a memória sob a perspectiva social e sua relação com o direito, que desempenha o papel de testemunha e guardião. A memória social é o primeiro paradoxo da memória apontado pelo autor: lembramos individualmente, mas sempre filiados a uma teoria coletiva sobre aquela lembrança, isto é, a memória só faz sentido ao adotar

um ponto de vista de determinado meio. Essa comunidade social e afetiva que garante significado e viés ao lembrar é um legado de costumes e tradições²³, e esse mesmo contexto social pode possibilitar que uma memória seja forjada. Esse argumento é interessante para esta pesquisa quando afirma que a comunidade que partilha valores, como é o caso dentro das Forças Armadas, dá significado ao passado de acordo com seu conjunto de princípios, fruto de seu contexto sociopolítico – sendo assim, é de se esperar que os militares não reconheçam a existência de uma ditadura militar e utilizem o termo “regime”.

O resultado disso é o segundo paradoxo de Ost: a memória opera no presente, ou seja, o passado é reelaborado com a ajuda de informações encontradas atualmente. Dessa forma, é a comunidade associada a um entendimento de mundo que vai processar a memória passada no conjunto de crenças do presente, e essa é a reinterpretação coletiva. No entanto, a memória coletiva deve ser diferenciada da memória histórica, esta é objetiva e representa o compilado de acontecimentos passados, enquanto aquela elabora uma interpretação dos fatos de forma subjetiva. Então, sendo a memória uma operação do presente, o terceiro paradoxo é que ela exige uma postura ativa, por isso, depende da vontade de reafirmação do passado. Pode-se dizer, ainda, que a memória é um projeto do Estado – da mesma forma que a ausência de memória e o esquecimento.

E este é o tema do quarto e último paradoxo da memória, que refere que a memória pressupõe o esquecimento, e não se opõe a ele. Para determinar o que será lembrado, selecionar essas memórias, necessariamente escolhe-se o que será esquecido, e esses são fenômenos simultâneos: “Logo, a memória pode tanto ser fundadora e instituinte, como acabamos de sublinhar, como pode mostrar-se manipuladora e mistificadora: estas duas funções são necessariamente solidárias.” (OST, 2005, p. 60). Por esse motivo, é possível se falar em uma política da memória e uma política do esquecimento.

Reconhecer o esquecimento presente no ato de lembrar pode parecer assustador quando se assume o compromisso de não esquecimento, como ocorre na justiça de transição. Mas esse é um processo inerente ao pensamento reflexivo, à significação das informações e compreensão do passado. É aqui que entra o perdão, segunda condição

²³ Para Ost, a tradição pode ser entendida como a continuidade do passado recomposto, pois é viva e se transforma, mas, ao mesmo tempo, também representa a autoridade de uma crença reconhecida no passado. No direito, a tradição pode ser base para a construção de precedentes e o conjunto de valores morais que dá origem às leis.

do tempo do direito, que só é possível através da memória, mas também guarda relações tênues com o esquecimento. Nos Relatórios analisados, o Exército usa o termo “revanchismo” para se referir às demandas por verdade, memória e justiça após a ditadura: para eles, o caminho que o Estado deveria adotar era para frente, virar a página e não promover “vinganças”. Foi a mesma postura adotada pelo último ditador militar, condutor da transição a partir de 1979, João Figueiredo, que concluiu sua entrevista ao jornalista Alexandre Garcia, em 1985, com um principal desejo ao povo brasileiro: “e que me esqueçam!”²⁴.

O fato é que os militares queriam ser esquecidos. Com isso, pretendiam apagar parte da história brasileira para que fosse possível uma conciliação social focada no futuro. É o que Ost chama de esquecimento-recalque: é o desejo de esconder o passado, ou seja, promover a amnésia coletiva, são os casos em que a história contada é a dos vencedores sobre os vencidos, e estes, por sua vez, se tornam vítimas anônimas. Nesse sentido, Walter Benjamin nos apresenta a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1996, p. 225) para, assim, assumir o lado histórico dos vencidos, os oprimidos pelo sistema. Da perspectiva materialista-dialética, a história dos vencedores é contada de forma que, para os oprimidos, o “estado de exceção” é, na verdade, a regra, dessa forma, a pessoa vitimizada é mantida nesse local invisível. Para Benjamin, o inimigo nunca deixou de vencer, por isso propõe o dever de articular historicamente o passado, e, em filiação a essa linha de pensamento, acreditamos que a justiça de transição vem, sobretudo, com essa função.

Diferentemente do esquecimento desejado (e arquitetado) pelos militares, a justiça de transição deve estar comprometida com os vencidos, nesse caso, as vítimas e os familiares da ditadura civil-militar. Os testemunhos, os eventos culturais, as manifestações e os lugares de memória são formas de dar direção à redemocratização, e as políticas de memória, aliadas a um sistema de mecanismos de justiça, reparação e verdade, podem proporcionar finalmente o esquecimento-apaziguamento (OST, 2005). Este é resultado do perdão, que é uma segunda chance ao passado porque permite a reconciliação social – novamente, muito diferente da que o Exército demanda, sem responsabilização, diálogo, ou abertura de arquivos.

²⁴ A entrevista de João Figueiredo concedida ao jornalista Alexandre Garcia está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=TVfuPy9bmD0>.

O marxismo de Benjamin tem a característica de dar atenção principal à luta de classes. Evidente que a luta de classes é uma categoria importante para qualquer marxista, mas, para ele, essa é a ótica pela qual se deve mirar ao passado, e, portanto, observá-la é um dever de quem pretende compreender a história. Dessa análise descende a visão dos vencedores como portadores da história e o chamamento a contar a história dos oprimidos (LÖWY, 2015). A partir da virada do século XX, a justiça de transição foi inserida na linguagem de direitos humanos nesse período em que houve um consenso nos organismos internacionais pela redefinição e ampliação de crimes contra a humanidade e de guerra. Consolidou-se a internacionalização da justiça de transição inserida na visão universalista de humanismo compassivo, centrado na figura da vítima, a partir de uma nova perspectiva da justiça internacional e direito humanitário. Por outro lado, essa reativação da memória proposta pela linguagem internacional dos direitos humanos facilmente recai no “etnocentrismo ocidental de valores étnicos” (GÓMEZ, 2012, p. 283).

Uma ideia “humanitária” de justiça transicional pode despolitizar conflitos presentes no âmbito internacional (ou mesmo os internos) pelas teorias hegemônicas que desconsideram ambivalências políticas. A relação entre Estado de Direito e desenvolvimento que o discurso de direitos humanos tenta promover parece estar mais preocupada em impor valores capitalistas de democracia liberal que lidar com a sociedade pós conflito e fornecer conforto às vítimas. Dessa forma, não raro os discursos pelo perdão e pela reconciliação terminam em impunidade e esquecimento (GÓMEZ, 2012). No Brasil, com o fim da ditadura, apesar do imenso apoio civil e empresarial aos militares, muitos atores sociais, como a mídia tradicional e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), passaram a adotar a linguagem dos direitos humanos em defesa da democracia, resultado do cenário internacional daquele período.

O que acontece, então, é um alinhamento político de democracia liberal que une essas figuras à esquerda que já fazia oposição aos militares, sendo assim, a demanda se tornou a justiça transicional humanitária da linguagem internacional. Apesar das divergências internas, a bibliografia chamou esse fenômeno de “memória hegemônica”, que é a narrativa sobre o passado que predomina na sociedade, e por consequência, se opõe a ela uma memória não-hegemônica, como o discurso dos militares que analisamos (NAPOLITANO, 2015; NAPOLITANO, 2022). A existência de uma memória hegemônica pode levar à crença de que essa narrativa venceu nas disputas

sobre o passado, ainda que a versão não hegemônica tenha ganhado fôlego nos últimos anos.

Contudo, de acordo com a hipótese de Lucas Pedretti, a memória hegemônica não é suficiente para explicar como as memórias sobre a ditadura civil-militar se sobrepõem e se interseccionam em vários grupos sociais. Nesse sentido, propõe uma gramática da violência política capaz de incluir lutas que, historicamente, foram apagadas das pesquisas sobre o período militar e a anistia: o movimento negro, LGBTQIA+ e operário reivindicavam justiça pela violência política que sofreram enquanto minorias (PEDRETTI, 2023). Isto é, questões de gênero, raça e classe, intrínsecos aos problemas políticos brasileiros, permeiam a violência da ditadura, mas não só durante, como ao longo das disputas narrativas sobre a anistia. E são essas demandas que ficam invisibilizadas quando se fala em uma memória hegemônica que abarca esses grupos, mas não completamente as suas pautas.

Portanto, uma gramática da violência política pretende incluir as representações narrativas sobre a ditadura que foram levantadas a partir de uma linguagem comum, com um enfoque maior nos conflitos que em necessariamente definir um predomínio discursivo. Sobre isso (PEDRETTI, 2023, p. 117):

Essa gramática, cujo centro é a categoria social e historicamente construída de violência política, define fronteiras distintas daquelas que seriam percebidas entre uma leitura “hegemônica” e outras “não hegemônicas” sobre a ditadura. A gramática da violência política define, em linhas gerais, os termos a partir dos quais se fala da ditadura militar no Brasil, a despeito dos sentidos e valores atribuídos a eles pelos distintos atores. Por consequência, essa gramática cria também um universo de exclusão, definindo igualmente aquilo de que não se fala quando se fala de ditadura no país.

Acompanhamos compreensão do autor, sem excluir a importância da categoria memória para a justiça de transição e para criticar a memória militar, que promove políticas de esquecimento. Pensar a partir da gramática de violência política mantém o protagonismo das pessoas e grupos vitimizados pela ditadura civil-militar, o que oportuniza pensar em memória e justiça com base nas suas necessidades, e não apenas na legalidade da gramática dos direitos humanos – ainda, reconhece os conflitos intransponíveis entre vencidos e vencedores no capitalismo. Entendemos que é importante demarcar por meio de quais processos de memória da violência se pretende chegar ao perdão e ao esquecimento-apaziguamento, bem como construir a “memória indissociável às injustiças do passado” (GÓMEZ, 2012, p. 284).

Além da noção de memória e esquecimento em Ost, a justiça das vítimas de Reyes Mate (2002) trabalha com a justiça pendente a fim de reconhecer a injustiça passada, dessa forma, falar sobre as vítimas é ao mesmo tempo exigir justiça e lidar com traumas cognitivos. Para Mate, a experiência que une as vítimas é o desejo de que aquilo não tivesse ocorrido, por isso é comum que esse sentimento seja expressado, inclusive para os seus violadores, e faz parte do processo de elaboração do passado²⁵. Há uma dimensão feliz no esquecimento que não nega o passado, mas encontra uma forma de vida sem ressentimento após uma longa elaboração (GAGNEBIN, 2010). Sob a perspectiva benjaminiana de construir a história em torno da experiência do oprimido, não é tão importante aplicar leis abstratas a situações concretas quanto responder adequadamente a situações concretas, ou seja, se deve ter mais preocupação com o “cuidado solícito” que com encontrar uma solução universal. É, pois, mais importante responder o sofrimento subjetivo que definir a injustiça objetiva (MATE, 2002, p. 311).

Dessa forma, para universalizar a justiça, se baseia na *restitutio in integrum*, e tendo a vítima como referência fundamental, é buscada a restituição integral ao dano sofrido. Evidentemente, nem todos os danos são capazes de serem reparados, daí a necessidade de garantir a memória desses direitos e reivindicações. Mate aponta três aspectos importantes da memória: primeiramente, sua função de evitar a repetição da catástrofe; a memória como ato de justiça; e em consequência, a função de evitar a injustiça, aqui entendida como a privação de felicidade das vítimas. A dimensão filosófica afetiva de Reyes Mate, que também pode ser encontrada em Benjamin, guarda relação com a origem teológica de ambos os autores e, talvez, seja incongruente com a discussão sobre memória na justiça de transição em direito. Contudo, pontuamos que o direito, até então, não foi capaz de discutir memória efetivamente sem subordinar as vítimas aos seus procedimentos.

Trabalhar a memória da violência política a partir da representação das vítimas, no processo de elaboração de traumas, é uma prerrogativa da justiça de transição preocupada em garantir, como consequência, uma sociedade que não mantém esses padrões. A violência de Estado que existe hoje no Brasil remete ao passado e aos usos dele no presente ao longo dos anos (dentre outros fatores políticos relevantes). Os militares não se contentaram em excluir o protagonismo das vítimas na construção da memória, mas desenvolveram uma narrativa sob a perspectiva dos violadores da

²⁵ Nesse sentido, ver O que significa elaborar o passado (ADORNO, 2008).

ditadura: eles mesmos. Para isso, contavam ainda com o silêncio, queriam ser esquecidos e que a Nova Esquerda se calasse em contentamento com a democracia conquistada a partir de 1985.

Quando se fala em relações sociais com hierarquia de poderes, como já desenvolvemos anteriormente, as partes não estão em pé de igualdade. Dessa forma, as disputas de memória que acontecem com o fim da ditadura colocam em prática a política do silêncio, ou silenciamento, o que engloba tanto a retórica da dominação quanto a retórica do oprimido. A análise de discurso também se dedica a analisar o silêncio e seu processo de produção de sentido, uma vez que ele não é a ausência de significado, e a partir da historicidade inscrita no tecido social, pode se tornar apreensível (ORLANDI, 2007). A política do silêncio é imposta pela figura opressora para gerar o silenciamento da figura oprimida – essa era a intenção do Exército em silenciar as massas que se manifestavam, e “se apagam os sentidos que se quer evitar” (Ibidem, p. 73).

Há duas formas de silenciamento: o silêncio constitutivo, que é o apagamento de sentidos, gerando uma visão distorcida dos fatos; e o silêncio local, que é a interdição do dizer, ou seja, a censura (ORLANDI, 2007). Para o primeiro tipo, exemplificamos com discurso Orviliano e suas características, como se referir ao golpe militar como “Revolução de 1964”, ou negar a ocorrência de uma ditadura entre 1964 e 1985. O segundo tipo também foi encontrado nesta pesquisa, quando o Exército se organiza e planeja, com estruturas do Estado Democrático de Direito pós 1988, boicotar as políticas de memória, verdade e justiça, e calar essa manifestação social. A produção de sentidos no interior das instituições militares ocorre através do senso de comunidade que partilha de valores comuns.

Sobre isso, Carlos Fico (2001, p. 218) explica que as mensagens trazidas pela comunidade de informações do Exército não eram meras informações:

Advertiam, indicavam os riscos de opções liberalizantes, incutiam temor com sua simples existência. Construíram, também, uma identidade sobre "eles", isto é, sobre nós, impondo-nos rótulos ora de subversivos, ora de corruptos; ora de inocentes úteis, ora de inermes. Assim eles agiam.

Naquele universo, a inteligência de informações era porta-voz especializada a quem, portanto, os demais militares deveriam escutar. A memória militar, aqui compreendida como política de esquecimento, dedicou-se a inventar inimigos por meio da categoria “subversivos”, e estes não se restringem ao tipo político ideológico, mas

também estão inseridos valores morais. Os subversivos morais representam uma nova racionalidade da repressão da comunidade de informações e compreende a comunidade LGBT+, escritores, prostitutas, pessoas negras²⁶, e demais indivíduos que desafiaram a moral e os bons costumes²⁷ na ditadura civil-militar (TEIXEIRENSE, 2022). A existência de uma estrutura com objetivo de impor violência política durante e após os anos ditatoriais escancara ainda mais a necessidade de se trabalhar a partir dos testemunhos desses atingidos, sem o apagamento que outrora as minorias políticas receberam nessa temática, em busca de justiça para as vítimas.

Para Benjamin, falar em redenção tem relação com garantir felicidade àqueles que foram vencidos pela história, e para isso devem ser voltadas as políticas. Nesse sentido, sua terceira tese sobre a história traz a figura da citação: ser redimido é ser citado no presente; isso porque trazer o passado dos vencidos à tona pode abrir espaço para ser ocupado por aqueles que os vencedores ocultaram (MATE, 2011). Usar o passado politicamente, pois, parece ser ao mesmo tempo um desafio e a tarefa para construir a memória dessas pessoas como ato contínuo, não apenas contra a ditadura, mas também contra todos os reflexos dela que observamos na política brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narradora deste trabalho também pode ser uma narradora não confiável. Se quem fala importa, este texto será concluído com esse esclarecimento: a autora é uma mulher cis branca, criada por mãe solo, de classe média, de esquerda e graduada em direito na Universidade Federal de Santa Maria – cidade média, interiorana, metade universitária e metade militar, com o segundo maior contingente militar do país. Nascer e crescer em Santa Maria é experienciar a profunda dicotomia entre militarismo e juventude. Minha história pessoal foi impactada pela ditadura civil-militar: a família, de trabalhadores alinhados à esquerda, acabou sofrendo as consequências da violência política. Por esse motivo (e não apenas), a pesquisa está desde o princípio posicionada politicamente nesse sentido.

²⁶ Sobre isso, ver Dançando na Mira da Ditadura, de Lucas Pedretti (2022), sobre a violência contra a população negra e os bailes Soul nos anos 70.

²⁷ Sobre isso, ver Contra a Moral e os Bons Costumes, de Renan Quinalha (2021), que investiga a perseguição moral imposta a pessoas LGBT na ditadura.

Essa é uma questão do lugar social do pesquisador. Entendemos que negar as questões subjetivas que afetam a pessoa pesquisadora para buscar resultados “neutros” não é o caminho, ao contrário, as posturas afirmativas no sujeito na pesquisa podem trazer impactos mais interessantes (CARDOSO, 2019). Afinal, as experiências de cada ator social se inserem no processo de escrita, de relato, de narrativa. Certamente, minha vivência como mulher determinou escolhas no decorrer da pesquisa que contribuíram para os resultados. Mas a ideia de neutralidade e universalidade que por muito tempo foi imposta da ciência foi a vivência masculina e europeia, igualmente determinante na análise do pesquisador.

Nesse sentido, nosso objetivo não é declarar quais narradores são, ou não, confiáveis nessa história, mas expor as relações de poder e os interesses que baseiam cada uma das narrativas. Mais do que isso, apresentar uma breve construção teórica que contribua para explicar outros fenômenos políticos, relacionados à relação civil-militar no Brasil. Não é preciso muito para concluir que o envolvimento de militares na política brasileira é um problema para a democracia, inclusive para a constitucionalidade do Estado, dessa forma, atribuímos ao período da redemocratização, e do ápice da justiça de transição pós ditadura, parte dessa responsabilidade, uma vez que mesmo sob a Constituição Federal de 1988, o discurso do Orvil circulou livremente. Com os Relatórios Periódicos Mensais, o Exército se propôs a dar seguimento a esse plano, mas de forma muito mais institucionalizada, como uma espécie de doutrinação interna.

Em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, o ex-conselheiro da Comissão de Anistia Victor Neiva denunciou em sessão da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que “As reuniões são instruídas por livros do Brilhante Ustra, pelo Orvil e literatura dessa natureza”²⁸. O desmonte nas Comissões de Estado fizeram parte do que chamamos, no último capítulo, de justiça de transição reversa, e grande parte dessa desconstrução foi possível pelo governo Bolsonaro e o discurso militar que acompanhou sua gestão. É em razão desse impacto material que trabalhamos com o Orvil não como um projeto de livro engavetado para narrar a versão do Exército da história, mas como uma estrutura de discurso e pensamento que conserva na sociedade uma narrativa de memória, verdade e justiça capaz de corromper a democracia.

²⁸ Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/888871-ex-conselheiro-denuncia-crimes-e-irregularidades-da-atual-comissao-de-anistia/>>. Acesso em: 06 jul. de 2023.

O discurso Orviliano, que desenvolvemos no primeiro capítulo, representa essa vertente política que compreende os integrantes das Forças Armadas, mas que também tem eco na extrema-direita, pelo discurso da guerra cultural e Olavista (representação do discurso de Olavo de Carvalho). Evidentemente, a narrativa militar sobre a ditadura civil-militar não se origina com a própria ditadura, é uma construção ideológica que remonta ao início da república. Nesse sentido, a “República de Segurança Nacional” de Lentz (2022) explana que a Doutrina de Segurança Nacional projetou o pensamento político e econômico militar, principalmente após a criação da Escola Superior de Guerra. A Doutrina estabelece inimigos a serem combatidos pela nação e, para o Exército Brasileiro, esses inimigos eram internos e resultado do anticomunismo.

A partir disso, definimos o sistema de codificação, com base na análise de conteúdo categorial, para avaliar a existência de um discurso Orviliano nos textos dos Relatórios Periódicos Mensais (RPMs). As categorias foram pensadas como eixos fundamentais do discurso, sendo elas Conteúdo Político, Regime Militar e Políticas de Memória, Verdade e Justiça, e foi possível compreender que o discurso dos RPMs traz os elementos argumentativos fundamentais do Orvil. Na primeira, foi analisada a convergência, ou não, da mensagem contida no texto com a Doutrina de Segurança Nacional, e foi possível observar que quase todos foram convergentes: em 1989, 129 unidades, e apenas 4 unidades como neutro ou sem conteúdo político; em 1990, foram 93 unidades, e 2 como neutras; já em 1991, todas as 38 unidades foram consideradas convergentes. Desses textos, ainda identificamos o inimigo a ser combatido, que pode ser denominado como a “Nova Esquerda”, mas que também engloba algumas minorias políticas, como a população indígena.

A segunda categoria, Regime Militar, verificou que a maioria dos textos apresenta conteúdo considerado negacionista, e nenhum foi classificado como um texto que reconhece a ditadura civil-militar. Percebeu-se, nesse caso, que parte do discurso do Exército, mesmo na vigência do Estado de Direito que reconheceu o estado de exceção e já anistiava e pensava em reparação para perseguidos pelo regime, negava fatos e usava o passado de modo invertido. Esse mundo do avesso, que o Orvil criou, coloca os militares como heróis e os inimigos do regime como vilões – é uma leitura da história que não se sustenta quando se esclarece as relações de poder entre força estatal armada e resistência política de cidadãos reprimidos e censurados. Além disso, uma característica do negacionismo brasileiro é não negar a existência de determinados

acontecimentos, mas justificá-los, o que é uma prática corrente do pensamento militar e da própria Doutrina de Segurança Nacional.

Sabe-se que, historicamente, faz parte do modo de operar das Forças Armadas criar engodos para justificar o uso da violência de Estado contra pessoas etiquetadas como perigosas de acordo com os interesses militares. Essa é uma prática que permanece a impedir a consolidação da democracia com as polícias e a segurança pública, por isso, é o momento de questionar a força armada no país. Por fim, a última categoria, Políticas de Memória, Verdade e Justiça, observa a reação que o Exército apresentou no período, quando algumas políticas de justiça de transição começaram a acontecer ou a serem planejadas pelos governos, bem como o surgimento de denúncias e relatos de vítimas e familiares. Nesta, verificamos que todos os textos analisados que citavam as políticas foram em oposição a elas.

A principal reivindicação dos militares contra as Políticas de Memória, Verdade e Justiça é o “revanchismo” que o discurso da justiça de transição e de direitos humanos teria, ou seja, as vítimas e seus aliados querem vingança. Na perspectiva do discurso Orviliano, a anistia liberou os dois lados e, portanto, resta seguir em frente, pois está tudo quitado. Tendo isso em vista, o terceiro capítulo se dedica à memória, visto que o discurso do Exército nos apresenta uma memória militar que visa o esquecimento – como política de esquecimento, silenciamento e censura. É, ainda, necessário, questionar qual é a justiça de transição que se deseja, já que a pesquisa mostrou um empate de narrativas, e as políticas precisam estar filiadas a uma delas: defendemos o lado da memória, e não do esquecimento, e do uso político do passado sob a perspectiva das vítimas.

Dessa forma, a justiça das vítimas nos ajuda a direcionar a justiça de transição a fim de promover memória. Entretanto, é preciso pontuar que as discussões do terceiro capítulo, sobre memória, passado, tempo e história, levantam questionamentos e pretendem abrir uma discussão (e se somar as inúmeras discussões existentes) no campo da justiça de transição, pois acreditamos que discutir memórias e experiências da violência política passada, da ditadura civil-militar ou mais recentes, também funciona como uma maneira de exercitar a cidadania e processar traumas individuais ou coletivos. Ainda, queremos reconhecer a insuficiência teórica desta pesquisa para resolver problemas complexos por limitações de formação. A multidisciplinariedade é indispensável no objeto do trabalho, então, as leituras foram amplas, mas, com certeza,

carecem de contribuição de historiadores, cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, psicólogos etc.

Dito isto, esta pesquisa também é um convite para que os estudos da memória sejam colocados no debate científico atual, para pensar justiça de transição de forma continuada, como política pública e para estabelecer de forma concreta as narrativas da história que baseiam decisões políticas. Pois, se mais narradores estiverem comprometidos com memória, verdade e justiça, menos confiáveis se tornam os Orvis: os que já existiram e os que ainda estão por vir. É um convite para repensar as Forças Armadas, a militarização da política institucional, a memória militar sobre a ditadura e as relações civis-militares. É um convite para a justiça de transição: construir a memória politicamente, promover justiça das vítimas, e reformar instituições que preservam o pensamento de segurança nacional. É um convite para repensar segurança e nação. E, por fim, um convite para ser questionada e refutada enquanto narradora, é claro. Concluo aqui esta narrativa.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. In: Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana**. Unesp, 2004.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Ex-conselheiro denuncia crimes e irregularidades da atual Comissão de Anistia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/888871-ex-conselheiro-denuncia-crimes-e-irregularidades-da-atual-comissao-de-anistia/>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ALMEIDA, Eneá de Stutz. **MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO E JUSTIÇA: uma tese de resistência constitucional**. [s.l.: s.n.]. 2020. Disponível em: <<https://justicadetransicao.org/wp-content/uploads/2020/10/memoria-verdade-reparacao-e-justica-1.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ALMEIDA, Eneá de Stutz. A transição brasileira: memória, verdade, reparação e justiça (1979-2021). **Salvador: Soffia10**, 2022.

BAUER, C. S.; NICOLAZZI, F. F.. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, n. 60, p. 807–835, set. 2016.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones internacionales**, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.

BENJAMIN, Walter. Brecht's Threepenny Novel. In: BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin** - Select Writings – Volume 3 - 1935-1938. Tradução de Edmund Jephcott, Howard Eiland e outros. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

CARDOSO, Fernando da Silva. **É isto uma mulher? Disputas narrativas sobre memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes contra a ditadura militar no Brasil**. 2019. 339 f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Direito) -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: Fico, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 135.

CHAVES, Eduardo dos Santos. **“DO OUTRO LADO DA COLINA”: A NARRATIVA DO EXÉRCITO SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, 2021.

DA SILVA, Michel Goulart. O revisionismo contemporâneo e a história escrita pelos militares. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 8, n. 23, p. 01-08, 2021.

DE GIORGI, Raffaele. O desafio do juiz constitucional. **Campo Jurídico**: revista de Direito Agroambiental e Teoria do Direito, vol. 3, nº 2, p. 107-120, outubro, 2015. Acesso em: 07 jul. 2023.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**. Mauad Editora Ltda, 2014.

DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura: uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p.1-12, jul. 2013.

ESTANISLAU, Lucas. **'Brasil vai virar a Venezuela': o que está por trás do bordão da direita que segue vivo em 2022**. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/brasil-vai-virar-a-venezuela-o-que-esta-por-tras-do-bordao-da-direita-que-segue-vivo-em-2022>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FEITOZA, César. **Múcio diz a comandantes das Forças que não haverá comemoração sobre data do golpe militar**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/mucio-diz-a-comandantes-das-forcas-que-nao-havera-comemoracao-sobre-data-do-golpe-militar.shtml#:~:text=O%20ministro%20da%20Defesa%2C%20Jos%C3%A9,mar%C3%A7o%20sobre%20a%20ditadura%20militar.>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Editora Record, 2013.

FILIPPI, Alberto. Os direitos nas ruas da resistência e nos caminhos do exílio entre América e Europa. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília, DF: UnB, 2015, pp. 478-492.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.

GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 133-149.

GOMEZ, José María. Justiça Transicional, humanitarismo compassivo e ordem global liberal pós-guerra fria. In: ASSY, Bethania et al (Org.). **Direitos Humanos**: justiça, verdade e memória. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012. p. 261-290.

HAY: HUTUKARA Associação Yanomami, ASSOCIAÇÃO Wanasseduume Ye'kwana. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista, Roraima, 2022. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>> . Acesso em: 7 jul. 2023.

HILLYARD, Paddy; TOMBS, Steve; SOARES, Marina Quezado. Para além da criminologia?. **Revista brasileira de ciências criminais**, n. 142, p. 273-299, 2018.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2011.

LEITE, Tiago Medeiros et al. **Por uma teoria sistêmica da memória jurídico-política**: desaparecimento forçado, comissão nacional da verdade e estado constitucional de direito no Brasil. Santana de Parnaíba: Plural, 2022.

LENTZ, Rodrigo. **Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência

Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

LENTZ, Rodrigo. **República de segurança nacional: militares e política no Brasil**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LOWENTHAL, David et al. Como conhecemos o passado. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história"**. Boitempo editorial, 2015.

MATE, Reyes. Memoria y justicia transicional. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. Brasília, DF: UnB, 2015, pp. 153-163.

Mate, Reyes. La Justicia de las Víctimas. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 2002, 299-318.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Bejamin" Sobre o conceito de história"**. Unisinos, 2011.

MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MELO, Demian Bezerra de. (2014), “Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea”, in D. B. de Melo (org.), *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Rio de Janeiro, *Consequência*: 17-49.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. **“Só os vitoriosos esqueceram”:** **Intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira**. 2013. 237 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

Na ONU, Bolsonaro ataca ONGs e critica cobiça estrangeira. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-ataca-ongs-e-critica-cobi%3%A7a-estrangeira-pela-amaz%3%B4nia/a-55113089>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

Napolitano, Marcos. “Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira”. *Passés Futurs*, v. 12, 2022, p. 1-15.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina-PR, v. 08, n. 15, p.09-44, nov. 2015. Semestral. Acesso em: 24 jun. 2019.

OLIVEIRA, G.Z., BRITES, P.V.P., MUNHOZ, A. O Papel do Ministério da Defesa na Política Externa Brasileira Para a América do Sul. *Fronteira*, Belo Horizonte, V. 9, No. 18, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/6378/5832>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

OST, François. *O tempo do direito*. Bauru: Edusc, 2005. 409 p.

PEDRETTI, Lucas. A GRAMÁTICA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA: Representações críticas sobre a ditadura militar na década de 1970. *Novos estudos CEBRAP*, v. 42, p. 163–180, 26 jun. 2023.

PEDRETTI, Lucas. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. 2022. 354 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na Mira da Ditadura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PEREIRA, Anthony W. A tradição da legalidade autoritária no Brasil. Tradução de Marcelo Torelly In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília, DF: UnB, 2015, pp. 202-206.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Paz e Terra, 2010.

PINTO, Simone Rodrigues. *Transitional Justice: memory and reconciliation challenges*. 2010.

Quinalha, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (doutorado em relações internacionais). São Paulo: IRI-USP, 2017.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1ª Edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SALLUM JUNIOR, B. Transição política e crise de estado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 32, p. 133–167, abr. 1994.

SAMPAIO, Rafael Cardoso et al. Mapeamento e reflexões sobre o uso da análise de conteúdo na SciELO-Brasil (2002-2019). *New Trends in Qualitative Research*, v. 15, p. e747-e747, 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. 2021.

SAMWAYS, Daniel. Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970 – 1973). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SCHINCARIOL, Rafael L. F. C.; ABREU, Gabrielle Oliveira de. Fortalecimento da democracia: Monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Instituto Vladimir Herzog. São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/semimpunidade>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Educação popular e teologia da libertação na ditadura militar (1964-1985)**. 1a.. ed. JOÃO PESSOA: EDITORA DA UFPB, 2020

STROZAKE, Juvelino; PEREIRA, Paola Masiero. A Ditadura Civil-Militar e os Camponeses. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. Brasília, DF: UnB, 2015, pp. 478-492.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **Reinventando o inimigo: história, política e memória na montagem dos dossiês e contra-dossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001)**. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEODORO, Plínio. **Projeto de Militares quer bolsonarismo até 2035 e fim da gratuidade no SUS em 3 anos**. Revista Forum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2022/5/23/projeto-de-militares-quer-bolsonarismo-ate-2035-fim-da-gratuidade-no-sus-em-anos-117748.html>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Laudelino Amaral de Oliveira, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes; PERALTA, Inez Garbuio. Revolucionários de 1935: sonho realidade. 1990.

VENTURINI, Anna Carolina, et al. **DIAGNÓSTICO DA APLICAÇÃO ATUAL DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL**. São Paulo: LAUT. 2021. 42 p.

7 FONTES PRIMÁRIAS

CIE – Centro de Informações do Exército. Relatórios Periódicos Mensais. 1989. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-89.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CIE – Centro de Informações do Exército. Relatórios Periódicos Mensais. 1990. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-90.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CIE – Centro de Informações do Exército. Relatórios Periódicos Mensais. 1991. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-91.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Orvil: as tentativas de tomada do poder. 1987.